

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MARCILENE CONCEIÇÃO DO AMARAL MATOS

**INVESTIGANDO A EVASÃO DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) NA MODALIDADE DE ENSINO SEMIPRESENCIAL**

Juiz de Fora

2018

MARCILENE CONCEIÇÃO DO AMARAL MATOS

**INVESTIGANDO A EVASÃO DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) NA MODALIDADE DE ENSINO SEMIPRESENCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas.

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Matos, Marcilene Conceição do Amaral.

Investigando a evasão dos alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de ensino semipresencial / Marcilene Conceição do Amaral Matos. -- 2018.

109 f.

Orientador: Fernando Gaudereto Lamas

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. CESEC. 3. Políticas Públicas. I. Lamas, Fernando Gaudereto, orient. II. Título.

MARCILENE CONCEIÇÃO DO AMARAL MATOS

**INVESTIGANDO A EVASÃO DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) NA MODALIDADE DE ENSINO SEMIPRESENCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas (orientador)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Carla Silva Machado

Programa de Pós-graduação Profissional CAEd/ UFJF

Prof. Dr. Wallace Faustino da Rocha Rodrigues

Universidade Estadual de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Fazendo jus ao pensamento do filósofo Epicuro de Samos digo que “as pessoas felizes lembram o passado com gratidão, alegram-se com o presente e encaram o futuro sem medo”. Por isso, hoje, agradeço todas as dificuldades que enfrentei. Não fosse por elas, eu não teria chegado aqui. Para superá-las, por conseguinte, foram necessários auxílios de importantes figurantes em minha vida, aos quais agrago a seguir.

Primeiramente, à Deus, por ser meu alicerce e força nas horas em que pensava fraquejar.

À equipe do Centro Estadual de Formação Continuada (CESEC) “Doralice Alves Rodrigues”, que possibilitou a realização de minha pesquisa.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, pela oportunidade de crescimento psicossocial, pessoal e profissional.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas pela oportunidade, orientação e suporte.

À suporte de orientação, Me. Amélia Gabriela Thamer Miranda Ramos de Paiva – um anjo com o qual tive oportunidade de trabalhar –, pela compreensão, estímulo, envolvimento e orientações.

À Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a todos os professores do Programa de Pós-graduação Profissional (PPGP), pela estrutura, acolhimento, suporte e aprendizado compartilhado.

À minha família, em especial à minha filha, Laís, a mais fiel companheira, amiga e minha torcedora número um.

À minha amiga Carmem Lúcia de Faria Gomes, que além do incentivo foi sempre muito presente em horas boas e ruins.

Às amigas que conquistei através do Mestrado, em especial Rita Isabel do Carmo Goveia e Roselda Aparecida de Souza, que compartilharam suas vivências comigo e estiveram sempre presentes mesmo com a distância.

Enfim, faltam-me palavras para expressar minha gratidão pela conclusão de mais esse capítulo em minha vida e demonstrá-la a todos os que estiveram envolvidos no decorrer desse período. Desse modo, deixo registrado o meu muito obrigada.

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão diz respeito à evasão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade semipresencial, no Centro de Educação Continuada “Doralice Alves Rodrigues”, localizado no município de Patrocínio, estado de Minas Gerais. Apresenta-se como questão central: de que forma a equipe gestora do CESEC – Centro Estadual de Formação Continuada “Doralice Alves Rodrigues” pode contribuir para minimizar as taxas de evasão na EJA? A defesa do direito à educação, no campo da EJA, é resultado da luta constante, ao longo da história educacional brasileira, sendo legitimada como uma política pública a partir da Constituição Federal de 1988. A pesquisa traz algumas considerações sobre o analfabetismo, a evasão e o abandono escolar no Brasil. E no intento de responder a essa questão, a pesquisa possui como objetivos específicos: descrever o CESEC em foco e as taxas de evasão nos anos de 2012-2017; analisar a perspectiva da equipe gestora da escola, professores e secretária sobre os motivos da evasão dos alunos; e propor ações com vistas a minimizar tais dados. Assim, realizou-se a pesquisa de campo no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, sendo o universo da pesquisa nove docentes, a gestora, a supervisora e a secretária. Desse modo, foram feitas entrevistas semiestruturadas com a gestora, a supervisora e a secretária e aplicados questionários aos docentes com vistas a levantar informações a respeito da evasão dos alunos da EJA na escola em foco. Para o levantamento de dados, foi realizada pesquisa em livros de registros administrativos do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” e no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE). Para amparar a discussão, empenhou-se, além dos referenciais teóricos, nos resultados das entrevistas semiestruturadas e questionários realizados com atores educacionais envolvidos diretamente com o trabalho na instituição. As informações e discussão realizadas nessa pesquisa possibilitou a confecção de Plano de Ação Educacional com ações a serem realizadas no CESEC em estudo, considerando a observação, o entendimento e as experiências vivenciadas pelos profissionais da referida escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. CESEC. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The research was carried out within the scope of Professional Master's Program in Education Management and Assessment of Public Policies and Education Assessment Center of Federal University of Juiz de Fora. The management case regards student evasion from adult education, blended modality, in the Center for Continuous Education "Doralice Alves Rodrigues" (CESEC), located in the municipality of Patrocínio, Minas Gerais state. The main point presented herein is how could the management team responsible for the Center for Continuous Education "Doralice Alves Rodrigues" contribute to minimize student evasion rates from adult education? The protection of the right to education, in the scope of adult education, is the result of unwavering fight through Brazil's educational history, being legitimized as a public policy since the federal constitution from 1988. The research raises some considerations on illiteracy, school evasion and desertion in Brazil. Aiming to answer this question the research has specific objectives: Describe the focused CESEC and evasion rates from 2012-2017; analyze the school's management team's, teacher's and secretary's perspective on the reasons for school evasion and, propose actions aimed to minimize this rates. Thus, it was carried out a field research at CESEC "Doralice Alves Rodrigues" with nine teachers, manager, supervisor and secretary as the research universe. Thereby, semi structured interviews were carried out with the manager, supervisor and secretary, and questionnaires applied to the teachers aiming to raise information about student evasion from adult education. Data collection was carried out through search on administrative record books of CESEC "Doralice Alves Rodrigues" and on Minas System for School Management. To support the discussion it was committed, beyond the theoretical references, the results from semi structured interviews and questionnaires carried out with educational actors related directly to the institutions work. The information and discussion from this research made possible to draw the Educational Action Plan, with actions to be carried out in the studied CESEC, considering the observation, understanding and the experiences of the professional from the school.

Keywords: Adult Education. CESEC. Public Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos – Brasil 2001-2015.....	22
Gráfico 2 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais – Brasil 2001-2015	23
Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – Brasil 2001-2017	24
Gráfico 4 – Matrículas na EJA – Brasil 2010-2017	27
Gráfico 5 – Número de matrícula e EJA por etapa de ensino – Brasil 2008-2016.....	30
Gráfico 6 – Taxa (%) de conclusão por componente curricular 2012 a 2017 – Ensino Fundamental – CESEC “Doralice Alves Rodrigues”	51
Gráfico 7 – Taxa (%) de conclusão por componente curricular 2012 a 2017 – Ensino Médio – CESEC “Doralice Alves Rodrigues”	53
Gráfico 8 – CESEC “Doralice Alves Rodrigues” – Movimentação de alunos 2012-2017	54
Gráfico 9 – Taxa de evasão – CESEC “Doralice Alves Rodrigues” 2012-2017 – SIMADE .	66
Gráfico 10 – Relação matrícula e certificação – EJA CESEC – MG 2017	69
Gráfico 11 – Acompanhamento Pedagógico – Português – Ensino Fundamental CESEC “Doralice Alves Rodrigues” 19/02/2018 a 04/05/2018	81
Gráfico 12 – Acompanhamento Pedagógico – Matemática – Ensino Fundamental CESEC “Doralice Alves Rodrigues” 19/02/2018 a 04/05/2018	82

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma: Dispositivos legais que amparam a EJA.....	34
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Taxa de Evasão Escolar – Educação Básica – Brasil 2011-2015	14
Quadro 2 – Taxa de Migração para EJA no Ensino Fundamental – Brasil 2011-2015	26
Quadro 3 – Taxa de Migração para EJA no Ensino Médio – Brasil 2011-2015.....	26
Quadro 4 – Quadro de Pessoal Administrativo e do Magistério – CESEC “Doralice Alves Rodrigues” – 2017.....	41
Quadro 5 – Componentes curriculares por áreas de conhecimentos.....	45
Quadro 6 – Número de escolas que oferecem EJA – Brasil 2010-2017	48
Quadro 7 – Número de escolas e matrículas da EJA – Patrocínio/MG 2010-2017.....	49
Quadro 8 – Relação entre a matrícula efetivada e conclusão por componente curricular 2012-2017 – Ensino Fundamental – CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.....	50
Quadro 9 – Relação entre a matrícula efetivada e conclusão por componente curricular 2012-2017 – Ensino Médio CESEC “Doralice Alves Rodrigues”	52
Quadro 10 – Movimentação dos Alunos Ensino Fundamental e Médio 2012-2016	54
Quadro 11 – Matrículas registradas no SIMADE X Matrículas Registradas no Livro do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” – Ensino Fundamental 2014-2017	56
Quadro 12 – Dados referentes ao perfil dos professores entrevistados.....	86
Quadro 13 – Dados referentes à perspectiva dos professores sobre a conclusão dos alunos..	88
Quadro 14 – Dados referente às taxas de conclusão do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, na perspectiva dos professores	89
Quadro 15 – PAE	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATB	Assistente Técnico da Educação
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CEMG	Constituição Estadual de Minas Gerais
CESEC	Centro Estadual de Formação Continuada
CESU	Centro de Estudos Supletivos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFITEA	Conferência Internacional de Educação de adultos
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEJAS	Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PAE	Plano de Ação Educacional
PECON	Posto de Educação Continuada
PES	Posto de Ensino Supletivo
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-Graduação Profissional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovem
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
SEE/MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
UES	Unidades de Estudos Supletivos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E O CESEC “DORALICE ALVES RODRIGUES”	18
1.1 A EJA NO CONTEXTO NACIONAL	18
1.2 POLITICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MINAS GERAIS	31
1.2.1 A EJA no contexto da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais	36
1.2.2 Panorama dos alunos matriculados no EJA semipresencial	37
1.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CESEC “Doralice Alves Rodrigues” ..	39
1.3.1 Evasão dos alunos do Ensino Fundamental no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”	55
2 A EVASÃO NA EJA E SEUS DESAFIOS	58
2.1 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DO CASO	58
2.2 EIXOS DE ANÁLISE	61
2.2.1 A cultura da educação na EJA e os desafios da gestão para a redução da evasão ..	61
2.3 ANÁLISE DO DADOS: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO DOS ALUNOS NO CESEC “DORALICE ALVES RODRIGUES”	64
2.3.1 Perspectiva da gestão	64
2.3.2 Perspectiva da supervisão	75
2.3.3 Perspectiva da secretária	84
2.3.4 Perspectiva dos professores	86
3 EM BUSCA DA REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR DO ALUNO NO CESEC “DORALICE ALVES RODRIGUES”	93
3.1 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	95
3.1.1 Estratégias para redução da Evasão Escolar	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

No Brasil, na década de 1960, políticas públicas voltadas para a Educação Jovens de Adultos (EJA) sofreram mudanças, abrindo espaços para um novo olhar em relação ao direito à educação. A principal referência para a constituição de um novo paradigma teórico e pedagógico foi dada por Paulo Freire¹, importante educador do século XX, que teve papel fundamental no desenvolvimento da EJA no Brasil, ao destacar a importância da participação do povo na vida pública nacional e o papel da educação para sua conscientização. As iniciativas de educação popular eram organizadas a partir de trabalhos que levavam em conta a realidade dos alunos, implicando a renovação de métodos e procedimentos educativos.

O trabalho de mais destaque para a EJA ocorreu no início da década de 1960, quando Paulo Freire pôs em prática seu método de alfabetização de adultos, conhecido como “Quarenta horas de Angicos²”. Angicos é uma cidadezinha localizada no sertão do Rio Grande do Norte, trabalho, que até então era desenvolvido de forma incipiente no Recife, ganhando visibilidade em níveis nacional e internacional.

Paulo Freire trouxe um novo olhar para a Educação de Adultos que se tornou um marco teórico para esta modalidade de ensino, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade da Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir a tanto para a submissão como para a libertação do povo (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 1996, p. 5).

A educação, como prática da liberdade, apresenta-se não só como conhecimento transmitido, mas como geradora de senso crítico aos alunos, permitindo-lhes compreender o mundo em que vive, possibilitando a troca de conhecimento entre educando e educador, levando-o a entender, demandar e se transformar. E, nesse âmbito, pode-se afirmar que todo movimento em prol de uma educação transformadora e libertadora conduz a uma nova relação educacional alicerçada na construção integral do sujeito. De acordo com Freire (1987), em seu livro **Pedagogia do Oprimido**:

¹ Paulo Freire (1921-1997), nasceu em Recife-PE, foi um célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais, criador do método inovador no ensino da alfabetização, para adultos, trabalhando com palavras geradas a partir da realidade dos alunos.

² Método de alfabetização cujo objetivo era fazer com que os participantes aprendessem a ler e a escrever e, viessem a se politizar em 40 horas.

A educação para libertação do homem, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a transformação. Através da libertação de sua consciência, tornando-o capaz de transformar em sujeito de sua história, engajado nas lutas políticas e culturais (FREIRE, 1997, p. 22).

Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram diversos movimentos sociais, políticos e culturais em prol da educação popular, baseadas nas ideias de Paulo Freire, que idealizou e vivenciou uma pedagogia voltada para as demandas e necessidades das camadas populares em defesa do direito à educação, no campo da Educação de Jovens e Adultos. Porém, o marco legal foi a Constituição Federal do Brasil de 1988, que assegura a educação como um direito, e em seu artigo 208, inciso I, estabelece que “o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Esse direito é ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual define organização do sistema educacional brasileiro.

Assim, a LDB corrobora com a Constituição Federal de 1988 no que se refere ao direito à educação e em se tratando da EJA afirma:

A oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996, p. 10).

Tendo em vista as discussões e determinações legais em torno da educação de jovens e adultos, a Resolução CNE/CEB n.º 1/2000, por sua vez, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, evidenciando que a proposta de ensino deve ser diferenciada das demais organizações. Determina-se que o ensino seja oferecido nas instituições próprias e integrantes da organização nacional, sob a luz do caráter desta modalidade de ensino, passando a reconhecer o valor da EJA como um direito, superando o conceito de supletivo. Assim, a EJA é considerada mais do que um direito, é a porta de entrada para “o exercício da cidadania³ na sociedade contemporânea, que vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos” (BRASIL, 2000). O Parecer 11/2000 da CEB redefine a função da EJA, substituindo a ideia de compensação pelos princípios de reparação, equidade e qualificadora, isto é, a ideia de educação ao longo da vida, onde:

³ Condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política.

Reparação não é só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (CNE/CEB, 2000, p. 6).

Equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas (CNE/CEB, 2000, p. 9).

E qualificadora, que tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares (CNE/CEB, 2000, p. 10).

Diante disso, observa-se que EJA foi legitimada como uma política pública a partir da CF/1988, precedida por leis, decretos e resoluções que levaram o governo a efetuar maiores financiamentos para EJA, ampliando sua oferta e definindo diretrizes curriculares capazes de garantir a qualidade do ensino oferecido nessa modalidade. Apesar dessas medidas representarem a possibilidade de preenchimento da lacuna deixada ao longo da história da educação brasileira, estatísticas sobre a educação no país exibem dados de altos índices de evasão. Muitos jovens abandonam seus estudos, principalmente nos anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio Regular, tanto da rede pública quanto na rede privada, causando prejuízos ao indivíduo e à sociedade. Silva destaca:

A interrupção do aluno na sua trajetória escolar gera uma série de prejuízos tanto para sociedade civil como para si mesmo, pois se tornará um trabalhador sem qualificação, mal remunerado e sempre a mercê do desemprego (SILVA, 2015, p. 26747).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, apenas 83,3% dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos estavam na escola. Quando se trata da conclusão dos estudos, os dados também são preocupantes – apenas 71,7% dos adolescentes de 16 anos completaram o Ensino Fundamental e somente 54,3% dos jovens de até 19 anos se formaram no Ensino Médio.

A evasão escolar ocorre em todos os anos da Educação Básica, de acordo com os indicadores⁴ de Fluxo Escolar da Educação Básica DEED/INEP (2017), o censo escolar 2013/2014, indicados no quadro 1. Identificou-se para o 9º ano do Ensino Fundamental a maior taxa de evasão neste nível de ensino, sendo de 7,7%. No Ensino Médio, a taxa de

⁴ Indicadores de fluxo escolar: avaliam a transição do aluno entre dois anos consecutivos considerando os seguintes cenários possíveis: promoção, repetência, migração para EJA e evasão de escola, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

evasão foi maior no 1º ano, ficando em 12,9%, precedido pelo 2º ano com 12,7% de evasão escolar. Outro dado destacado é a migração dos alunos do ensino regular para a EJA que ocorre a partir do 5º ano do Ensino Fundamental. A repetência apresenta números superiores, sendo mais evidente no 6º ano do Ensino Fundamental e no 1º ano do Ensino Médio, apresentando a taxa de 14,4% e 15,3%, respectivamente. Pode-se salientar que os alunos evadidos do ensino regular são futuros alunos em potencial para a EJA.

Quadro 1 – Taxa de Evasão Escolar – Educação Básica – Brasil 2011-2015*

	Ensino Fundamental												Ensino Médio			
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série
2010/2011	3,7	2,2	5,6	1,7	2,0	1,9	2,1	3,1	4,9	4,8	5,3	7,9	12,2	14,1	12,7	8,5
2011/2012	3,4	1,9	5,3	1,5	1,6	1,8	1,8	2,9	4,6	4,5	5,0	7,4	11,8	13,8	12,1	8,3
2012/2013	3,4	1,9	5,2	1,4	1,5	1,7	1,9	2,8	4,5	4,4	4,8	7,5	11,4	13,4	11,8	7,8
2013/2014	3,4	1,8	5,1	1,4	1,5	1,6	1,7	2,9	4,4	4,5	4,6	7,3	10,9	12,9	11,5	6,9
2014/2015	3,6	2,1	5,4	1,8	1,8	2,0	2,0	3,0	4,7	4,7	4,9	7,7	11,2	12,9	12,7	6,8

(*) Taxa de evasão: proporção de alunos que, em 2014, estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do ensino fundamental ou médio) e, em 2015, não estavam matriculados.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados no *site* do Inep (INEP, 2018).

Esses dados sugerem que a escola permanece reproduzindo uma estrutura de desigualdades sociais, por meio da repetência, da evasão e do fracasso escolar. Esse é um problema crônico em todo o Brasil. A evasão escolar é um fenômeno que reflete negativamente na educação, principalmente, nos investimentos dessa área, pois onera os recursos a ela destinados, além dos prejuízos diretos, sobrevêm outros ainda mais sérios, tais como a perda da capacidade de desenvolvimento. Segundo Casartelli *et al.*:

A evasão estudantil pode ser definida como um fenômeno educacional complexo, que ocorre em todos os tipos de instituição de ensino e afeta o sistema educacional como um todo. Entendida como a perda de alunos nos diversos níveis de ensino, a evasão gera consequências sociais, acadêmicas e econômicas, afetando o desenvolvimento humano de todas as nações (CASARTELLI *et al.*, 2012, p. 76).

Entretanto, de acordo com Bissoli e Rodrigues (2007), quando se busca saber quais as causas que levam a evasão escolar, verifica-se que são muitas relacionadas aos problemas familiares, à necessidade que o aluno tem de trabalhar para ajudar no orçamento familiar, não gostar de estudar, não entender o que o professor ensina, e assim por diante.

Dessa forma, a “Educação de Jovens e Adultos representa uma outra e nova possibilidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção, sob um modelo pedagógico próprio e organização relativamente nova” (CNE/CEB, 2008). Vista como modalidade educativa que transborda os limites do processo de escolarização formal, que abarca aprendizagens realizadas em diversos âmbitos e ao longo de toda a vida, que se orienta para a inclusão de milhões de pessoas jovens e adultos que não puderam iniciar ou completar os estudos na educação básica.

Muitos dos alunos da EJA tiveram passagens anteriores em escolas, porém evadiram por necessidade de trabalho, questões de exclusão por raça, gênero, questões geracionais, dentre outras. A Educação de Jovens e Adultos é entendida como uma extensão da educação formal e tem como principais objetivos “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Um agravante para a EJA, na situação brasileira, diz respeito à presença forte de pessoas cada vez mais jovens nesta modalidade, em grande parte devido a problemas de não permanência e insucesso no ensino “regular”. Embora se tenha equacionado praticamente o acesso para todas as crianças, não se conseguiu conferir qualidade às redes para garantir que essas crianças permaneçam e aprendam. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola. Assim, mais tarde esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutura (RODRIGUES, 2010, p. 2).

A Evasão Escolar é um problema que afeta tanto o Ensino Regular quanto a Educação de Jovens e Adultos, fato que possível observar durante meu percurso profissional. Iniciei minha carreira como professora de Física no Ensino Regular em 1997, atuando no ensino matutino e noturno, em duas escolas diferentes, uma central e outra localizada na periferia da cidade de Patrocínio. Pude observar a ocorrência da evasão, sendo maior no noturno, levando a fundir turmas, ou seja, como havia grande redução no número de alunos unia-se duas turmas em uma só, inclusive ocorreu em turmas em que eu lecionava. Em 2004, foi quando conheci o CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, uma escola com organização e funcionamento específicos, com metodologia diferenciada, e também foi possível notar a não permanência dos alunos na escola e também a baixa taxa de conclusão na etapa de ensino, o que leva

também à insegurança dos profissionais que trabalham no CESEC “Doralice Alves Rodrigues” que dependem do número de matrículas para se manterem em seus cargos.

No ano de 2005, retornei à escola de Ensino Regular, atuando como gestora até 2015, sucessivamente, em duas escolas de ensino regular da rede estadual no município de Patrocínio, nas quais tive a oportunidade de conviver com alunos fora da faixa etária. Em algumas situações, os discentes deixavam a escola para recorrer ao CESEC, buscando a certificação do nível de ensino. Inclusive os próprios professores do Ensino Regular, orientavam seus alunos que se encontram fora da faixa etária a recorrer ao CESEC. Podia-se notar que esses alunos se caracterizavam por gerar indisciplina na sala de aula e/ou apresentavam dificuldade de aprendizagem.

Retornando ao CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, em 2016, novamente como professora de Física, percebi que não houve progresso com relação à conclusão das etapas de ensino e a evasão, sendo esse um grande desafio a ser superado pela gestão. Diante disso, vi a necessidade de investigar os dados referentes à história dos alunos da EJA. Assim, o presente estudo possui como questão de pesquisa: de que forma a equipe gestora do CESEC – Centro Estadual de Formação Continuada “Doralice Alves Rodrigues” pode contribuir para minimizar as taxas de evasão na EJA? Para responder a essa questão, a presente pesquisa possui como objetivo geral: compreender os desafios da gestão para minimizar as taxas de evasão no CESEC Centro Estadual de Formação Continuada “Doralice Alves Rodrigues”, com vistas a propor ações para minimizar tais taxas.

Nesse intento, a pesquisa possui como objetivos específicos: descrever o CESEC em foco e as taxas de evasão nos anos de 2012-2017; analisar a perspectiva da equipe gestora da escola, professores e secretária sobre os motivos da evasão dos alunos; e propor ações com vistas a minimizar tais dados. Dessa forma, realizamos pesquisa de campo no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, sendo que o universo da pesquisa são os nove docentes, a gestora, a supervisora e a secretária. Assim, foi proposta a aplicação de questionário aos docentes, com vistas a levantar informações a respeito da evasão dos alunos da EJA.

O CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, é uma unidade de ensino que compõe a Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, localizado no município de Patrocínio, região do Alto Parnaíba em Minas Gerais. A cidade é conhecida como Capital Nacional do Café do Cerrado. A instituição em estudo oferece a EJA na modalidade semipresencial, nos níveis Ensino Fundamental II e Ensino Médio. O regime de matrícula ocorre por disciplina, podendo cursar uma ou mais paralelamente, sem frequência obrigatória e as orientações de aprendizagem são personalizadas mediante módulos didáticos, possibilitando o atendimento individualizado, a

flexibilidade na organização do tempo escolar, o respeito ao ritmo de aprendizagem do aluno e sua disponibilidade de tempo para os estudos. Como não é exigida a frequência diária, alguns alunos passam meses sem frequentar a escola, muitos não retornam, caracterizando evasão. Segundo Haddad:

A evasão escolar reconhecidamente elevada em programas de EJA, em função não só de fatores internos aos processos de ensino-aprendizagem, provocados pelas dificuldades inerentes a essa modalidade de educação, mas também por fatores externos vinculados às difíceis condições de vida dos alunos para superar tais dificuldades, é importante que ocorram incentivos à permanência dos Alunos (HADDAD, 2007, p. 205).

A frequência diária do aluno no CESEC não é obrigatória. Entretanto, o aluno deve comparecer aos plantões ministrados pelos professores orientadores de aprendizagem. Aquele que não comparecer por um período de 60 dias letivos consecutivos, conforme a resolução SEE/MG N° 2250/2012, é considerado evadido e sua matrícula cancelada, devendo ser efetuada nova matrícula, caso o aluno retorne.

As informações sobre a movimentação de alunos são gerenciadas pelo Sistema Mineiro de Administração Escolar – SIMADE, importante ferramenta de gestão e informação, implantada pela SEE/MG no CESEC em 2010. Dessa forma, o aluno com ausência superior a 60 dias já caracterizaria uma ausência prolongada e, conseqüentemente, o abandono. Essa informação no SIMADE seria a de que o aluno “deixou de frequentar” e, caso retornasse aos estudos, a escola deveria renovar a matrícula, voltando a informá-lo no sistema novamente.

A organização deste trabalho está estruturada em três capítulos, sendo que o primeiro discorre sobre a Educação de Jovens e Adultos e a modalidade de ensino semipresencial. Iniciando pela explanação das políticas voltadas para essa modalidade de ensino em âmbito nacional, passando pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, seguindo pela Superintendência Regional de Ensino de Patrocínio e, por fim, chegando a Unidade De Ensino de Patrocínio/MG. No segundo capítulo, é apresentado o percurso metodológico; os eixos de análise e apresentação e análise dos dados coletados em campo. O terceiro capítulo é composto por um Plano de Ação que tem com o objetivo propiciar alternativas para a gestão do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” que venha minimizar a permanência e conclusão dos alunos do EJA semipresencial.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E O CESEC “DORALICE ALVES RODRIGUES”

Este capítulo apresenta a descrição do caso de gestão que versa sobre os altos índices de não permanência dos alunos do Ensino Fundamental e Médio matriculados no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. Com esse objetivo, o presente capítulo está organizado em três seções. Na primeira, abordamos a Educação de Jovens e Adultos no contexto nacional, sua fundamentação legal, aspectos relevantes da história e seu funcionamento no país, as concepções, os avanços, os desafios e as perspectivas acerca dessa modalidade educativa destinada aos sujeitos jovens e adultos, no atual cenário de afirmação e consolidação dos direitos humanos subjetivos com o objetivo de situar o caso de gestão legalmente, partindo de um contexto educacional brasileiro.

A segunda seção traz um panorama da rede estadual de educação de Minas Gerais, descrevendo as principais características, formas de organização e os aspectos gerenciais desta rede de ensino. Nesta seção, também será delineado o perfil do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, evidenciando informações de sua existência, a fundamentação legal e sua proposta pedagógica.

Já a terceira seção apresenta o CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, localizado no município de Patrocínio fazendo uma descrição minuciosa do contexto em que a escola está inserida, bem como dos instrumentos de gestão e dos aspectos e demandas da rotina escolar.

1.1 A EJA NO CONTEXTO NACIONAL

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que extravasa os limites da escolarização em sentido estrito. Pois, abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e outras questões culturais. Segundo Ceratti (2010), desde a década de 1940, o governo já pensava em estratégias de alfabetização da população baseada em alguns interesses políticos e econômicos que seriam necessários para acelerar o crescimento do Brasil.

Um dos precursores em favor da alfabetização de jovens e adultos foi Paulo Freire que sempre lutou pelo fim da educação elitista. Freire tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora. Na década de 1960, propôs processos metodológicos para a alfabetização de adultos que transcendem as técnicas e centram-se em elementos de

conscientização, levando em consideração a vivência e a realidade do educando, sendo esse um participante ativo no processo de educação.

Paulo Freire idealizou e vivenciou uma pedagogia voltada para as demandas e necessidades das camadas populares, realizada com sua efetiva participação e a partir de sua história e de sua realidade. Dessa forma, o trabalho pedagógico com jovens e adultos passou a contar com os princípios da educação popular. Essa nova perspectiva também estava associada a um contexto de efervescência dos movimentos sociais, políticos e culturais.

Paulo Freire, apresenta-se como o educador que ao pensar o homem, a sociedade e suas relações, preocupou-se em discutir a educação brasileira e pensar meios de torná-la melhor mediante o compromisso e a participação de todos, na perspectiva de uma educação libertadora capaz de contribuir para que o educando torne-se sujeito de seu próprio desenvolvimento, diante da presença orientadora que tem o educador (SCHRAM; CARVALHO, 2014, p. 2).

Ao longo da história educacional brasileira ocorreram diversos movimentos da educação popular, na defesa do direito à educação, no campo da EJA. Entretanto, a ampliação do atendimento à escolarização da população jovem e adulta pelos sistemas estaduais se vincula às conquistas legais referendadas pela Constituição Federal de 1988. A EJA passou a ser reconhecida como modalidade específica da educação básica, no conjunto das políticas educacionais brasileiras, estabelecendo-se o direito à educação gratuita para todos os indivíduos, “inclusive aos que a ela não tiveram acesso na denominada idade própria” (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família (Artigo 205), sendo a oferta pública organizada através do “regime de colaboração” entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Artigo 211) e o ensino livre à iniciativa privada (Artigo 209). O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo, sendo o Poder Público responsabilizado pelo não oferecimento ou oferta irregular (Artigo 208, VII, § 1º) (BRASIL, 1988).

Em 1989, um ano após a aprovação da uma nova Constituição Federal (CF), o contexto educacional apontava, no Brasil, uma taxa 18,8% analfabetos da população de 15 anos ou mais. No ano seguinte, na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontien, na Tailândia, ficou explícita a dramática realidade mundial de analfabetismo de pessoas jovens e adultas, bem como os baixos índices de escolarização básica e a evasão escolar de crianças e adolescentes.

Em 1996, foi promulgada a nova LDB, Lei nº 9394/1996, na qual a EJA passa a ser considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio e usufrui de uma especificidade própria, que se faz presente na oferta escolar a depender de demandas e necessidades específicas. A nomenclatura EJA veio substituir o termo Ensino Supletivo. Um fato importante de ser ressaltado é que a LDB 9394/1996 reduziu a idade para ingresso nesta modalidade de ensino, sendo, de 18 anos para 15 anos no Ensino Fundamental e de 21 para 18 anos no Médio. A legislação fez aumentar significativamente a demanda por essa modalidade.

Em 1996, ano que dois importantes dispositivos legais foram aprovados, a taxa de analfabetismo chegou a 14,7%, da população de 15 anos ou mais. O primeiro deles foi a LDB (Lei nº 9.394/ 1996), que delineou as orientações para níveis, etapas e modalidades de educação escolar. O segundo foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)⁵, que estabeleceu mecanismos compulsórios para o financiamento da educação nesta etapa da Educação Básica.

Um ano após a proclamação da LDB aconteceu a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA)⁶, em Hamburgo, na Alemanha, com o objetivo de debater e avaliar as políticas implementadas para a modalidade de educação de adultos, suas articulações preparatórias e posteriores, num crescente e importante movimento que se desdobrou em Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAS), desde o ano de 1999. E como resultado dessa conferência tem-se a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos que afirma:

Apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. A efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro. A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da

⁵ O FUNDEF foi criado para garantir uma subvinculação dos recursos da educação para o Ensino Fundamental, bem como para assegurar melhor distribuição desses recursos, instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996. Regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano

⁶ A Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea) é o maior evento de envergadura internacional nesta modalidade educacional. Sua primeira edição aconteceu na Dinamarca, em 1949, e tem como objetivo debater e avaliar as políticas implementadas para a modalidade de educação de adultos. As Confiteas são eventos que priorizam a participação dos atores governamentais, mas a sociedade civil organizada busca incidir tanto sobre a elaboração dos documentos nacionais que os países apresentam, como sobre as discussões que ocorrem durante o evento com vistas a influir no documento final e nos compromissos dos governos (BRASIL, s/d, p. 1).

democracia, da justiça da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 1998, p. 3).

Com o amadurecimento das discussões e experiências de educação de jovens e adultos, na década de 1990, e por efeito das determinações legais advindas, foram promulgadas, em 10 de maio de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação de Jovens e Adultos, elaborada pelo CNE, onde afirma:

A Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso à escrita e à leitura como bens sociais e nem domínio destas, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado desse acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (CNE, 2000, p. 5).

Esse documento propõe três diferentes funções a essa modalidade: reparadora, que restitui o direito ao acesso a uma educação de qualidade até então negada à população; equalizadora, com a garantia de continuidade dos processos formativos interrompidos; e qualificadora, baseada na ideia de educação ao longo da vida (CNE, 2000). Portanto, cabe a EJA prover oportunidades de atualização, qualificação e aquisição cultural ao longo da vida, qualquer que seja o nível de escolaridade alcançado pelos indivíduos e comunidades. A Educação de Jovens e Adultos destina-se a população adulta que não teve oportunidades educacionais na idade certa, desenvolvendo as competências profissionais e atribuindo as credenciais escolares requeridas por um mercado de trabalho competitivo e aos jovens como um canal de reinserção no sistema educativo de adolescentes e jovens dele excluídos precocemente, e de aceleração de estudos para os que apresentam acentuado atraso escolar.

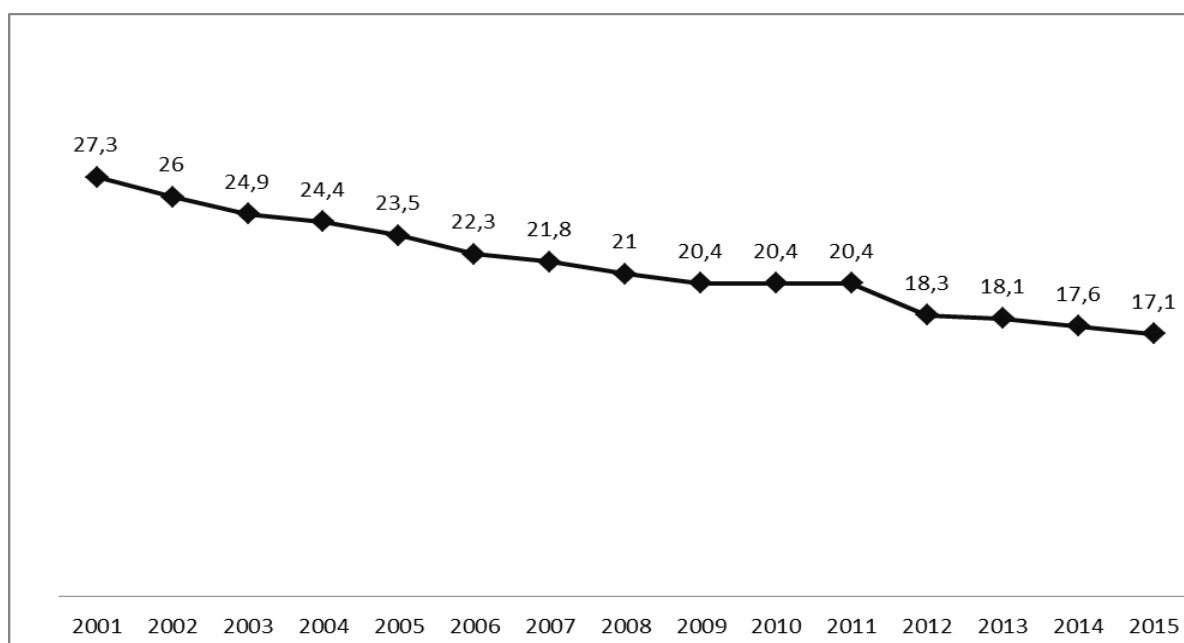
Durante o Fórum Mundial de Educação para Todos, em Dakar, no ano de 2000, 164 países, inclusive o Brasil, assumiram o compromisso de perseguir seis metas de Educação para Todos até 2015. Dentre elas, a meta relacionada a assegurar as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos e a melhoria na alfabetização de adultos. O Brasil, ao assumir tais objetivos, passou a integrar o conjunto de países empenhados na conquista das metas de Educação para Todos pactuadas no Marco de Ação de Dakar com vistas a 2015.

Em julho de 2004, foi criada uma secretaria específica responsável pelas políticas direcionadas às populações excluídas no âmbito do Ministério da Educação – a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). O objetivo da

SECADI é contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação.

Contudo, diante dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se observar que a taxa de Alfabetização de Jovens e Adultos (população de 15 anos ou mais) passou de 86,7% (1999) para 92,0% (2015). A taxa de analfabetismo funcional⁷ na mesma faixa etária decresceu de 27,3% (2001) para 17,1% (2015), porcentagem que representa uma população de 27.663.554 jovens e adultos com 15 anos ou mais. Podemos observar uma queda de 37,04% no período grifado, conforme os números apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa de Analfabetismo de Jovens e Adultos – Brasil 2001-2015



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados do IBGE/Pnad/Todos Pela Educação.

Os maiores índices de analfabetismo do país estão localizados no Norte e no Nordeste. No entanto, são estas regiões que apresentam a maior redução na taxa de analfabetismo. O que demonstra efetividade das políticas de alfabetização de adultos empreendidas pelo país.

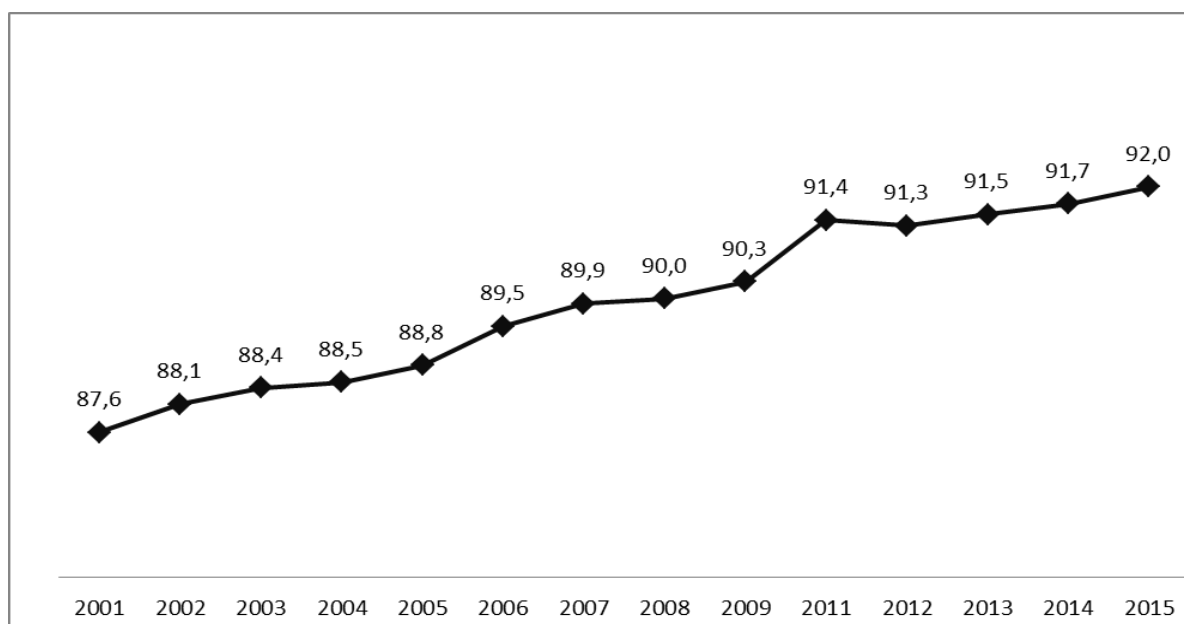
O Ministério da Educação desenvolveu políticas de alfabetização tais como, Alfabetização Solidária, criado em 1997, voltado à alfabetização de jovens e adultos nas

⁷ Para calcular o analfabetismo funcional, o IBGE utiliza o número de pessoas maiores de quinze anos de idade e com menos de quatro anos de estudo. Segundo a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Unesco*), funcionalmente alfabetizada é a pessoa que pode participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo do seu grupo e comunidade e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e da comunidade.

idades com maior índice de analfabetismo. Em 2003, criou o programa Brasil Alfabetizado com o objetivo de promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do Ensino Fundamental no Brasil.

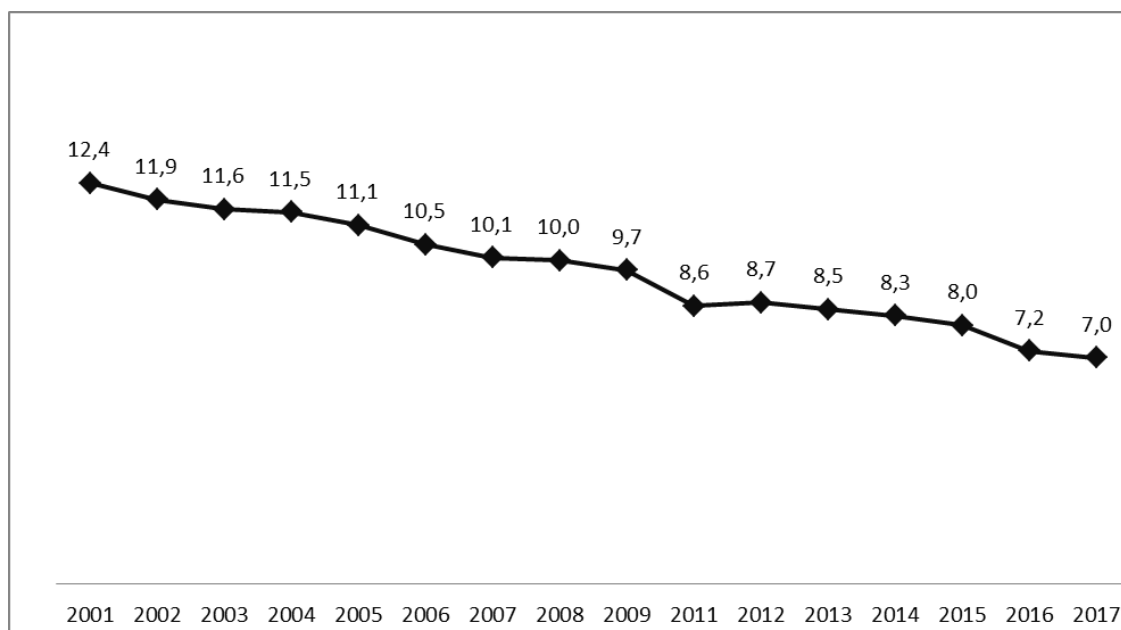
No esforço para superação do analfabetismo e da promoção da progressiva continuidade dos estudos de jovens e adultos, foi estabelecido o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, instituído em 2004, pela Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004. O programa Brasil Alfabetizado beneficiou cerca de 6,7 milhões de jovens e adultos, entre os anos 2008 e 2012. Outras iniciativas em parceria com a sociedade civil apresentaram resultado positivo à taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais. Os dados evidenciam ainda que houve um crescimento na taxa de alfabetização desde 2001, ano inicial da coleta de dados, com exceção do período entre 2011 e 2012, no qual ocorreu uma pequena queda mostrada no gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais – Brasil 2001-2015



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados do IBGE/Pnad/Todos Pela Educação.

No Brasil, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais vem sendo reduzida, passando de 12,4%, no ano 2001, para 7,0%, em 2017. São 11,5 milhões de analfabetos, se comparada com a taxa de 2016, esse número apresentou uma redução de aproximadamente 300 mil pessoas, conforme podemos observar no gráfico 3.

Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – Brasil 2001-2017

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados do IBGE/Pnad/Todos Pela Educação.

As taxas de analfabetismos apresentam diferenças significativas entre os estados e regiões brasileiras. Verificou-se que esta taxa diminuiu na região Norte, Sudeste e Centro-Oeste, mantendo-se estáveis nas demais regiões. Nas regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas – 8% e 14,5%, respectivamente; nas regiões Sudeste e Sul apresentaram uma taxa de 3,5%; e a região Centro-Oeste apresentou a taxa de 5,2% em 2017.

Ao fragmentar a taxa de analfabetismo pelas localidades urbanas e rurais, foi possível constatar que a população que vive em áreas urbanas é mais alfabetizada do que aquela que reside em áreas rurais. A localidade urbana apresentou, em 2015, uma taxa de 5,2% de pessoas analfabéticas, contra 17,7% das pessoas na localidade rural, uma diferença de 12,5 pontos percentuais. A desigualdade entre ambos, no período de 2012 a 2017, apresentou uma redução de 2,4%

Em relação à taxa de alfabetização das categorias de cor/raça revela-se que aqueles que se declaram brancos são mais alfabetizados que os declarados pardos ou pretos. A porcentagem de brancos alfabetizados chegou a 96,0%, em 2017, enquanto que negros apresentou 90,7%, tendo reduzida em 1,5%, entre os anos de 2012 e 2017. Na análise das taxas de alfabetização da população de 15 anos ou mais, de acordo com a renda domiciliar per capita, verifica-se que quanto maior o nível da renda, maior a taxa de alfabetização. Segundo a Pnad anual, a diferença entre a taxa de alfabetização da população pertencente ao estrato de

renda dos 25% mais ricos apresentou uma taxa de 10% superior a do estrato dos 25% mais pobres, destacando a forte desigualdade existente.

O documento de trabalho do SECADI/MEC elenca que as causas básicas do crescente acúmulo de pessoas adultas sem escolaridade adequada são:

- 1) o fluxo de pessoas que chegam à vida adulta (aos 18 anos) sem completar nível fundamental ou básico e que evade a escola, e
- 2) a falta de um atendimento adequado desses jovens, adultos e idosos pela EJA (SECADI, s/d, p. 4).

Apesar dos esforços empreendidos através de políticas públicas que visam contribuir para a erradicação do fracasso escolar no país, os fenômenos de evasão, repetência e distorção idade-série ainda apresentam altos índices de incidência. O QEdu define evasão escolar como a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos (QEDU, 2017). Nesse contexto, a evasão escolar, o abandono e a repetência são fenômenos interligados que geram outro desafio que é minimizar as taxas de distorção idade-série.

A distorção idade-série, no Brasil, ocorre em todas as etapas da educação básica, sendo mais acentuada no Ensino Médio. Ao observar por nível de ensino, para o período de 2010 a 2017, os anos que apresentam maiores taxas de distorção idade-série são o 5º ano e 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio, sendo maiores nas regiões Norte e Nordeste, nos estados do Amazonas, Pará, Bahia, Sergipe, Alagoas e Piauí. De acordo com os indicadores de fluxo escolar do INEP, muitos desses alunos evadem da escolar, outros migram para a EJA.

Consoante com os dados do INEP, a evasão escolar no ensino regular caiu de 2.212.660, em 2010, para 1.902.175, em 2013, voltando a crescer em 2014, apresentando um público de 1.985.155. Outra informação é o número de alunos do ensino regular que migrou para a EJA, que reduziu de 620.741, em 2010, para 564.198. Os dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do Ensino Fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do Ensino Médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do Ensino Médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino, que corresponde em número absoluto 966.416 alunos. No mesmo período, a taxa de migração dos alunos do Ensino Médio para a EJA foi de 2%, o equivalente a 172.574 alunos.

Os quadros 2 e 3 apresentam a taxa de evasão e migração para a EJA, sendo a proporção de alunos que no ano escolar estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do Ensino Fundamental ou Médio) e, em 2015, não estavam matriculados.

Quadro 2 – Taxa de Migração para EJA no Ensino Fundamental – Brasil 2011-2015

Ensino Fundamental – Brasil 2010 -2015								
Séries iniciais					Séries finais			
Migração para EJA			Evasão		Migração para EJA		Evasão	
Ano	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto
2010/2011	0,3	50.267	2,2	368.626	2,8	398.990	5,6	797.979
2011/2012	0,4	65.443	1,9	310.855	2,8	391.940	5,3	741.887
2012/2013	0,2	32.032	1,9	304.305	2,9	396.908	5,2	711.696
2013/2014	0,3	47.295	1,8	283.769	2,7	359.218	5,1	678.522
2014/2015	0,3	47.098	2,1	329.689	2,7	344.525	5,4	689.050

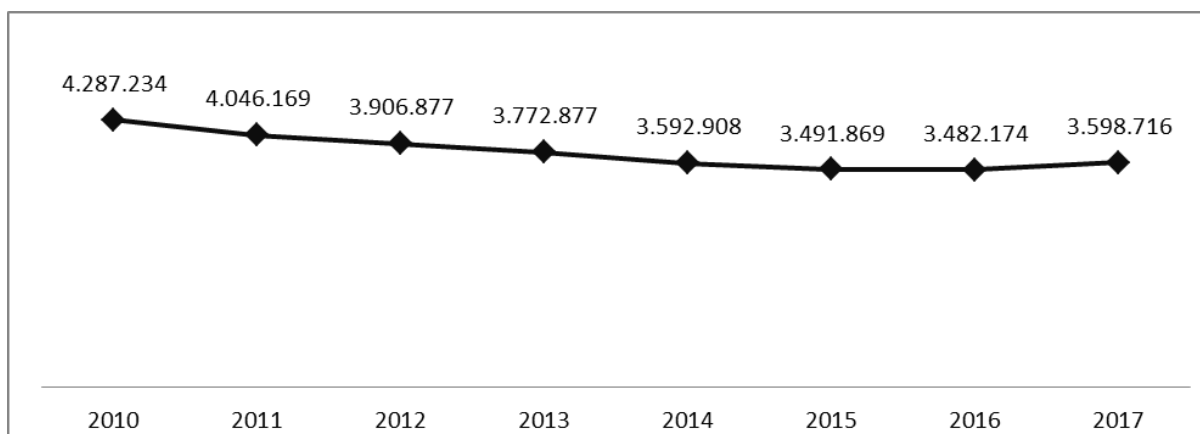
Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do INEP.

Quadro 3 – Taxa de Migração para EJA no Ensino Médio – Brasil 2011-2015

Ensino Médio - Brasil 2010 -2015				
Migração para EJA			Evasão	
Ano	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto
2010/2011	2,0	171.485	12,2	1.046.055
2011/2012	2,2	188.964	11,8	1.013.533
2012/2013	2,2	189.576	11,4	982.347
2013/2014	2,1	181.079	10,9	939.884
2014/2015	2,0	172.574	11,2	966.416

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do INEP.

Segundo dados do MEC/INEP, a matrícula de EJA, no Brasil, passou de 3.410.830, em 2000, para 4.287.234, em 2010, tendo, portanto, crescido em termos absolutos. No período 2010-2017, passamos a observar uma queda no número de matrículas da EJA no país, representando uma queda de 16% para o período compreendido, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Matrículas na EJA – Brasil 2010-2017

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados do QEDU – Censo 2010-2017.

O declínio nas matrículas da EJA levou o SECADI/MEC a concluir:

A EJA nos padrões atuais não é efetiva, não é atrativa e nem tem conseguido superar os problemas apontados. É preciso, portanto, reformulá-la, de maneira que seja possível construir uma nova identidade que satisfaça as necessidades básicas de jovens e adultos trabalhadores, considerando suas relações com o mundo das práticas sociais (SECADI, s/d, p. 7).

Para o MEC, a educação de jovens e adultos firma-se em uma política global que visa à universalização da educação básica como um compromisso com o desenvolvimento humano, social, político, econômico, cultural e ético da nação. Na perspectiva de enfrentar e superar a persistência da baixa escolaridade de jovens e adultos, programas de incentivo são ofertados considerando os variados perfis deste público, como Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)⁸ (CNE/CEB, 2006), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA)⁹, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC-EJA)¹⁰. Mas, os resultados desses programas e projetos não têm sido satisfatórios, uma vez que apresentam um grande abandono escolar. De acordo com Silva (2015), evasão escolar é “o abandono da

⁸ PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano (BRASIL, 2008, s/d)

⁹ PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos, criado em 2005, tem por objetivo oferecer cursos de Educação de Jovens e Adultos com Educação Profissional, para aqueles que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino fundamental e/ou o ensino médio na idade regular e que busquem também uma profissionalização (BRASIL, 2005, s/d).

¹⁰ PRONATEC-EJA – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, visa implementar uma política pública que proporcione aos jovens e adultos, a partir de 15 anos, acesso ao ensino fundamental e médio, integrando a elevação de escolaridade à formação profissional (BRASIL, 2014, p. 32).

escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível em uma modalidade de ensino”. A permanência dos alunos da EJA na escola é um dos grandes desafios da educação.

No Brasil, a EJA é oferecida em estabelecimentos regulares de ensino pela rede pública e privada, mediante iniciativas governamentais e não governamentais, assim como de programas especiais. As redes públicas estaduais e municipais de ensino oferecem modelos diferenciados de oferta da EJA: tanto existem turmas de Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com opções diversificadas e abertas concebidas para este público.

A EJA, no Brasil, mesmo com a adoção do Fundeb¹¹, que ampliou a possibilidade de financiamento de programas voltados para essa modalidade de ensino, apresenta uma queda significativa nas matrículas nos últimos anos, mesmo com a demanda social por Educação e da garantia constitucional do direito à Educação Básica a todos e todas. As matrículas em EJA vêm decrescendo de modo sistemático ao longo dos últimos anos. Em 2014, ano que foi aprovado o PNE 2014-2024, no Ensino Fundamental, esta queda foi de 6,69%, e, no Ensino Médio, de 1,38%. Nesse mesmo período, uma porcentagem considerável dessas matrículas, que totalizaram pouco mais de 3,5 milhões, é de jovens entre 15 e 19 anos, muitos deles ainda em idade para cursar o ensino regular.

Muitas políticas para a EJA foram criadas até a atualidade, mas cabe às escolas a responsabilidade de formar o adulto trabalhador. Muitos programas e eventos, como o Proeja, o Projovem, o PAR, os fóruns EJA e outros, estão aí com a finalidade de garantir estruturação, metodologias adequadas e um ensino de qualidade para o aluno da EJA. No entanto, ainda são muitos os problemas que a educação de jovens e adultos enfrenta: falta de incentivo por parte das autoridades, recursos financeiros escassos, metodologias ineficientes, currículos e programas fora da realidade do alunado, pouca ou nenhuma motivação dos alunos e muitos outros (ALVES; MORAIS; NOBRE, 2015, p. 14).

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 apresenta três metas dedicadas à EJA para a conclusão da Educação Básica. Metas que buscam reparar o passado (superar o analfabetismo absoluto, que atinge a população adulta e idosa), o presente (combater o analfabetismo funcional) e o futuro (que, em 2024, a população de 18 a 29 anos alcance ao menos 12 anos de estudo).

¹¹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), foi criado em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2014, p. 11).

A meta 9 estabelece sobre a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, ressaltando que, segundo dados da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), a taxa de alfabetização dessa população, em 2012, era de 91,5% e a taxa de analfabetismo funcional nessa faixa etária era de 29,4%, no mesmo ano.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2014, p.35).

De acordo com informações do *site* Observatório do PNE, o Brasil não cumpriu a primeira submeta – taxa de alfabetização de 93,5% em 2015, apresentando, em 2015, 92,0% da população com mais de 15 anos alfabetizada. Em números absolutos, são mais de 146 milhões de pessoas que declararam saber ler e escrever, ao passo que são cerca de 13 milhões de analfabetos.

Outro dado que tem interrogado o campo da EJA é a queda no número de matrículas que vem sendo registrada nos últimos anos. A hipótese de que a força indutora do FUNDEB, criado em 2007, ampliaria as matrículas de EJA não vem se efetivando. O Pnad, em 2015, apresenta que 52% da população brasileira de 25 anos ou mais tem apenas o Ensino Fundamental completo.

A redução nas matrículas da EJA, entre 2014 e 2015, foi de 2,81%. Queda observada desde 2007, totalizando mais de 1,5 milhão. Outro dado importante é que, apesar do Plano Nacional da Educação (PNE) propor estratégias de estímulo à EJA articulada com a Educação Profissional, esta modalidade de ensino apresenta apenas 3,09% das matrículas no Ensino Fundamental e 2,98% no Ensino Médio, demonstrando que as políticas existentes são insuficientes.

A meta 10 trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional. Dessa forma, os indicadores de acesso e permanência evidenciam que é preciso integrar a formação geral oferecida na EJA com a

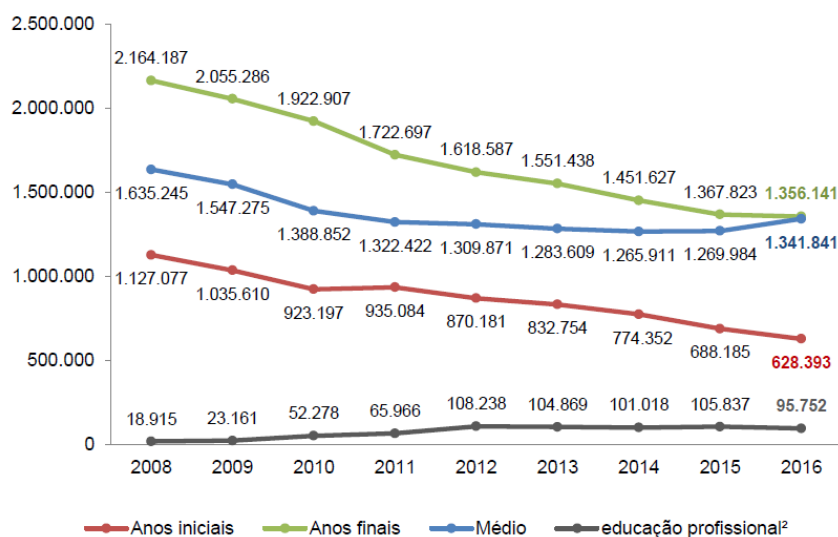
formação profissional, nas etapas do Ensino Fundamental e Médio. Porém, de acordo com informações do site observatório do PNE, os dados revelam que essa proporção foi praticamente inexpressiva, apenas de 0,4%, em 2014.

Embora a Educação de Jovens e Adultos esteja amplamente contemplada em metas específicas do PNE 2014-2024 e apesar do direito à educação gratuita e de qualidade, os dados estatísticos mostram que há grandes desafios para cumprir tais metas. Dados do Censo 2015 apontam que 2,8 bilhões da população com idade de 4 a 17 anos não frequentam a escola. Desse número, 1.593.143 são adolescentes com idade de 15 anos com 17 anos.

Dados do PNAD informam que, em 2015 a porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental foi de 76%. Um importante problema é a persistência nas taxas de reprovação e abandono nessa etapa e no Ensino Médio. Conforme os dados estatísticos de idade do Ensino Fundamental na modalidade EJA (BRASIL, 2016), mostram que há uma parcela expressiva de alunos jovens na EJA, sugerindo que essa modalidade de ensino está recebendo alunos provenientes do ensino regular, provavelmente aqueles com histórico de retenção e que buscam meios para conclusão dos estudos.

O País tem 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola – eles representam 60% dos 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos nessa situação. Embora os números sejam de 2015, pela trajetória dos indicadores podemos deduzir que a meta não foi cumprida, uma vez que não houve nenhuma política pública específica para atrair esses jovens para a escola. A taxa de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio é de apenas 56,4%, enquanto 18% deles ainda estão no Ensino Fundamental e 14,6% fora da escola (OSERVATÓRIO DO PNE, 2017. p. 13).

Gráfico 5 – Número de matrícula e EJA por etapa de ensino – Brasil 2008-2016



Fonte: Notas estatísticas – Brasil/ 2017

São 3,4 milhões de alunos frequentando a Educação de Jovens e Adultos. Após longo período de queda, as matrículas de anos finais de Ensino Fundamental da EJA apresentam tendência de estabilização, mesmo com uma pequena queda em 2016. A oferta de EJA no Ensino Médio teve aumento de 5,7% em 2016. Entretanto, o cenário ideal, seria que todos os alunos pudessem concluir o Ensino Fundamental aos 14/15 anos e o Ensino Médio aos 17/18 anos, frequentando uma escola regular.

1.2 POLITICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MINAS GERAIS

Diante do contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, é possível refletir sobre as lutas, conflitos, organizações, práticas e movimentos sociais em favor do respeito aos direitos educativos dos estudantes, jovens e adultos, campo carregado de complexidades, em que os sujeitos sociais que fazem parte dessa modalidade estão imersos em uma dinâmica social e cultural. Entretanto, uma ação sistemática de atendimento público a essa população se deu a partir da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, em 1947, realizada pelo Ministério da Educação e Saúde, quando passamos a ter uma política governamental. O avanço legal no campo da Educação de Jovens e Adultos, materializado na Constituição Federal de 1988, estendeu aos jovens e aos adultos que não tiveram acesso na idade própria o direito à educação básica na etapa do Ensino Fundamental.

Isto posto, o direito à educação, mesmo partindo de um princípio geral, procedente da Constituição Federal de 1988, adquire sua identidade própria em cada uma das instâncias, estadual e municipal. De acordo com Carly:

Em um país federativo como o Brasil, cumprem assinalar a existência de constituições estaduais, as leis orgânicas dos municípios, autônomas nas suas competências. Elas podem explicitar um princípio geral, adequar a sua realidade e fazer avançar o direito à educação (*apud* CURY, 2000, p. 570).

Assim, a Constituição Estadual de Minas Gerais (CEMG), promulgada em 21 de setembro de 1989, artigo 195, reafirma a educação como um direito de todos, dever do Estado da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Confirma, em seu artigo 198, inciso I, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental, “mesmo para os que não tiveram acesso a ele na idade própria, no período diário de oito horas para o curso diurno”.

Em relação ao artigo 208 da CF de 1988 inciso I, observa-se que há um diferencial a ser ressaltado no artigo 198, inciso I da CEMG de 1989, quanto à manutenção dos princípios da obrigatoriedade e da gratuidade do Ensino Fundamental aos que não tiveram acesso a ele na idade própria. O artigo 208 da CF/88 previa a obrigatoriedade e a gratuidade para os que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade própria, tendo a redação original dos incisos I e II do artigo 208 alterada pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, onde o direito a educação para os jovens e os adultos que não tiveram acesso na idade própria perde o caráter da obrigatoriedade. Porém, observando o artigo 4º, inciso I da LDB de 1996, mantém o princípio da obrigatoriedade e da gratuidade para os que não tiveram acesso na idade própria.

A legislação brasileira tem sido instrumento fundamental para introduzir reformas no campo educacional, sendo a Educação de Jovens e Adultos fundamentada na LDBEN nº 9394/96. O Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, e o Parecer nº 584/01 regulamentam, para o Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, a Educação de Jovens e Adultos por meio da Resolução Nº 444 de 24 de abril de 2001, abrangendo os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas de Ensino Fundamental e Ensino Médio em conformidade com a LDB/1996.

Dessa forma “A Educação de Jovens e Adultos é oferecida em instituições escolares credenciadas pelo Sistema Estadual de Ensino, na forma das normas vigentes” (MINAS GERAIS, 2001), podendo ofertar: curso de forma presencial; curso em regime de alternância de estudos, incluindo momentos presenciais e não presenciais; curso semipresencial; e cursos à distância com avaliação no processo.

A modalidade semipresencial de ensino, normatizada pelo artigo 37 da LDB 9394/96 é um dos segmentos da educação básica e, em Minas Gerais, está fundamentada na Resolução SEE/MG Nº 9514, de 17 de novembro de 1998, que mudou a denominação de Unidade de Estudos Supletivos (UES) para Centro de Estudos Supletivos (CESU). E posteriormente, com a Resolução nº 162 de 21 de novembro de 2000, alterou a denominação do CESU para Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) e a denominação dos Postos de Ensino Supletivo (PES) para Posto de Educação Continuada (PECON).

Dentre as alternativas e visando à expansão da escolarização para a modalidade de ensino para jovens e adultos, no estado de Minas Gerais, estão os Centros Estaduais de Educação Continuada (CESECs), que são escolas instituídas com a finalidade de atender a clientela potencial de jovens e adultos fora da faixa etária regular nos níveis da educação

básica – Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os Postos de Educação Continuada (PECON) vinculam-se aos CESECs pertencentes à mesma rede de ensino. Segundo Borges:

Os Centros Estaduais de Educação Continuada (CESECs) que, em Minas Gerais são as instituições formais que oferecem escolarização para alunos jovens e adultos que não concluíram seus estudos na época considerada “oportuna” e que buscam desenvolver suas capacidades, enriquecer seus conhecimentos e melhorar suas competências técnicas ou profissionais ou orientá-las a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade (BORGES, 2004, p. 1).

A Educação de Jovens e Adultos na rede Estadual de Minas Gerais, regulamentada pela Resolução nº 171 em 30 de janeiro de 20/02, seguida pela Instrução normativa 01/2002 de 03/09/02 que orienta o preenchimento do formulário do Certificado/Histórico Escolar referente a curso e Exames Especiais do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos, no Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC.

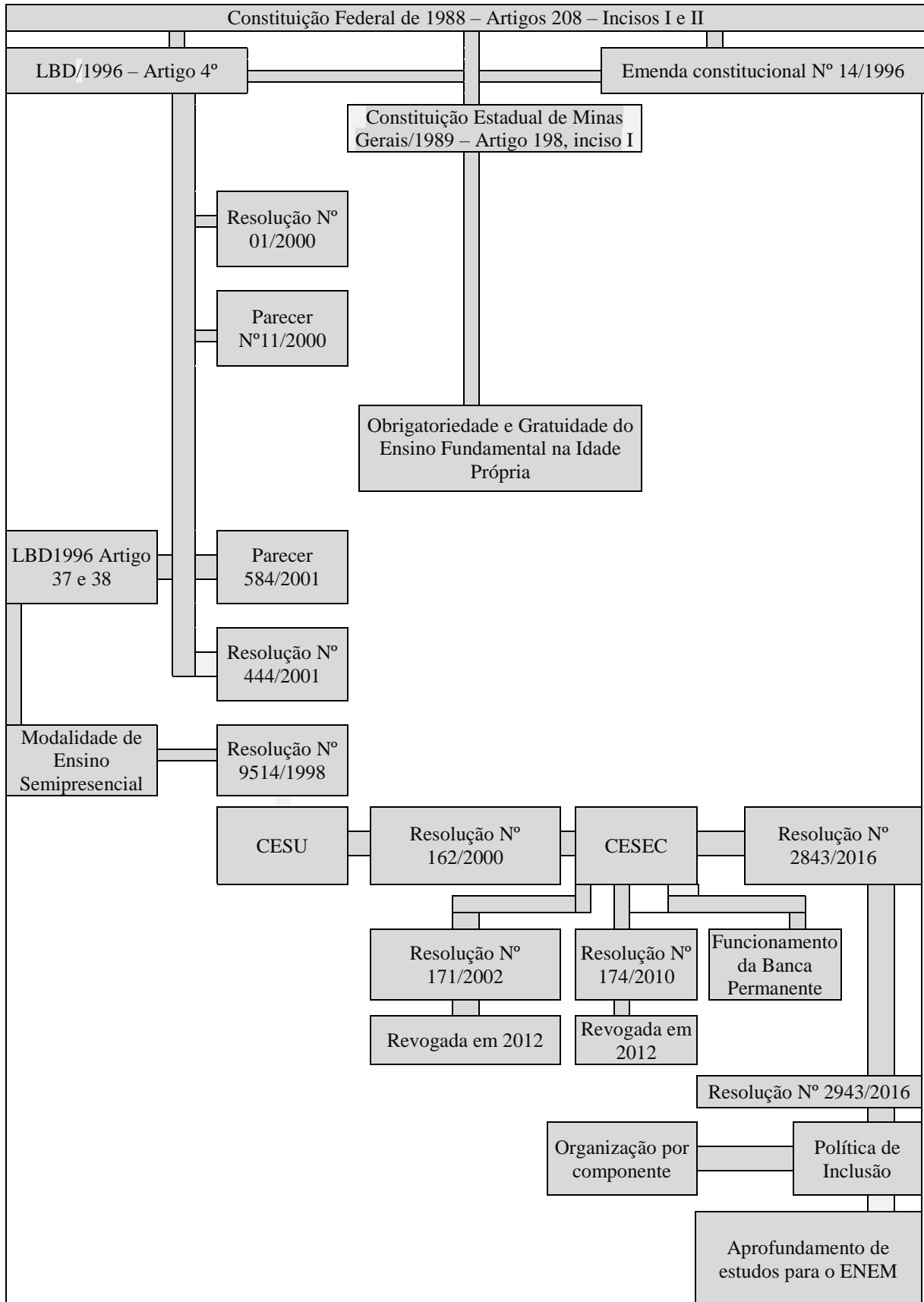
Através da Resolução SEE/MG 1.774 de 23 de dezembro de 2010 foram credenciados alguns o Centro de Educação Continuada para funcionamento de Banca Permanente de Avaliação¹², destinados a candidatos que não tiveram oportunidade de estudos na idade própria e que necessitem da conclusão do ensino fundamental e médio para a elevação de sua escolaridade e inserção no mercado de trabalho.

Em 28 de dezembro de 2012, é publicada a Resolução nº 2.250, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) de Minas Gerais e revogando a Resolução SEE nº 171, de 31 de janeiro de 2002, a Resolução SEE nº 1774, de 22 de dezembro de 2010, a Resolução SEE nº 9514, de 13 de novembro de 1998.

Sintetizando as informações que amparam a EJA no CESEC apresenta-se o organograma conforme figura 1.

¹² A Banca Permanente de Avaliação oferece Exames Especiais do ensino fundamental e médio em Centros Estaduais de Educação Continuada (CESECs), credenciados para esse fim a candidatos que não tiveram oportunidade de estudos na idade própria e que necessitem da conclusão desses níveis de ensino para elevação de sua escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Para a realização dos Exames Especiais o candidato deverá comprovar a idade mínima de 15 (quinze) anos completos para o Ensino Fundamental e 18 (dezoito) anos completos para o Ensino Médio.

Figura 1 – Organograma: Dispositivos legais que amparam a EJA



Elaborado pela autora.

Observados os limites e os princípios da Constituição Federal e da LDB, os entes federados são autônomos na gestão de suas atribuições e competências. Assim, o Estado de Minas Gerais define a organização, a estrutura e o funcionamento da EJA. Em janeiro de 2016, é publicada Resolução SEE/MG nº 2.843, originada de diálogos promovidos pela SEE/MG com a comunidade escolar, com os estudantes e profissionais da educação durante as Rodas de Conversas da Virada da Educação de Minas Gerais, realizadas nos Territórios de Desenvolvimento do Estado e também pelas reflexões promovidas pelo Grupo de Trabalho constituído para analisar e discutir o Ensino Médio e reunir sugestões advindas dos encontros de formação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

O sistema educacional mineiro, na modalidade de educação de jovens e adultos, apresenta uma abrangência de atendimento à população-alvo, que é expressa pela oferta e demanda de seus serviços. Em sua ampla diversidade cultural e econômica, Minas Gerais apresenta como forma de atendimento escolar na modalidade EJA – cursos semipresenciais, modalidade da Educação Básica ofertada nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade de direito, normatizado pela Resolução SEE/MG nº 2.943, de 18 de março de 2016, que dispõe sobre funcionamento e organização desses espaços, apontando para os programas de política de inclusão. O objetivo é consolidar a função social desses espaços públicos, oferecendo atendimento à juventude em toda sua diversidade e necessidade.

De acordo com o *site* da Educação de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) criou um grupo de trabalho composto pela diretoria e superintendência do Ensino Médio e quatro diretores de CESECs de SREs, que se reuniram, entre março e dezembro de 2015, com o objetivo de definir políticas de inclusão para essas unidades, levantar o perfil dos jovens que as procuram e melhorar e qualificar a legislação existente. O resultado desse trabalho foi a Resolução 2943/2016 que proporcionou avanços na legislação, acompanhando a política de inclusão e diversidade do Governo do Estado.

Os CESECs sofreram uma alteração no ano de 2016 dada pela Resolução 2943/2016 que passou a exigir a frequência mínima, presencial, de 16 horas por componente curricular. Essas horas-aula são direcionadas para orientação ou reforço aos alunos. Outro ponto de destaque é que os alunos deverão executar um projeto interdisciplinar para cada módulo. O CESEC oferecerá orientação e planejamento para esses projetos, aos estudantes que solicitarem.

Outra novidade é a possibilidade da Secretaria Estadual de Educação e a Superintendência Regional de Ensino autorizar o atendimento itinerante da Banca Permanente de Avaliação de instaurar Bancas Itinerantes de Avaliação, após análise de demanda que será realizada conjuntamente com o diretor do CESEC. Os CESECs passam a oferecer também atendimento especial obrigatório aos portadores de deficiência e cursos fixos profissionalizantes de curta duração, além de cursos de revisão e aprofundamento para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

1.2.1 A EJA no contexto da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais

A Secretaria de Educação de Minas Gerais é composta por: quatro subsecretarias; 17 superintendências; uma Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores (Magistra); três conselhos; e possui 47 Superintendências de Ensino do Estado de Minas Gerais distribuídas em seu território.

De acordo com o Censo Escolar de 2016, o estado de Minas Gerais possui 16.176 escolas entre públicas e privadas, atendendo uma população 4.572.940 alunos, nas diversas modalidades de ensino (creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, EJA e educação especial), representando 9,57% do alunado brasileiro.

A rede estadual é composta por 3.637 escolas. São 3.306 unidades (90,9%) localizadas em área urbana e 331 (10,1%) em área rural. As matrículas das escolas estaduais – reunindo todas as etapas e modalidades de ensino – somam um total de 2.134.086, sendo 97,4% matrículas em área urbana e 2,96% na área rural. Do total de escolas do estado, 1.672 oferecem a modalidade de ensino Educação para Jovens e Adultos (EJA), 252.807 estudantes. E, apesar da obrigatoriedade da educação, 13,3% dos jovens mineiros de 15 a 17 anos estão fora da escola.

A Secretaria de Educação de Minas Gerais buscando atender seu alunado possui políticas educacionais organizadas por em quatro grandes “itinerários pedagógicos”: Territórios Educacionais Sustentáveis, Desenhos Abertos, Códigos e Saberes em Deslocamento e Linguagens e Práticas em Conexão. Atualmente, a SEE/MG desenvolve os seguintes Programas e Ações de iniciativa própria: Escolas Sustentáveis, Educação Integral e Integrada; Educação para a Juventude; Educação do Campo, Indígena e Quilombola; Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão; Valorização e Formação dos Profissionais da Educação.

1.2.2 Panorama dos alunos matriculados no EJA semipresencial

De acordo com o Censo Escolar, o Brasil conta, em 2016, com aproximadamente 3,5 milhões de pessoas matriculadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade da Educação Básica direcionada a alunos que não puderam completar os estudos durante o período regular, ao longo da infância e da adolescência. Apesar das políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, inclusive para atender as metas 09 e 10 do Plano Nacional de Educação que contemplam esse público, pode-se observar um número declinante de matrículas em EJA, conforme dados do censo. No Brasil, esse número passou de 4,3 milhões em 2010, para 3,4 milhões, em 2016. Nesse mesmo período, a quantidade de escolas com essa modalidade de ensino reduziu em 7.677.

Em Minas Gerais, o declínio nas matrículas da EJA ocorreu de 2010 (373.119) a 2015 (308.405), e voltou a crescer em 2016, passando para 347.128 matrículas, conforme notícia “Governo estadual registra aumento de matrículas na Educação de Jovens e Adultos”, publicada no site da SEE/MG. Atribui-se esse aumento nas matrículas da EJA como:

Uma das prioridades neste Governo foi universalizar o acesso à escola e, para isso, ampliar e flexibilizar a oferta noturna para a modalidade de ensino, assim como do ensino médio regular, entendendo a necessidade daqueles estudantes que trabalham e exercem outras atividades durante o dia (SEE/MG, 2017).

Realça-se ainda, entre as ações da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, para atender os anseios da comunidade escolar que surgiu das rodas de conversa da Virada da Educação de Minas Gerais (VEM), a Resolução SEE nº 2.843 de 18 de março de 2016, que traz orientações para organização e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos nas escolas estaduais e para as que atendem no Sistema Prisional. Em 2015, a SEE/MG, como estratégia para promover o diálogo entre membros de toda a comunidade escolar e representantes das Superintendências Regionais de Ensino e do Órgão Central da Secretaria de Estado da Educação, dividiu o estado em dezessete territórios, onde foram realizados debates. Dentre as ações do movimento, a mais expressiva foi à execução do projeto “VEM”, uma chamada pública a todas as pessoas maiores de 15 anos que estavam fora das escolas.

Conforme notícia no *site* da SEE/MG, diretora de Educação de Jovens e Adultos da SEE/MG afirma:

A Campanha VEM escutou e discutiu com a juventude estratégias para criar uma escola mais afinada com a juventude. Com a flexibilização do horário no turno noturno, a inserção de conteúdos específicos e uma nova matriz direcionada para esse público, as pessoas tiveram um atrativo maior para retornar aos estudos e permanecer na escola (SEE/MG, 2017)¹³.

Dentre as principais mudanças, apresentada pela Resolução SEE/MG 2.843, estão a modificação e flexibilização do horário de entrada e saída nas escolas e a inserção de disciplinas que abordassem o universo desses alunos, como a Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho (DIM), que estimula a produção de projetos de inclusão ao mercado de trabalho.

No estado de Minas Gerais, de acordo o Censo Escolar 2016, são 2.936 escolas que oferecem a modalidade Educação de Jovens e Adultos, das quais 1.672 são estaduais distribuídas pelos territórios atendendo a 252.807 estudantes. A rede pública estadual oferece a EJA para os anos finais de Ensino Fundamental, a partir de 15 anos, e EJA do Ensino Médio, a partir de 18 anos. Os cursos da Educação de Jovens e Adultos ofertados nas escolas estaduais são presenciais. Os conteúdos são trabalhados em períodos semestrais e a oferta de vagas é feita no início de cada semestre.

A Educação de Jovens e Adultos ofertados pelos Centros de Educação Continuada – CESEC, no Estado de Minas Gerais, recebem orientações e procedimentos a partir dos preceitos legais norteiam sua oferta. O Parecer CNE Nº 11/2000, a Resolução CNE Nº 01/2000 do Conselho Nacional de Educação e, em nosso Estado, a Resolução SEE Nº 2.943/2016 de 18 de março de 2016, entre outros, estabelecem as normas gerais a serem adotadas na organização, sendo objeto de estudo permanente para pautar o entendimento e o planejamento fundamentado e capaz de responder aos anseios desses jovens e adultos.

Um dos princípios norteadores dos CESEC é reconhecer os jovens e adultos como sujeitos centrais de sua prática educativa, caracterizando o atendimento diferenciado, individualizado e flexível. Dessa forma, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) buscando a efetivação de suas ações, apresenta uma proposta de Reorganização da EJA, a partir dos Centros de Educação Continuada.

Nos CESECs, há cursos semipresenciais, que prestam serviços aos jovens que necessitam de certificação de conclusão do Ensino Fundamental e Médio, em tempo mais curto, por meio de bancas examinadoras. Não se exige frequência diária obrigatória, sendo 16 horas presenciais semestrais, por componente curricular, possibilitando ao aluno flexibilidade quanto ao tempo para estudos e liberdade para fazer sua própria organização curricular. Os

¹³Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/9083-governo-estadual-registra-aumento-de-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PECONs são postos avançados, em localidades de menor demanda, vinculados aos CESECs das cidades próximas.

Com o propósito de oportunizar aos jovens, adultos fora da faixa etária da escolaridade regular a concluir e a continuar os estudos, a EJA na modalidade semipresencial é oferecida em 94 Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) e 39 Postos Estaduais de Educação Continuada (PECON), em Minas Gerais. Atualmente, é ordenada pela Resolução 2.943/2016, que dispõe sobre funcionamento e organização dos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESECs) e os Postos de Educação Continuada (PECONs) que também passam a ocupar lugar de destaque na Educação em Minas Gerais. O objetivo é consolidar a função social desses espaços públicos, oferecendo atendimento à juventude em toda sua diversidade e necessidade.

1.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CESEC DORALICE ALVES RODRIGUES

Como já especificado anteriormente, a Constituição brasileira de 1988 amplia o dever do Estado com a Educação de jovens e adultos, dando caráter de obrigatoriedade com direito mais amplo à educação básica, pública e gratuita. A partir do texto constitucional, vários documentos legais foram constituídos para que esse direito fosse garantido. Mas cabe às instituições de ensino buscar as condições de garantir o direito aos saberes e ao conhecimento.

A Educação de Jovens e Adultos, em Patrocínio, Minas Gerais, iniciou suas atividades em 1983, funcionando como PES – Posto de Ensino Supletivo, vinculado ao CESU “Ordalina Vieira Roriz” da cidade de Patos de Minas, ministrando somente os anos finais do Ensino Fundamental. Em 1984, o governo municipal, em convênio com a Secretaria de Educação de Minas Gerais, criou Unidade de Ensino Supletivo – UES “Doralice Alves Rodrigues”, instalada como UES em 1987, ministrando os anos finais do Ensino Fundamental. Em 1998, passa a denominar Centro de Estudos Supletivos – CESU através do Parecer CEE nº 706, oferecendo somente os anos finais do Ensino Fundamental. O Ensino Médio é implantado em 1999 e no ano de 2000 sua nomenclatura passa a ser Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

O CESEC é uma unidade de ensino que tem como finalidade atender aos jovens e adultos no nível da educação básica: Ensino Fundamental e Ensino Médio e em educação profissional, cujo desafio é construir estratégias pertinentes para promover a formação e o aprendizado do aluno, mantendo o compromisso com a qualidade da educação. Desse modo, é

necessário fortalecer a presença do CESEC na sociedade enquanto instituição pública para Jovens e Adultos que, por vários motivos, não cursaram ou não concluíram a educação básica – Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para além de perceber a Educação de Jovens e Adultos de forma assistemática, é necessária também uma discussão mais significativa a partir de princípios legais norteadores com o objetivo de tornar a educação acessível a todos.

O CESEC “Doralice Alves Rodrigues” tem como missão educar em tempo oportuno, formar para a integração consciente, crítica e participativa na sociedade; Incentivar o amor ao conhecimento para o bem viver e conviver, seu Projeto Político Pedagógico tem o propósito aprimorar a qualidade do ensino pretendido e a aprendizagem traduzida em condições de exercer os saberes considera a escola como ambiente constante de debate, aperfeiçoando sempre os métodos e práticas educativas adequando à realidade e às necessidades para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

O processo educativo, construído tanto pelo esforço individual quanto pela interação com o outro, realça a mediação do professor e a troca de experiências como aspectos importantes a serem considerados na construção de estratégias que ultrapassem as práticas tradicionais e que sejam eficazes para orientação, acompanhamento e avaliação do aluno. Para isso, procura conhecer o perfil dos jovens e adultos, na intenção de compreender suas especificidades, traçando com objetividade o percurso que se pretende fazer, por meio de um planejamento fundamentado e capaz de responder aos anseios desses jovens. Toma-se como base os dispositivos legais Parecer CNE Nº 11/2000, a Resolução CNE Nº 01/2000 do Conselho Nacional de Educação, a Resolução SEE/MG Nº 2.943/2016 de 18/03/2016, entre outros, para pautar o entendimento e o planejamento. Portanto, reconhecer o perfil dos estudantes é essencial para a construção de uma educação que atenda às suas necessidades culturais, educacionais e sociais.

O CESEC “Doralice Alves Rodrigues” atende alunos com mais de 15 anos de idade. Funciona em dois turnos – vespertino e noturno –, atendendo entre 601 a 1000 alunos no Ensino Fundamental e Médio na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos

O quadro de pessoal obedecerá às normas que regulamentam a organização e funcionamento das unidades educacionais estaduais, bem como a Proposta Política Pedagógica e o Regimento Escolar do CESEC. O quadro de Pessoal e Administrativo é apresentado no quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Quadro de Pessoal Administrativo e do Magistério – CESEC Doralice Alves Rodrigues – 2017

Cargo	Nº de Servidores	
	Efetivos	Designados
Diretor(a)	1	
Especialista da Educação Básica (EEB)	1	1
Professor da Educação Básica (PEB)	13	
(PEB) Banca Permanente de Avaliação	3	
Professor no Uso da Biblioteca PEUB	0	
Professor de Apoio ao Uso da Biblioteca PEUB	1	
ATB (secretário)	1	
ATB (auxiliar de secretaria)		2
ATB (financeiro)		1
ATB (banca permanente)		1
ASB		3

Fonte: CESEC Doralice Alves Rodrigues, Projeto Político Pedagógico, 2017.

A EJA é uma modalidade de ensino no campo do direito aos sujeitos jovens, adultos e idosos, que por alguma razão não completaram seus estudos na idade certa. Dessa maneira, superar a concepção compensatória se baseia, principalmente, em repensar o currículo, considerando os contextos de vida, as experiências, as expectativas e as aspirações dos sujeitos. Discutir a EJA significa falar de práticas e vivências de um público muito particular e com características específicas, conforme destaca Silva:

Diante da proposição de se trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos – EJA depara-se, de pronto, com uma necessidade real de olhar para esses sujeitos de maneira diferenciada da comumente associada aos estudantes que seguem uma trajetória escolar quando crianças e adolescentes. As pessoas jovens e adultas, ao retornarem aos espaços de educação formal, carregam consigo marcas profundas de vivências constitutivas de suas dificuldades, mas também de esperanças e possibilidades, algo que não deveria ficar fora do processo de construção do saber vivenciado na escola (SILVA, 2010, p. 66).

Assim, é fundamental saber quem são e quais foram as vivências desses sujeitos em relação à escolarização. Dessa forma, o CESEC tem como desafio construir estratégias pertinentes para promover a formação e o aprendizado do aluno. Parreiras (1999) destaca a

necessidade em “conhecer e valorizar o tempo de vida atual de cada aluno jovem ou adulto em processo de escolarização”. Diante disso, é fundamental fortalecer a presença do CESEC na sociedade.

Conceber o espaço escolar, não como um local de transmissão de conhecimentos, de preparação para a vida futura, e sim de construção de conhecimentos, de troca e de relações socioculturais constantes, para um sujeito vivenciando um tempo de vida concreto, pode favorecer a motivação e permanência dos alunos jovens e adultos neste espaço. O tempo vivenciado no espaço escolar deve ser percebido como um tempo de vida e um tempo de reflexão desta vida, e a escola pode ser uma das agências formadoras desse e nesse tempo (PARREIRAS, 1999, p. 13).

O processo educativo, construído tanto pelo esforço individual quanto pela interação com o outro, realça a mediação do professor e a troca de experiências como aspectos importantes a serem considerados na construção de estratégias que ultrapassem as práticas tradicionais e que sejam eficazes para orientação, acompanhamento e avaliação do aluno.

O CESEC “Doralice Alves Rodrigues” reconhece os jovens e adultos como sujeitos centrais de sua prática educativa, configurando em sua proposta pedagógica como um dos princípios norteadores o atendimento diferenciado, individualizado e flexível. Nesse cenário, propõe um ambiente formativo privilegiado, na medida em que estimula situações de aprendizagem a partir das experiências vividas em espaços sociais, transformando no aprender escolar como possibilidade do desenvolvimento voltada para uma formação humana emancipadora, reflexiva, crítica e transformadora.

Diante disso o CESEC “Doralice Alves Rodrigues” pauta-se no artigo 6º da Resolução SEE/MG Nº 2943/2016 e incisos, na construção de sua na proposta político-pedagógica,

Art. 6º O Projeto Político Pedagógico da escola deve observar os valores, princípios e finalidades previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e, ainda, contemplar:

I – ambiente incentivador da curiosidade, do questionamento, do diálogo, da criatividade e da originalidade;

II – organização curricular adequado aos jovens e adultos;

III – incentivar a participação dos profissionais da educação em atividades de formação continuada para subsidiar o trabalho com jovens e adultos;

IV – utilizar metodologias e estratégias de aprendizagem diversificadas e apropriadas às necessidades e interesses dos estudantes;

V – aproveitar, em suas práticas educativas, os diversos espaços escolares disponíveis, bem como dos territórios da cidade e da comunidade local onde os CESEC estão inseridos;

VI – recorrer aos recursos audiovisuais, laboratórios, biblioteca, tecnologias de informação e comunicação como ferramentas facilitadoras e potencializadoras do processo de ensino-aprendizagem;

VII – adotar em seu processo avaliativo instrumentos que possibilitem ao estudante formas de avaliação diagnóstica e formativa, ao longo do processo de ensino-aprendizagem e permitindo estratégias para a tomada de consciência pelo estudante sobre suas conquistas, dificuldades, possibilidades e necessidades, bem como propiciar ao professor construção e a adequação de suas práticas pedagógica e metodologias utilizadas;

VIII – possibilitar aos estudantes situações de aprendizagem que proporcionem ao estudante a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades socialmente significativas, visando formar o cidadão solidário, autônomo, competente e responsável;

IX – valorizar os conhecimentos e habilidades adquiridos pelo estudante por meios informais.

O CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, de acordo com seu Regimento Escolar 2017, é uma unidade de ensino que possui características específicas, organiza seu atendimento através de curso semipresencial, certificações e educação profissional. Sendo sua finalidade atender a Jovens e Adultos que não cursaram ou não concluíram as etapas da Educação Básica correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

É importante lembrar que o público da EJA é formado por sujeitos que já fizeram um bom percurso de vida e que buscam uma formação que tragam significado a eles. Parreiras enfatiza:

Os alunos da EJA chegam à escola com uma grande bagagem de conhecimentos, adquiridos ao longo de suas histórias de vida. São homens ou mulheres, mais jovens ou mais velhos, imigrantes de diferentes regiões do país, com diferentes religiões e etnias. Trazem assim, conhecimentos, crenças e valores já constituídos. É a partir do reconhecimento do valor de suas experiências de vida e visões de mundo, que cada aluno jovem ou adulto pode se apropriar das aprendizagens escolares de modo crítico e original, na perspectiva de ampliar sua compreensão, seus meios de ação e interação no mundo. Por isso, é função da educação potencializar esses conhecimentos e habilidades que o jovem e o adulto trazem para a escola, tornando-os mais capazes para enfrentar sua vida cotidiana (PARREIRAS, 1999, p. 11).

O corpo docente desta Instituição Educativa é composto por dezesseis professores graduados, quatorze tem pós-graduação na área que atuam e um tem mestrado. São profissionais comprometidos que buscam constantemente o aperfeiçoamento profissional através de capacitações oferecidas pela SEE/SRE entre outros. Estão sempre empenhados em proporcionar um ensino de qualidade, levando em consideração a identidade, os interesses e cultura dos estudantes, realizando o atendimento individual de forma dinâmica e eficaz,

incluindo em suas práticas pedagógicas, projetos e ações educativas com intencionalidade de valorização da inclusão, da diversidade cultural e social.

O perfil dos discentes atendidos pelo CESEC “Doralice Alves Rodrigues” advém dos diversos bairros de Patrocínio e região, apresentam diferentes níveis sócios culturais e também de diferentes faixas etárias. São normalmente alunos trabalhadores que não conseguiram por algum motivo, no transcorrer de suas vidas, completarem seus estudos no período apropriado. Anseiam regularizar sua vida escolar, visando à continuidade dos estudos em outros níveis de escolaridade.

A EJA na modalidade de ensino semipresencial – anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio –, oferecido pelo CESEC, se caracteriza pelo regime didático de matrícula por disciplina ou conjunto de disciplinas, a qualquer época do ano. Sua organização, estrutura e funcionamento incluem momentos presenciais e não presenciais, sem frequência obrigatória.

Na implementação do currículo, o CESEC “Doralice Alves Rodrigues” busca evidenciar a contextualização e a interdisciplinaridade, permitindo ao aluno a compreensão mais ampla da realidade. Sua metodologia de ensino-aprendizagem possibilita o atendimento individualizado, a flexibilidade na organização do tempo escolar, o respeito ao ritmo de aprendizagem do aluno e sua disponibilidade de tempo para os estudos. Para êxito nos estudos, o aluno deve ser orientado a comparecer aos plantões dos professores orientadores de aprendizagem e, após o cumprimento do plano de estudo, submeter-se à avaliação de aprendizagem de cada módulo.

A escola se compromete com a concepção das Matrizes curriculares e dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC) coerentes com as mudanças e as necessidades dos alunos. O currículo da escola é desenvolvido de acordo com as normas vigentes. Conforme estabelecido na Resolução SEE/MG nº 666, de 07 de abril de 2005, o CESEC deve aplicar os CBC no processo de orientação da aprendizagem do aluno. A organização curricular do curso dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio do CESEC devem contemplar os componentes curriculares que integram a Base Nacional Comum, como também a Língua Estrangeira Moderna na Parte Diversificada do Currículo, e deve ser desenvolvida com metodologias e estratégias de ensino adequadas às características do curso Artigo 23. A Educação Física, componente obrigatório de todos os anos do Ensino Fundamental e Médio, será facultativa ao estudante apenas nas situações previstas no § 3º do artigo 26 da Lei nº 9394/96. Ensino Religioso não integra a organização curricular do CESEC, considerando a especificidade de organização e funcionamento dessa escola, conforme assegurado na Lei nº 15.434 de

05/01/2005 e Decreto nº 44.138, de 26/10/2005. Dessa forma, os Componentes Curriculares que integram as áreas de conhecimento estão apresentados no quadro 5.

Quadro 5 – Componentes curriculares por áreas de conhecimentos

	Áreas de conhecimento	Componente Curricular
Ensino Fundamental	I – Linguagens	Língua Portuguesa e suas Literaturas e Redação
		Língua Estrangeira Moderna: Inglês
		Arte
		Educação Física
	II – Matemática	
	III – Ciências da Natureza	
	IV – Ciências Humanas	História
		Geografia
Ensino Médio	I – Linguagens:	Língua Portuguesa e suas Literaturas e Redação
		Língua Estrangeira Moderna: Inglês
		Arte
		Educação Física
	II – Matemática	
	III – Ciências da Natureza	Biologia
		Física
		Química
	IV – Ciências Humanas	História
		Geografia
		Filosofia
		Sociologia

Fonte: Elaborado pela autora.

Para as ações serem trabalhadas pelos Componentes Curriculares diretamente, são elaborados planejamento Anual e seus respectivos Planos de Estudos a serem entregues aos alunos no primeiro dia de aula. O Plano de Estudos é o conjunto de atividades que deverão possibilitar ao estudante a preparação para a realização dos módulos, incentivar a pesquisa e a

participação coletiva ampliando conhecimentos e possibilidades. Para tanto, ele deverá conter: conteúdos por módulos; atividades de estudos por módulos; indicativos de livros, *sites*, filmes, perguntas e temas a serem desenvolvidos.

De acordo com as Orientações para oferta de EJA nos CESEC – Diretoria de Educação de Jovens e Adultos/MG, para cada componente curricular será distribuído um mínimo de cinco e um máximo de oito módulos. A esse conjunto chamamos de Plano de Estudo, que deverá possibilitar ao estudante a preparação para a realização dos módulos, incentivar a pesquisa e a participação coletiva, ampliando conhecimento e possibilidades em seu desenvolvimento pessoal.

O processo de avaliação consiste, essencialmente, em determinar se os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do CESEC e os planos de ensino, em consonância com os parâmetros adotados na abordagem dos conteúdos. A avaliação deve, preferencialmente, focalizar a compreensão dos fatos, a percepção de relações e a mobilização dos conhecimentos, habilidades e competências construídos, evitando a aferição somente de dados memorizados.

Ao longo do processo de ensino e aprendizagem no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, atividades variadas, como trabalhos e pesquisas, são desenvolvidas para enriquecer os estudos dos alunos com informações e produção de novos conhecimentos. Além disso, eles se configuram também como importante instrumento para diagnosticar as habilidades e competências desenvolvidas pelo aluno. Portanto, caberá ao professor, como orientador de aprendizagem, de acordo com as especificidades de cada componente curricular, preparar e propor ao aluno um Plano de Estudos com propostas de atividades, projetos de pesquisa, leituras, produção de textos diversos, como relatórios e redações. Esse plano será cumprido conforme a disponibilidade e o ritmo de aprendizagem de cada aluno. Caberá também ao professor o acompanhamento do aluno na realização do plano, registrando a quantidade e qualidade de sua participação e observando seu envolvimento com a própria formação e seu rendimento em relação a parâmetros e níveis pré-estabelecidos de conhecimentos, competências e habilidades fundamentais.

Toma-se como pressuposto o fato de que a educação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza do país sendo, portanto, um direito social assegurado pela Constituição Federal do Brasil. Assim, sendo um mecanismo para realizar a igualdade dos cidadãos, importa ressaltar que, apesar disso, grande parte da população brasileira não tem acesso à escola. Diante das demandas a favor da educação para jovens e adultos, o governo foi levado a efetuar maiores financiamentos na EJA, ampliar sua

oferta, e definir diretrizes curriculares capazes de garantir a qualidade do ensino oferecido nessa modalidade. O Plano Nacional de Educação (PNE) em sua meta nove prevê a elevação da taxa de alfabetização, a erradicação do analfabetismo absoluto e a redução na taxa de analfabetismo funcional. Portanto, CESEC é uma instituição fundamental na busca para o sucesso da referida meta.

O corpo discente do CESEC é formado por jovens, adultos e idosos que lhe foram vedados o direito à educação, seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis. Assim, a gestão escolar necessita pensar sobre quais fatores contribuem para a permanência do educando na instituição e desenvolver ações pedagógicas pautadas na qualidade da educação.

O CESEC “Doralice Alves Rodrigues” é composto por alunos com variados perfis, apresentado o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE)¹⁴ em valor absoluto 42,44 – Médio Baixo. São alunos de faixas etárias variadas, das diferentes classes sociais e situações educacionais. Jovens que deixaram recentemente o ensino regular e buscam na EJA a oportunidade de conciliar trabalho e estudo e também adultos que não tiveram oportunidade de estudos na época certa, ou que desistiram dos estudos por algum motivo específico e que por motivos também diversos tiveram que retomar seus estudos. Mas, todos com um objetivo comum, terminar seus estudos o mais rápido possível. Esse é o maior problema que os professores enfrentam. Conseguir conscientizar os alunos de que é preciso diminuir a ansiedade, mas ao mesmo tempo, persistirem nas suas metas. Incentivar os educandos a continuar, mesmo que demorem um pouco mais, convencê-los de que são capazes, é o maior desafio do corpo docente do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

Entre os anos 2010 e 2017, o fluxo de aluno na modalidade de Educação de Jovens e Adultos apresentou números significativos. Consequentemente, escolas que ofereceram a modalidade de ensino EJA, no Brasil, reduziram de 39.641, em 2010, para 31.964, em 2016, ou seja, 7.677 escolas deixaram de ofertar a EJA, conforme dados do censo. Nesse período, a matrícula nesta modalidade de ensino reduziu em 805.060.

¹⁴ As bases de dados utilizadas para a construção desse indicador dizem respeito às respostas dadas pelos alunos aos questionários contextuais da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc, também denominada Prova Brasil) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), referentes aos anos de 2011 e 2013 (INEP, 2013).

Quadro 6– Número de escolas que oferecem EJA – Brasil 2010-2017

Ano	Total	Públicas	Privadas
2010	39641	38620	1021
2011	38245	37240	1005
2012	36826	35853	973
2013	37060	36086	974
2014	35516	34576	940
2015	34589	32511	2078
2016	31964	29995	1969
2017	32262	30427	1835

Fonte: QEDU – Censo 2010 a 2017.

Analisando os resultados da série, representado no quadro acima, observamos, em 2016, que 2625 escolas deixaram de oferecer a Educação de Jovens e Adultos, no Brasil. Para o mesmo período, a queda na matrícula dessa modalidade de ensino foi de 9.695 alunos. Após um longo período, constatou-se uma redução significativa nas matrículas da EJA. Porém, em 2017, observou-se um comportamento diferente, um aumento em 298 as escolas que ofertam esta modalidade de ensino. Ao observar o número de matrículas, computaram-se 116.542 a mais do ano anterior.

Quando observamos os dados do Estado de Minas Gerais, para o mesmo período, houve um aumento significativo no número de matrículas, passando de 308.405, em 2015, para 347.128 matrículas, em 2016, representando um crescimento de 12,55%. Porém, no ano seguinte, Minas Gerais apresentou dados contrários ao Brasil, registrando uma queda de 5.998 matrículas na EJA. Observando o número de matrículas na EJA no município de Patrocínio constata-se que vem reduzindo gradativamente, no período de 2013 a 2017. É importante ressaltar que o Estado de Minas Gerais adota política de chamamento dos Jovens e Adultos que estão fora da escola que ainda não concluíram a Educação Básica. Esse trabalho é realizado pelas escolas que fazem o cadastro dos jovens e adultos que estão fora da escola e posteriormente realiza a matrícula. Mesmo diante desse cenário, o município de Patrocínio computa decréscimo nas matrículas para essa modalidade de ensino conforme destacado no quadro 7, que apresenta as matrículas na EJA e o número de escolas que oferecem a EJA, no período de 2010 a 2017.

Quadro 7 – Número de escolas e matrículas da EJA – Patrocínio/MG 2010-2017

ANO	MATRÍCULAS			ESCOLAS		
	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA
2010	1712	1548	164	14	13	01
2011	1423	1336	87	13	12	01
2012	1684	1656	28	14	13	01
2013	1814	1814	00	10	10	00
2014	1815	1815	00	09	09	00
2015	1609	1510	99	11	10	01
2016	1603	1528	75	12	11	01
2017	1595	1527	68	12	01	01

Fonte: QEDU, Censo 2010 a 2017.

Acompanhando o panorama do estado de Minas Gerais, o CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, para o período de 2015 a 2017, teve uma queda de 38,03% nas matrículas da EJA. No CESEC, a frequência não é obrigatória, com atendimento individual e personalizado ao aluno, apresentando uma tendência ao individualismo, descaracterizando-se como um espaço socializador, tornando o processo educativo pragmático. Esse pode ser um dos fatores que colaboram para a evasão escolar.

Examinando os registros nos livros administrativos do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, há números, exibidos a seguir, que materializam o problema da evasão escolar, apresentado como indicadores expressivos. O quadro 8 apresenta a relação entre a matrícula efetivada e conclusão por componente curricular do Ensino Fundamental, observando o período de 2012 a 2017 do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

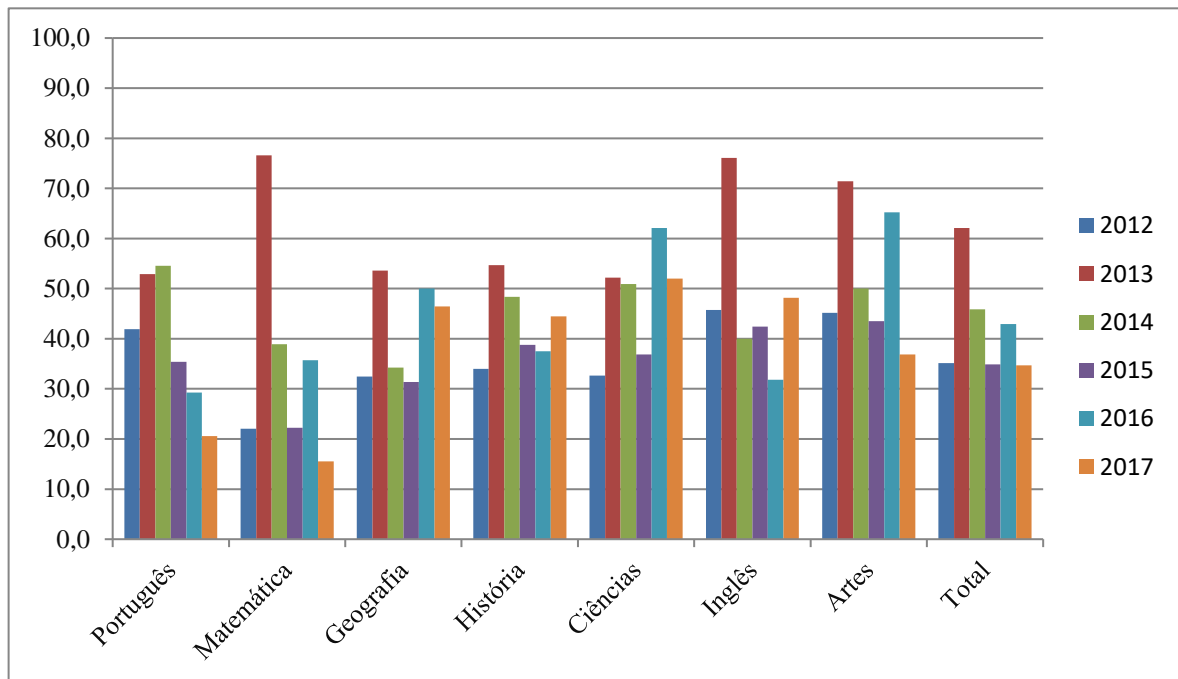
Quadro 8 – Relação entre a matrícula efetivada e conclusão por componente curricular 2012-2017 – Ensino Fundamental – CESEC “Doralice Alves Rodrigues”

	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões
Português	74	31	87	46	77	42	65	23	41	12	34	08
Matemática	68	15	64	49	72	28	63	14	42	15	45	09
Geografia	37	12	56	30	38	13	51	16	30	15	28	14
História	53	18	75	41	31	15	49	19	32	12	18	11
Ciências	49	16	69	36	53	27	57	21	29	18	25	17
Inglês	35	16	71	54	35	14	33	14	22	07	27	13
Artes	31	14	63	45	34	17	46	20	23	15	19	10
Total	347	122	485	301	340	156	364	127	219	94	196	82

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do livro de registro do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

Observando as matrículas por componente curricular no Ensino Fundamental, nota-se que são superiores nas disciplinas de Matemática e Português. A porcentagem de conclusão em Português para o período observado reduziu de 42%, em 2012, para 21%, em 2017; em Matemática, a redução foi de 17,5%, em 2012, para 15,5%, em 2017. Ao observar o total de conclusões, a porcentagem é pequena. Apenas no ano de 2013, superou 50% das matrículas por componente curricular. Os dados são sintetizados no gráfico 6 apresentado em percentual de conclusão por componente curricular e ano de conclusão.

Gráfico 6 – Taxa (%) de conclusão por componente curricular 2012 a 2017 – Ensino Fundamental – CESEC “Doralice Alves Rodrigues”



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do livro de Registro CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

Analisando o gráfico, conclui-se que Português, Matemática e Artes apresentaram queda na taxa de conclusão no período destacado, ao contrário das demais disciplinas, que contaram com elevação percentual de conclusão. Já o Ensino Médio apresenta maior índice de conclusão, porém, ainda modesto.

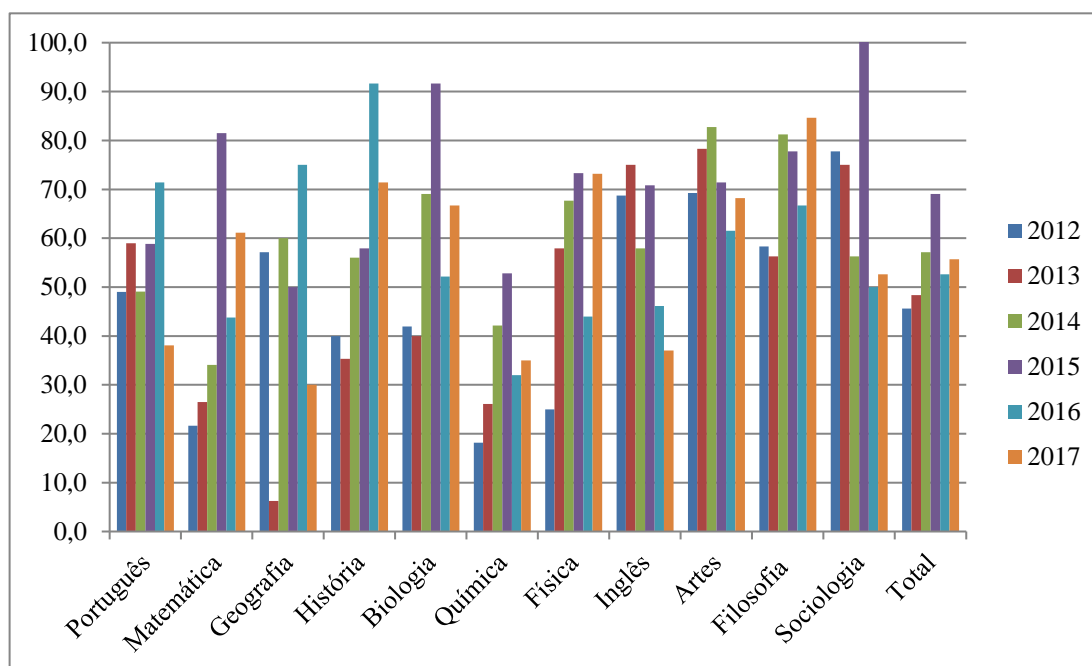
Quadro 9 – Relação entre a matrícula efetivada e conclusão por componente curricular 2012-2017 – Ensino Médio CESEC “Doralice Alves Rodrigues”

	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões	Matrículas	Conclusões
Português	49	24	39	23	53	26	17	10	14	10	21	08
Matemática	60	13	34	09	44	15	28	22	32	14	54	33
Geografia	28	16	16	01	20	12	16	08	08	06	20	06
História	35	14	17	06	25	14	19	11	12	11	14	10
Biologia	31	13	25	10	42	29	24	22	23	12	36	24
Química	22	04	23	06	38	16	36	19	25	08	40	14
Física	28	07	19	11	34	23	30	22	25	11	41	30
Inglês	16	11	24	18	19	11	24	17	13	06	27	13
Artes	26	18	23	18	29	24	14	10	13	08	22	15
Filosofia	24	14	16	07	16	13	18	14	12	08	14	11
Sociologia	36	28	12	09	16	09	14	11	14	07	19	10
Total	355	162	248	118	336	192	239	166	190	100	308	174

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do livro de registro do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

No Ensino Médio, Português, Geografia, Inglês, Arte e Sociologia tiveram queda no percentual de conclusão no período observado, embora a taxa de conclusão total tenha mantido próxima de 50%, conforme apresentado no gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 – Taxa (%) de conclusão por componente curricular 2012 a 2017 – Ensino Médio – CESEC “Doralice Alves Rodrigues”



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do livro de Registro CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

Quando se trata da conclusão do nível de ensino, conforme consta no livro de registro do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, no ano de 2012, a escola contabilizou 1.112 matrículas, dos quais 312 alunos evadiram. Em 2013, dos 919 alunos matriculados, 311 evadiram. No ano de 2014, o CESEC contou 1010 matrículas e desses 312 evadiram, este número teve um crescimento alarmante em 2015, dos 1188 alunos matriculados 570 evadiram. Em 2016 além da elevada taxa de evasão o número pequeno de conclusão das etapas da educação básica é baixo.

Um fator relevante verificado é que há divergência entre o CESEC “Doralice Alves Rodrigues” e o Educacenso. Sendo justificado, pois as datas de encerramento dos dois registros não coincidem, uma vez que o CESEC encerra dentro do ano letivo e o Educacenso encerra em data determinada. Como o aluno do CESEC pode concluir o nível de ensino a qualquer época do ano, pode ocorrer essa variação. Mais um fator a se ressaltar é a nomenclatura usada no SIMADE para o aluno que evadiu: “Deixou de Frequentar”.

Outro dado importante é quanto ao número de alunos matriculados constantes no livro de registro do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. Aluno matriculado contabilizado no SIMADE é aquele que concluiu pelo menos uma disciplina. Diante dessa justificativa, o quadro 10 apresenta a movimentação do total de alunos do Ensino Fundamental e Médio

referente aos anos de 2012 a 2017 do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, de acordo com o SIMADE.

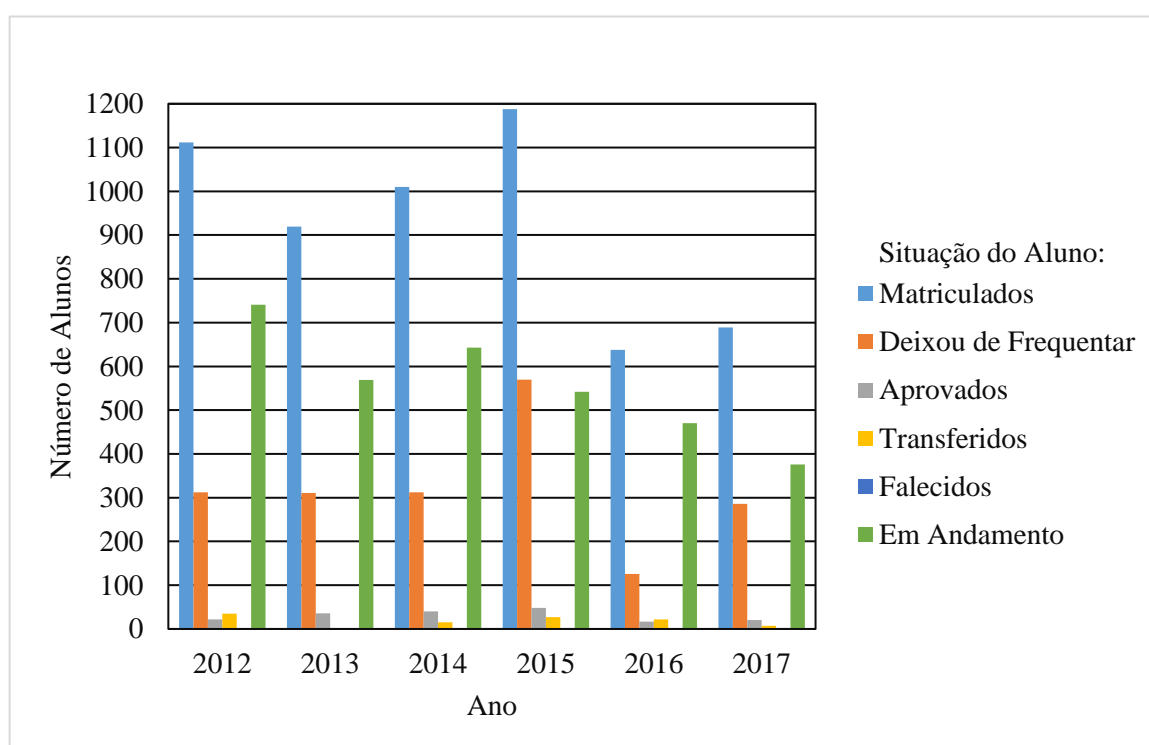
Quadro 10 – Movimentação dos Alunos Ensino Fundamental e Médio 2012-2016

Situação do aluno:	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Matriculados	1112	919	1010	1188	638	689
Deixou de Frequentar	312	311	312	570	126	286
Aprovados	22	36	40	48	17	20
Transferidos	35	02	15	27	22	07
Falecidos	02	01	00	01	01	00
Em Andamento	741	569	643	542	470	376

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do SIMADE.

Com o propósito de dar maior clareza na comparação das informações da matrícula na EJA, período 2012 a 2017, no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, conforme dados do SIMADE/EDUCACENSO, apresenta-se o gráfico 8.

Gráfico 8 – CESEC Doralice Alves Rodrigues – Movimentação de alunos 2012-2017



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SIMADE.

Observando o gráfico 8, nota-se que o número de alunos que concluíram todos os componentes curriculares é muito pequeno e a evasão escolar (alunos que deixaram de frequentar) é crescente no período observado, representando 28,05% dos alunos matriculados, em 2012, 33,84%, em 2013, 30,89%, em 2013 e 47,98%, em 2014. No ano de 2015, esse número foi mais alarmante, contabilizando 47,98% dos alunos matriculados. Outro fato importante para ser investigado nesta pesquisa é a redução do número de matrículas em 2016 que foi de 53,7% em relação ao ano anterior e dos alunos que deixaram de frequentar, representando 19,43%. No ano seguinte, em 2017, contabilizou-se um acréscimo de 7,99% nas matrículas em relação ao ano anterior. Mas, quando se verifica a quantidade de alunos que deixaram de frequentar, esse percentual é de 41,5% dos alunos matriculados e, em relação ao ano anterior, esse número é de 127%, fato alarmante.

No CESEC não há reprovação, uma vez que o aluno ao se matricular não tem previsão de término do curso. A conclusão ocorre de acordo com sua dedicação. Para o período destacado, o aluno que não comparecer ao plantão do componente curricular que está matriculado para orientação do professor, no período de 60 dias consecutivos, é considerado evadido e tem sua matrícula cancelada. Se esse período ultrapassar um ano entre dois testes, o aluno não poderá ter aproveitamento do estudo realizado anteriormente, conforme previsto na Resolução SEE/MG nº 2.250, situação que foi revogada pela resolução SEE/MG nº 2.943 de 18 de março de 2016.

A resolução vigente não determina o tempo que o aluno pode se ausentar do plantão para orientação do professor, porém determina que seja necessário cumprir um tempo mínimo de 16 horas de frequência ao plantão por componente curricular. Nota-se que a EJA sinaliza uma aceleração de conteúdo e conta com escassez de materiais didáticos o que se vê é uma oferta compensatória e aligeirada.

1.3.1 Evasão dos alunos do Ensino Fundamental no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”

Como já ressaltado, a evasão escolar é um fenômeno social complexo, um problema que vem preocupando as instituições de ensino em geral, pois a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas. Esta pesquisa busca conhecer as variáveis como situação social e dinâmicas familiares que estão envolvidas, além de outros elementos que vão além dos limites da escola e levam à evasão. Além disso, planejar e propor

ações capazes de serem adotadas e que podem melhorar gradativamente a situação, valendo-se dos recursos disponíveis para garantir a permanência dos alunos na escola.

Retomando a resolução SEE/MG nº 2250 de 28 de dezembro de 2012, que tratava o aluno como evadido quando deixava de comparecer ao CESEC por um período consecutivo de 60 dias letivos, revogada pela resolução SEE/MG Nº 2.943/2016, não trata a não permanência do aluno como evadido, porém prevê que a frequência diária do estudante não é obrigatória. Entretanto, ele deverá cumprir a carga horária especificada de 16 horas por componente curricular no tempo presencial. Professores e estudantes devem estar juntos num mesmo território educativo para orientação do Plano de Estudo. Assim, o CESEC não tem mais a obrigatoriedade de retirar o aluno do SIMADE caso deixe de frequentar a escola. E no encerramento do ano letivo, essa informação é encerrada como: Deixou de Frequentar.

Comparando as informações de matrículas do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” no SIMADE com o Censo Escolar, existe uma divergência de informação. Tal divergência ocorre em consequência da movimentação do aluno. Como a matrícula no CESEC pode ser efetuada a qualquer época do ano e o Censo possui datas determinadas para encerramento, constitui-se a diferença nos números. O livro de registro de matrículas do Ensino Fundamental do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” consta um número inferior aos informados no SIMADE. No SIMADE são registrados apenas os alunos que concluem pelo menos um componente curricular. Assim, ao comparar os dados, é possível verificar que um grande número de alunos deixou de frequentar a escola, conforme informado no quadro 11, a seguir, pegando um recorte de 2014 a 2017.

Quadro 11 – Matrículas registradas no SIMADE X Matrículas Registradas no Livro do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” – Ensino Fundamental 2014-2017

	2014	2015	2016	2017
SIMADE	576	475	474	308
Livro de registro de matrícula do CESEC	138	98	88	94

Fonte: SIMADE/ Livro de registro de matrícula do CESEC.

Ao verificar-se os registros de matrículas do Ensino Fundamental do educandário, buscando justificar a diferença entre os números listados no quadro 11, observou-se que, no Livro de registro de matrícula do CESEC, são lançados apenas os alunos que concluem pelo menos um componente curricular no ano. Já no SIMADE são lançadas todas as matrículas.

Outro fator importante nessa pesquisa são as conclusões. Para o período 2014-2017, dos 418 alunos listados no livro de matrículas, apenas 10,53% concluíram o Ensino Fundamental.

Diante dessas informações, evidencia-se a necessidade de que a equipe gestora possa ter uma visão real e trabalhar com dados concretos sobre a promoção dos alunos, de maneira que se possa identificar as forças e fragilidades da instituição.

2 A EVASÃO NA EJA E SEUS DESAFIOS

Neste capítulo, pretende-se aprofundar com mais detalhes no objetivo analítico da pesquisa, que é discutir a evasão e baixa conclusão dos alunos da modalidade da EJA semipresencial no Centro Estadual de Educação, por meio do levantamento e coleta de dados e também da revisão bibliográfica. Como objeto central, temos a produção escrita sobre EJA. Para subsidiar o conteúdo deste capítulo serão utilizados as seguintes referências: André (2013), Araújo (2012), Vilhena (2012), Coutinho (2005), Duarte (2014), Parreiras (1999), Pedralli e Rizzatti (2013), Di Pierro e Ximenes (2011), Oliveira (1999), Carmo (2010), Soares e Pedroso (2013), Freire (2014), Silva (2015), Oliveira (2007), Haddad (2007), dentre outros. Nessa perspectiva, avaliar-se-á, no decorrer deste estudo, a descrição dos fatores que contribuem para o abandono do curso, bem como casos de sucesso no que se refere às práticas efetivadas pela gestão pedagógica para a diminuição das taxas de evasão na EJA.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DO CASO

O trabalho se insere no campo da Educação de Jovens e Adultos e, neste tópico, antes de apresentar os achados da pesquisa e de se fazer a análise dos dados levantados, é necessário descrever o percurso metodológico, considerando que toda investigação prevê uma organização da metodologia, o universo, a amostra e os instrumentos utilizados para coleta e apresentação dos dados. Para isso, torna-se importante definir as estratégias para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Portanto, para dar embasamento teórico, nos fundamentamos em uma pesquisa bibliográfica. Além disso, realizamos pesquisa de campo que, no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, sendo que o universo da pesquisa são os nove docentes, a gestora, a supervisora e a secretária. Assim, foi proposta a aplicação de questionário aos docentes com vistas a levantar informações a respeito da evasão dos alunos da EJA. As entrevistas com a equipe gestora e secretária tiveram como foco investigar como lidam com a evasão escolar, o que é feito para minimizar a evasão e garantir a permanência do aluno na escola. Além da gestão em si, é importante destacar o papel da secretária na matrícula dos alunos, pois esse setor ocupa um cargo notável no incentivo, verificação e cumprimento das matrículas dos alunos, influenciando diretamente nos dados sobre a evasão escolar da escola.

A escolha do método de pesquisa foi orientada pelo fato de ser uma instituição com um número pequeno de servidores, o que possibilitou a realização das entrevistas

semiestruturadas com a equipe gestora e a secretária da escola em foco. Para os professores, foram aplicados questionários, uma vez que esse era o maior número de atores a ser pesquisado. Assim, os questionários foram escolhidos tendo em vista a facilidade de aplicação e a facilidade de tabulação dos dados.

Fizeram parte da pesquisa de campo doze pessoas, sendo: um gestor, um supervisor, uma secretária e nove professores. Os professores apenas responderam ao questionário. A gestora, a supervisora e a secretária foram entrevistadas. As entrevistas foram gravadas para posterior transcrição dos áudios e análise, sendo que ocorreram nos dias 06 e 07 de junho de 2018, na sala da diretora da do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. O ambiente estava calmo, silencioso, propiciando uma entrevista tranquila. Os entrevistados responderam a todas as perguntas, seguindo um roteiro pré-determinado.

O estudo proposto levou-nos a desenvolver uma pesquisa qualitativa, descritiva de caráter exploratório, buscando compreender o problema em questão, tendo como fonte o ambiente escolar. Segundo André (2013), em uma pesquisa, a rigidez metodológica é a “explicitação dos passos seguidos na” realização da pesquisa, ou seja, a descrição clara e pormenorizada do caminho percorrido para alcançar os objetivos, com a justificativa de cada opção feita natural e direta da coleta de dados e o questionário como principal instrumento. O autor afirma que isso evidencia a preocupação com o rigor científico da pesquisa, ou seja:

Se foram ou não tomadas as devidas cautelas na escolha dos sujeitos, dos procedimentos de coleta e análise de dados, na elaboração e validação dos instrumentos, no tratamento dos dados. Revela ainda a ética do pesquisador, que ao expor seus pontos de vista dá oportunidade ao leitor de julgar suas atitudes e valores (ANDRÉ, 2013, p. 96).

Assim, iniciou-se pela leitura e entendimento da fundamentação teórica acerca do próprio processo de investigação científica. De acordo com Vilhena (2012), “o século XXI colocou o conhecimento no topo dos elementos chave e fonte de poder e prosperidade das nações”. Portanto, a investigação é a chave para se alcançar o conhecimento e as novas ideias, ou seja, é imprescindível para o sucesso nesta sociedade do conhecimento (COUTINHO, 2005 *apud* VILHENA, 2012). Dessa forma, o conhecimento se dá através do delineamento do objeto que, antes, ignorado passa a ser conhecido mediante nossas experiências investigativas na reconstrução simbólica dos dados.

Ao optar pelo estudo qualitativo em uma pesquisa, Peres e Santos (2005) *apud* André (2013) evidenciam três pressupostos básicos que devem ser observados: 1) o conhecimento está em constante processo de construção; 2) o caso envolve uma multiplicidade de

dimensões; e 3) a realidade pode ser compreendida sob diversas óticas. Assim, de acordo com Nisbett e Watts *apud* André (2013), uma pesquisa qualitativa percorre três etapas. Sendo a primeira delas, a etapa exploratória, onde define o foco de estudo; a segunda etapa é da coleta de dados ou de delimitação do estudo; e, por fim, a análise sistemática dos dados.

Ademais, sendo uma pesquisa qualitativa, foi feita uma pesquisa nos livros de registros (atas, registro de matrículas, SIMADE) e observação para a descrição dos índices de evasão do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” constantes no primeiro capítulo desta dissertação.

Vale destacar que, sendo o ambiente escolar a fonte natural e direta da coleta de dados, a entrevista foi escolhida como o principal instrumento. Duarte (2004) considera que as entrevistas qualitativas são importantes ferramentas para a pesquisa acadêmica e assevera que:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 215).

Para o autor, a efetivação de uma boa entrevista exige que o pesquisador defina os objetivos de sua pesquisa, conheça, significativamente, o contexto em que pretende realizar sua investigação, fazer uma entrevista “não válida” com o roteiro para evitar “engasgos” no momento da realização das entrevistas válidas, ter segurança e autoconfiança, manter determinado nível de informalidade sem se afastar dos objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação. Portanto, numa investigação qualitativa em educação, há uma diversidade de estratégias e inúmeros tópicos possíveis para sondar. As estratégias e os procedimentos utilizados pelo investigador permitem levar em consideração as experiências sob a ótica do investigado, gerando uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos.

Toda investigação fundamenta-se em uma orientação teórica. Os fundamentos teóricos são um norte para o investigador recolher e analisar os dados, e tratá-los com coerência. Dessa forma, o trabalho foi planejado levando em consideração a seguinte sequência. Primeiramente, identificou-se o problema, levantou-se hipóteses que poderiam ser confirmadas ou desprezadas e delimitou-se um período para a investigação, sendo a

abrangência deste os anos de 2014 e 2017. Para fundamentar a pesquisa de campo, foram realizados questionários com o corpo docente entrevistas com a equipe gestora e secretária.

2.2 EIXOS DE ANÁLISE

A evasão de alunos do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” faz parte de um contexto maior, que toca problemas sociais, econômicos, em nível nacional, estadual e municipal. Esses alunos possuem uma história pregressa, abandonaram a escola por dificuldades diversas: timidez, dificuldade de aprender, problemas em casa, dificuldade em entender a explicação dos professores, necessidade de trabalhar. Muitas vezes essas mesmas dificuldades se repetem dentro do CESEC.

2.2.1 A cultura da educação na EJA e os desafios da gestão para a redução da evasão

A Antropologia, segundo Parreiras (1999), enfoca que todo ser humano constrói conhecimentos através do domínio das práticas culturais existentes em seu meio e que este tipo de aprendizagem obedece a certas lógicas. Assim, tempo e espaço determinam formas e qualidades de aprendizagens.

É relevante acentuar que a EJA apreende uma dinâmica própria do público que atende. Portanto, deve-se considerar que esse público traz consigo uma grande bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo de suas histórias de vida. Tal afirmação é destacada por Soares e Pedroso:

Eles trazem consigo saberes, crenças e valores já constituídos, e é a partir do reconhecimento do valor de suas experiências de vida e de suas visões de mundo que cada aluno jovem ou adulto pode apropriar-se das aprendizagens escolares de modo crítico e original, na perspectiva de ampliar sua compreensão e seus meios de ação e interação no mundo (SOARES, PEDROSO, 2013, p. 253.).

Soares e Pedroso ainda afirmam a importância de se levar em conta a formação do educador de jovens e adultos e a base teórica que irá fundamentar sua prática. Os autores enfatizam:

As teorias pedagógicas construídas com base no período da infância (quando se acreditava que os tempos da educação se esgotavam depois da infância e da adolescência), não atendem às características inerentes à EJA e, portanto,

não respondem às demandas advindas da prática do seu educador (SOARES, PEDROSO, 2013, p. 252).

A evasão escolar é uma realidade nas escolas atuais, sendo mais constantes nos anos finais do Fundamental e do Ensino Médio. A adversidade da evasão escolar preocupa a escola e seus representantes, ao perceber alunos com pouca vontade de estudar ou com importantes atrasos na sua aprendizagem. A evasão também se faz presente na EJA, sendo favorecida por variados fatores que dificultam a permanência do aluno em sala de aula. Freire destaca:

São várias as causas da evasão na EJA, tais como as sociais, políticas, culturais e pedagógicas. Os mesmos enfatizam que entre as pedagógicas, pode-se destacar a falta de uma proposta pedagógica em que as disciplinas sejam integradas, já que no mundo elas não estão separadas e, o adulto, por carregar um conjunto de saberes que adquiriu na prática social, precisa se situar nos conteúdos propostos para cada disciplina (FREIRE, 2014, p. 19).

Ainda sobre a evasão escolar, Araújo elenca:

A evasão é o resultado de processos que ocorrem em todos os sistemas e que ao identificá-los possibilita a reflexão e a busca por mudanças que possam prevenir e ou reduzir significativamente o número de alunos excluídos, garantindo a permanência do aluno à escola e melhorias nestes contextos (ARAÚJO, 2012).

Segundo Petralli e Cerutti-Rizzatti (2013), a evasão escolar é fenômeno presente na EJA. No entanto, não se pode considerar que ela é gerada da falta de interesse e comprometimento por parte dos adultos na permanência na esfera educacional. Ressaltam:

Tal fenômeno não é reflexo da incapacidade de automotivação ou da ineficiência da tentativa de motivação de outrem para a permanência do aluno no espaço escolar, tampouco é causal a falta de esforço por parte dos educandos; tendemos a crer no movimento contrário: a evasão é consequência desse processo, o reflexo de uma realidade vivida por essas pessoas nos ambientes de escolarização (PETRALLI; CERUTTI-RIZZATI, 2013, p. 772).

Segundo Silva, a evasão se identifica como um ato evasivo, de forma que, consiste no processo, de escapar, evadir ou fugir dos compromissos.

O termo evasão caracteriza o fenômeno da fuga, no caso do ensino, entende-se a evasão pelo abandono escolar no decorrer do período letivo ou, pela não matrícula, sendo este caracterizado como abandono do curso, vez que interrompe com o vínculo estabelecido, entre aluno e escola, pois a não

renovação do compromisso de continuar na instituição escolar; entende-se por esta situação por evasão, e é vista como abandono sem intenção de voltar (SILVA, 2015, p. 66).

Assim, buscando identificar possíveis fatores que permeiam o processo de evasão escolar, para que a escola conheça e reflita sobre os diferentes aspectos na tentativa de oferecer uma educação que venha atender às necessidades do educando e, principalmente, superar o processo de evasão escolar, tomou-se como campo o CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. Sobre a evasão escolar, Santos esclarece:

A evasão escolar é uma temática que atinge todos os níveis de educação, desde os primórdios, desafiando todos os especialistas e agentes envolvidos na educação. Este fenômeno conceituado como o abandono da escola, sobrevém em prejuízos diretos para o desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo, como a não qualificação e a falta de oportunidade de empregos (SANTOS, p. 62).

No que se refere à EJA e reconhecendo as especificidades dos alunos que se matriculam, a LDB de 1996, assim como as DCN para a EJA (2008), ajudam a caracterizar essa política. Todavia, mesmo com esse delineamento, as ações implementadas ainda não têm correspondido a bons índices de ingresso e conclusão. Segundo Haddad (2007):

No caso dos cursos de EJA, há uma grande flexibilidade quanto à composição do tempo das diversas etapas e do conjunto de etapas necessárias à conclusão dos cursos. Essa tradição constituiu-se a partir da ideia de que jovens e adultos devem frequentar cursos com tempo menor do que aquele do ensino regular. Dois fatores costumam fundamentar tal característica. O primeiro deles é aquele que justifica o tempo menor para que o jovem e o adulto possam recuperar o tempo perdido; portanto, devem realizar o curso de forma mais rápida. O segundo entende que a experiência de um adulto, sua maturidade, seu aprendizado através da vida, o faria um cidadão com conhecimentos que deveriam apenas ser complementados pela experiência escolar (HADDAD, 2007, p. 204).

Nesta seção, buscou-se apresentar visões de autores sobre a evasão dos alunos da EJA, no Brasil, no intuito de buscar na bibliografia pertinente dados sobre a evasão escolar, abandono e retorno escolar.

2.3 ANÁLISE DO DADOS: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO DOS ALUNOS NO CESEC “DORALICE ALVES RODRIGUES”

De que forma a equipe gestora do “Doralice Alves Rodrigues” pode contribuir para minimizar as taxas de evasão na EJA? Para responder a essa questão, buscou-se descrever o CESEC em foco e as taxas de evasão nos anos de 2012-2017. Além disso, analisar a perspectiva da equipe gestora da escola, professores e secretária sobre os motivos da evasão dos alunos e, propor ações com vistas a minimizar tais dados. Dessa forma, realizamos uma pesquisa de campo para o cenário da pesquisa o CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, sendo que o universo da pesquisa são os nove docentes, a gestora, a supervisora e a secretária. Assim, foi proposta a aplicação de questionário aos docentes com vistas a levantar informações a respeito da evasão dos alunos da EJA

Para amparar a discussão desta seção, além dos referenciais teóricos, foi usado o resultado das entrevistas semiestrutura e questionários realizados com atores educacionais envolvidos diretamente com o trabalho na instituição. As informações e discussão pretenderam possibilitar uma das ações realizadas no CESEC em estudo, considerando a observação, o entendimento e as experiências vivenciadas pelos profissionais. Dessa forma, as análises das respostas ocorreram de forma qualitativa.

Assim, para a pesquisa qualitativa ocorrer de forma satisfatória, além das entrevistas e questionários realizados com os atores da CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, foram utilizadas informações cedidas pela administração da escola e observações e análises dos registros da escola, a fim de tentar identificar quais são os desafios que se colocam diante desses profissionais dentro do contexto da gestão escolar.

2.3.1 Perspectiva da gestão

O papel do gestor no ambiente escolar é fundamental para envolver a equipe da escola com os objetivos galgados. O gestor é entendido como um líder e coordenador das atividades da escola, é um importante mediador do projeto político pedagógico da escola e das demais ações e atividades desenvolvidas e assume responsabilidades administrativas e pedagógicas. Faria assevera que o gestor deve:

[...] ter a capacidade de delimitar um problema, analisar fatores internos ou externos que o acarretam e, principalmente, perceber até que ponto práticas

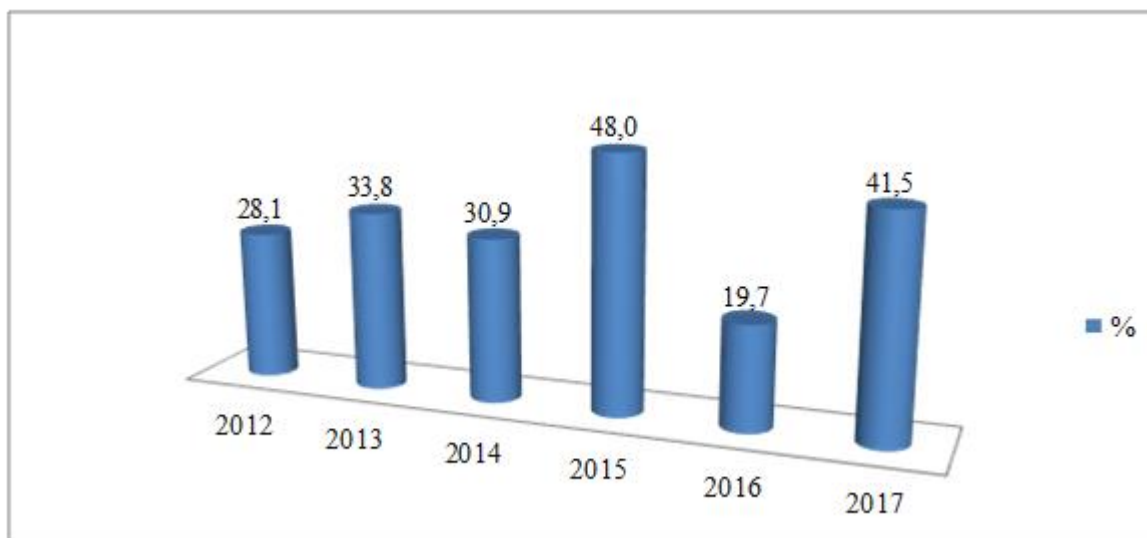
cotidianas no interior da própria escola contribuem para amenizar ou aumentar/criar um problema que interfere nos resultados do trabalho da equipe escolar (FARIA, 2013, p. 16).

O gestor, além de administrar conflitos, desenvolve o papel motivacional e, para isso, faz-se necessário conhecer trabalho desenvolvido, possibilitando a edificação de ambiente de interação, troca de experiência e realização de trabalho em equipe. Diante disso, indagando a gestora do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, averiguou-se que ela possui formação acadêmica em Ensino e Aprendizagem de História e sua experiência com EJA vem de cursos da EJA Presencial, o “Acertando o Passo” e “A caminho da cidadania”. Na instituição, são de 15 anos e, nesse percurso, trabalhou como professora, orientadora de aprendizagem, vice-diretora e, há 11 anos, como gestora.

A gestora ao ser questionada quais são os principais desafios da EJA no CESEC “Doralice Alves Rodrigues” respondeu que é a evasão:

O maior problema que eu encontrei, e que ainda encontro, é a questão da evasão escolar, porque o aluno do CESEC, ele vem pro CESEC, ele começa muito bem, mas de repente ele some, aí depois ele volta, e vai, sai e ele volta, e é aquele vai e volta [...] (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

O principal desafio da EJA, destacado pela gestora, pela supervisora e professores é a evasão. Conforme informações retiradas do SIMADE, a taxa de alunos que deixaram de frequentar o CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, no período 2012 a 2017, é preocupante, apresentando em 2017 uma taxa de 41,5%, conforme mostra o gráfico 9. Destaca-se que o SIMADE não informa aluno como evadido e sim como deixou de frequentar.

Gráfico 9 – Taxa de evasão – CESEC Doralice Alves Rodrigues 2012-2017 – SIMADE

Fonte: Elaborado pela autora, com dados retirados do SIMADE.

A evasão escolar na EJA do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” é reconhecidamente elevada. Analisando o gráfico 9, com o demonstrativo estatístico, pode-se observar que o percentual de alunos que “deixaram de frequentar”, conforme tratado no SIMADE, é bastante preocupante, uma vez que somente em 2016 há uma taxa ligeiramente inferior a 20%. Vale ressaltar que, nos anos de 2015 e 2017, esta taxa foi extremamente alta, 48% e 41,5%, respectivamente. Haddad afirma que a evasão escolar na EJA

[...] ocorre em função não só de fatores internos aos processos de ensino-aprendizagem, provocados pelas dificuldades inerentes a essa modalidade de educação, mas também por fatores externos vinculados às difíceis condições de vida dos alunos. Para superar tais dificuldades, é importante que ocorram incentivos à permanência dos alunos (HADDAD. 2007, p. 204).

Outro ponto importante acentuado pela gestora foi a movimentação do aluno entre a escola regular presencial e o CESEC: “[...] às vezes ele acha ‘ah, mas tá difícil aqui, não, eu vou pro Presencial’, aí fica lá um tempo no Presencial, ‘não, mas lá não dá pra... não tá certo’, volta pra cá de novo” (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018). Conforme ressaltado pela gestora, a movimentação do aluno entre o CESEC e a escola de ensino regular contribui para esse evada da escola. Carmo destaca: “[...] a evasão escolar está presente em qualquer lugar onde esteja estabelecida a educação escolarizada, em todas as faixas etárias, em maior ou menor grau conforme a classe econômica do aluno ou sua família” (CARMO, 2010, p. 3).

Dentre os desafios estão os profissionais que ainda não trabalham muito bem na metodologia da EJA, embora a gestora tenha afirmado: “Mas é um problema contornável, que com o tempo a gente, o professor, o supervisor, a gente, juntamente com a direção, a gente vai orientando e com o tempo ele começa a trabalhar de acordo com a metodologia” (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Pode-se constatar, nos últimos anos, avanços nas políticas públicas voltadas para a universalização do Ensino Fundamental e Médio obrigatório, com a oferta e a expansão de vagas para as crianças e adolescentes em faixa etária escolar. A vista disso, vê-se necessário uma atenção especial voltada a Educação de Jovens e Adultos, a fim de fortalecê-la para reintegrar ao sistema educacional aqueles que tiveram seu percurso interrompido pela repetência, evasão ou desigualdade de oportunidades. Di Pierro e Ximenes asseveram:

A inscrição no aparato jurídico do direito dos jovens e adultos à escolarização não teve o impacto esperado nas políticas educativas na última década do século XX, uma vez que as reformas implementadas sob o condicionamento de contenção do gasto público privilegiaram o ensino fundamental na infância e adolescência, mantendo a modalidade em uma posição marginal na agenda governamental (DI PIERRO; XIMENES, 2011, p. 3).

Ainda a respeito da descontinuidade do universo dos programas/projetos, direcionados a EJA, Haddad atesta:

A escolarização de jovens e adultos, embora não seja uma política pública emergente, apresenta descontinuidade na sua implementação. Os programas e projetos renovam-se a cada nova gestão, mostrando que há menos um sistema de ensino e mais um atendimento que depende das contingências locais (HADDAD, 2007, p. 201).

Com isso, poder-se-ia ter profissionais capacitados, melhoria do atendimento, inovação constante da prática pedagógica, além de um diálogo permanente entre os atores que compõem a modalidade. Nas palavras de Silva (2015):

É necessária, a construção de políticas que priorizem de fato a qualidade desta modalidade de ensino. Que garantam a contratação de profissionais qualificados e que estes estejam motivados e formados especificamente para este fim. As qualidades do educador e dos métodos utilizados na educação de jovens e adultos influenciam muito na permanência ou não do aluno em sala de aula. Abordar temas pertinentes à realidade do aluno, fazer conexões entre as disciplinas e suas relações culturais, econômicas e sociais, é primordial para prender a atenção do aluno, pois torna o aprendizado mais

atraente, despertando seu interesse, e fazendo com que descubra na educação um verdadeiro significado (SILVA, 2015, p. 26746).

De acordo com a fala da gestora, a última capacitação oferecida para alguns docentes pela SEE/MG foi em 2008, quando participou. Embora esteja sempre pesquisando e também conta com o apoio dos técnicos da SER, ela vê a necessidade de uma capacitação voltada exclusivamente para essa área, conforme destaca em sua fala a seguir:

Já teve, e eu passei por algumas capacitações, mas já tem muito tempo, eu acho que se não me engano a última foi em 2008, então, já tem dez anos. Já tem muito tempo e foi muito bom. Na época, essa capacitação, não foram todos os professores, mas foram alguns representantes que depois repassaram para os professores, então, foi muito bom. Agora, falta isso, infelizmente, atualmente tá faltando essa capacitação, porque tudo muda e tudo evolui, né? E não é, a educação também precisa dessa evolução. A gente procura pesquisar, estar sempre atento com a ajuda dos técnicos do SRE, que tão sempre nos apoiando, ajudando, mas, mesmo assim eu acho que precisaria uma exclusiva, específica pra essa área. Até porque são alunos de perfil diferenciado. Porque até a EJA Presencial, muita coisa precisa também ser adaptada pra Semipresencial (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Segundo a gestora, os alunos, ao se matricularem, recebem orientação quanto à conclusão do curso.

Nós passamos orientação de que o CESEC é uma escola que atende às necessidades dele, que é uma escola aberta, que ela é flexível, que ele pode fazer o tempo dele, que ele pode estudar no tempo dele, ele pode terminar o mais rápido que ele puder, que ele der conta, então a gente orienta muito essa questão, quanto mais ele vier, quanto mais ele empenhar, mas rápido ele termina. Então, que tudo depende dele, do esforço dele (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

A gestora, ao ser indagada se os alunos matriculados CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, procuram a Banca Permanente de Avaliação para realizar a certificação, responde:

Sim, e é até uma orientação e uma indicação nossa, porque é o seguinte, quando a Banca Permanente foi criada no CESEC, né, que publicou a criação da Banca Permanente do CESEC, nós ficamos muito amedrontados de tirar, de perdermos os nossos alunos, e quando foi criada, em 2011, a orientação da Secretaria, da DEJA, era que nem fosse divulgada a Banca, né? E hoje já é o contrário, que deve ser divulgada. E na verdade isso é um engano pro CESEC, porque eu acho que as duas têm que trabalhar juntas, porque lógico, nós não estamos querendo empatar a vida de ninguém se ele

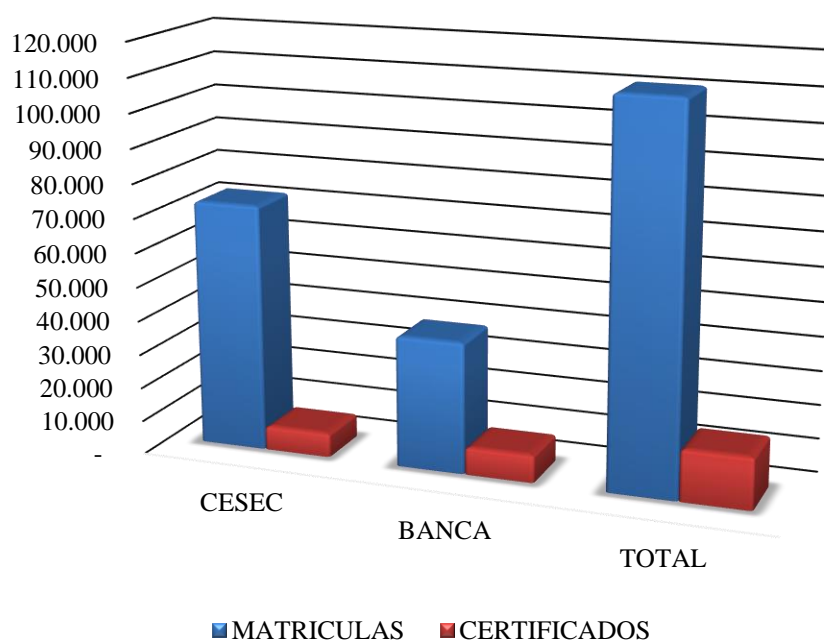
tem condições de ir, então, se ele tem condição de ir, ele faz as provas na Banca e avança naquilo que ele consegue, e aquilo que ele tem dificuldade ele conclui aqui porque ele precisa de mais orientação, de mais acompanhamento. Então nós trabalhamos hoje com as duas coisas e isso trouxe muito ganho, por quê? Porque o aluno, ele vê que ele vai, porque às vezes ele chega aqui “ah, eu parei no 9º ano” (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

O aluno, na busca pela certificação, pode conciliar a Banca Permanente de Avaliação com o curso da EJA no CESEC, inclusive a gestora valida que:

A Banca, hoje, ela é entendida como uma ação motivadora complementa o CESEC, porque ele vai mais rápido, e ele sana realmente aquilo que é deficiência, aquilo que estava faltando. Então, é um grande ganho pro CESEC, eu acho que a Banca, ela nos ajuda muito na questão da conclusão dos alunos (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

O gráfico 10 apresenta a relação matrícula e certificação EJA CESEC, no estado de Minas Gerais, em 2017. As informações foram retiradas da planilha compartilhada pela SEE/MG, no *Google Drive*, com os CESECs do Estado. Em 2017, os CESECs somaram 72.711 matrículas, sendo que apenas 9,8% conseguiram a certificação, o que representa 7.112 alunos. Enquanto a Banca Permanente de Certificação teve 38.732 inscritos, dos quais 21% (8.141 alunos) conseguiram a certificação.

Gráfico 10 – Relação matrícula e certificação – EJA CESEC – MG 2017



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados fornecidos pela SEE/MG.

Corroborando com a fala da gestora, eu, enquanto professora do CESEC em estudo, vivenciei esta situação, na qual o aluno frequentava a EJA, buscando orientação com o professor e, paralelamente, tentava a certificação na Banca, procurando, assim, o término da etapa de ensino mais rapidamente. A Banca, além de representar uma possibilidade a mais para a certificação do aluno, também é apontada como uma ferramenta motivadora para a permanência do aluno no CESEC até sua conclusão. Porém, podemos observar que a EJA sinaliza uma aceleração de conteúdo, constatando uma oferta compensatória e aligeirada.

Os dados do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, apresentados outrora no gráfico 9, no período de 2012 a 2017, mostra uma média de 33,7% dos alunos que “deixaram de frequentar” a escola e apenas 3,2% conseguiram a conclusão do nível de ensino (Fundamental ou Médio). De acordo com as informações fornecidas pela DEJA SEE/MG, 26,3% dos alunos inscritos nos CESECs de Minas Gerais, em 2017, deixaram de estudar; em número absoluto, são 29.314 pessoas jovens e adultos sem a conclusão da educação básica, o que consolida a temática da evasão escolar que ocorre não só no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, mas também, em todo Estado

Diante disso, e pretendo responder à questão central desta pesquisa (de que forma a equipe gestora do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” pode contribuir para minimizar as taxas de evasão na EJA?), a gestora foi interrogada se era de seu conhecimento o número de alunos que deixaram de frequentar o CESEC, nos últimos anos. Ela respondeu:

A gente tem assim por alto, mas muitos... uns dois anos pra cá a gente tem notado que esses alunos eles estão concluindo, mesmo que não seja no CESEC eles tão concluindo, ou na Banca Permanente de Avaliação, ou no caso era o ENEM, agora é o ENCEJA, eles saem mas, porque fica muito difícil da gente mensurar, por isso, porque como eles podem aproveitar tudo, então eles podem, aqui a gente aproveita tudo, a gente aproveita o Presencial, a gente aproveita o ENCEJA, o ENEM, o Exame de Banca que tem aqui também, esses exames que tem, Telecurso, então muitos alunos que deixaram retornaram, vamos dizer assim, o número, a porcentagem de alunos que não terminam, né, a gente, acho que fica em torno ali dos 30%, porque os outros terminam. Pode não ser por aqui, mas terminam (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Vale ressaltar que o CESEC atende em regime de aproveitamento de estudos, tanto no ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Ou seja, aluno originado da escola de Ensino Regular com reprovação em alguma disciplina do 9º ano Ensino Fundamental ou do 3º ano do Ensino Médio, cursa apenas as disciplinas em que foi reprovado. O CESEC recebe, ainda, alunos com algumas disciplinas concluídas pelo Telecurso, pela Banca Permanente de

Avaliação, Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA), Exames Supletivos e ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), com certificação para o Ensino Médio até o ano de 2016 para completarem os estudos.

Mesmo diante de todas essas possibilidades ainda há um número expressivo de alunos que não concluíram o ensino, acentuando o desafio da gestão com relação a evasão. Com relação ao acompanhamento dos alunos, no que se refere à frequência e conclusão, a gestora afirma que é feito bimestralmente.

Nós fazemos um acompanhamento através da presença deles, do cruzamento de presença e matrícula. Como ele não é obrigado a vir todos os dias, quer dizer, ele vem no tempo dele, a gente cruza a frequência dos professores, livro de frequência que eles têm lá na sala de aula, quantas vezes eles vieram, os que não vieram, e aí a gente sempre tá fazendo esse cruzamento, da frequência com a matrícula, porque aqueles que não vêm a gente tira eles até do sistema, né? Então, no bimestre, ele fez a matrícula, ele não compareceu, ele é retirado, ou se ele compareceu uma vez, duas vezes (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

E quando perguntada sobre a forma como o aluno é computado no sistema, no caso relatado acima, a gestora enfatizou ele é informado como “Evadido”, complementando:

E muita das vezes esse aluno, já aconteceu e acontece direto, às vezes a gente tira ele no início da tarde, à noite ele volta. Então as meninas fazem “gente, mas eu acabei de tirar esse menino do sistema vou ter que voltar com ele”, mas isso acontece, porque às vezes ele fica três meses sem vim, dois meses, aí a gente já tá considerando ele evadido, e ele volta (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Foi perguntado também à gestora quais medidas são tomadas pela direção, quando se diagnostica que determinado aluno apresenta baixa frequência e/ou abandona o CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. A mesma respondeu:

[...] sempre orientamos os professores e a supervisão pra estar de olho nesses evadidos, então eles passam pra nós a lista desses alunos quando dentro do bimestre, pra não esperar só o final do bimestre, a gente... todo final de mês eles passam pra gente uma listinha desses alunos que sumiram, a gente liga, a gente manda recado quando é conhecido de outro aluno, a gente liga, pergunta por que não tá vindo, muitos voltam, a maioria volta a frequentar, porque eles alegam diversas situações. É porque tá doente, é porque tá trabalhando, e porque tem um problema na família, então é assim que a gente tenta amenizar essa questão da evasão (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Os motivos relatados pela gestora estão em consonância com a pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes –RJ – PPGSP/UENF “Evasões e Retornos na EJA” (CARMO, 2010). Segundo tal pesquisa:

Os motivos de Evasão para jovens e adultos acima de 15 anos, alunos de EJA, verificou que Necessidade de trabalho/renda 32,6%, Dificuldade de acesso ou para frequentar a escola 26,2 %. Falta de interesse /não quis mais estudar 38,3%, Outros 2,9%.

Vale destacar que a gestora demonstra preocupação com os alunos faltosos e dentro das possibilidades procura contatá-los para trazê-los de volta ao ambiente escolar. Mas, conforme alega, há fatores de ordem particular do estudante que impossibilita o seu resgate. Araújo e Santos (2012) afirmam que a evasão está relacionada com três categorias: fatores referentes às características individuais dos estudantes, fatores internos às instituições e fatores externos às instituições. Para Oliveira, os altos índices de evasão e repetência nos programas de Educação de Jovens e Adultos indicam:

Falta de sintonia entre essa escola e os alunos que dela se servem, embora não possamos desconsiderar, a esse respeito, fatores de ordem socioeconômica que acabam por impedir que os alunos se dediquem plenamente a seu projeto pessoal de envolvimento nesses programas. Outro ponto mencionado pelo autor que diz respeito à especificidade dos jovens e adultos como sujeitos de aprendizagem relacionada com o processo de exclusão da escola regular é o fato de que a escola funciona com base em regras específicas e com uma linguagem particular que deve ser conhecida por aqueles que nela estão envolvidos (OLIVEIRA, 1999, p. 62)

Em como o baixo índice de conclusão afeta o CESEC “Doralice Alves Rodrigues” em termos administrativos, a gestora enfatizou que não há problemas quanto à redução no número de funcionários, uma vez que trabalha com um número enxuto de pessoal, justificando que:

[...] estar atento adotando medidas de chamar o aluno, de procurar, de colocar, até mesmo de divulgar às vezes no rádio, de chamar, desse boca-a-boca, que é importante, do aluno que vem aqui é bem tratado e espalha pros demais de vir aqui [...] (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

A gestora ressaltou que é feito o controle pela Secretaria e pela DEJA, que constantemente enviam relatórios de frequência, de matrículas, de aprovações. Tais ações são

cobradas rotineiramente, porém a gestora afirma que outros CESECs já vivenciaram redução no número de servidores durante o ano letivo.

Ao indagar a gestora sobre quais os fatores que ela percebe que comprometem a permanência do aluno no CESEC, a mesma respondeu:

[...] que a grande interrogação nossa é isso, por que o aluno do CESEC, e da EJA no geral, ele é tão vulnerável a deixar a escola? Eu costumo dizer o seguinte, que eu acho que muito dos alunos que vêm pro CESEC, são alunos que não gostam muito de estudar. Que tem um histórico escolar aí, sei lá, problemático, eu não sei o que levou ele a não terminar no tempo certo, mas ele é muito suscetível a qualquer problema, um problema familiar, uma doença na família, uma viagem [...] (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Conforme a fala da gestora, uma das características dos alunos evadidos da EJA é não gostar de estudar. Em uma pesquisa realizada pelo economista Marcelo Neri, citada por Carmo (2010), aponta que um dos motivos que levam os jovens a evadirem da escola é falta de interesse:

Constatações estatisticamente significativas acerca dos fundamentos da diversidade de motivos para a evasão na EJA que pode empreender o questionamento da tese da “falta de interesse” como causa principal de evasão entre os jovens de 15 a 17 anos, fundamentada no senso comum e travestida academicamente pelo economista Marcelo Néri (CARMO, 2010, p. 2).

No meu percurso profissional, tanto como professora quanto gestora, pude observar que o não gostar de estudar, a falta de interesse dos alunos, o aluno “problemático”, conforme citado pela gestora, em muitos casos é consequência de falta de conhecimentos que são pré-requisitos para o aluno se manter na escola. No que diz respeito à EJA, Soares e Pedroso afirmam:

É importante atentar para o fato de que a experiência de vida de seus educandos confere a essa modalidade educativa uma identidade que a diferencia da escolarização regular, com demandas educativas específicas, características diferenciadas de aprendizado, práticas adequadas de trabalho, representações também distintas acerca da idade cronológica e do tempo de formação (SOARES; PEDROSO, 2013).

A gestora do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” reconhece a importância da metodologia utilizada na escola, todo o planejamento pedagógico, a forma de trabalhar e também constata que muitos alunos acham difícil o CESEC.

Então, eu acho também que a metodologia utilizada na escola, todo o planejamento pedagógico, a forma de trabalhar, eu acho que ela é importante, lógico, né? Nós precisamos o que nós vivenciamos muito, que muitos alunos acham que o CESEC é difícil, que aqui aprende mesmo, né, que aqui tem que estudar, que aqui tem que ver todo o conteúdo, então muitos acham difícil. Outros, já acham que isso é uma vantagem da escola [...] (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Diante dessa afirmativa, é preciso repensar elaboração de propostas curriculares que vá ao encontro das necessidades, das exigências e dos interesses desses sujeitos. Assim como afirma Rodrigues:

Os conteúdos que estão presentes no currículo devem ser pensados dentro do contexto da identidade e das aspirações dos diversos sujeitos que estão matriculados na EJA, bem como as estratégias pedagógicas e metodologias que devem ser utilizadas da melhor maneira e mais adequadas, visando a otimização do ensino e da aprendizagem (RODRIGUES, 2014, p. 15).

Outra questão colocada à gestora foi: quando o aluno do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” migra para a Banca Permanente de avaliação, concluindo o ensino, como é encerrada sua matrícula?

Quando ele termina pela Banca, logo a secretária da Banca nos solicita o histórico parcial do aluno, porque aí a gente emite o histórico parcial do CESEC pra Banca finalizar ele lá, então, é simples, essa comunicação ela é direta, constante, né? Tanto é que a gente faz levantamento também dos nossos alunos. Esse levantamento é feito pra entrar nas nossas estatísticas, porque o que acontece, por exemplo? Nós fazemos mensalmente, os alunos que são aprovados lá por conteúdo no CESEC. E aí, muitos desses alunos evadidos, nós temos que procurá-los na Banca, porque ele é evadido no CESEC, mas ele tá lá na Banca concluindo na Banca, então a gente faz esse cruzamento, ele é feito sempre.

E, aí, como matrícula encerrada, porque se ele concluiu, ele encerra ele aqui, né? Então a gente emite o certificado parcial, mas já coloca ele como concluído, porque aí a gente já sabe que ele concluiu lá (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Conforme informações levantadas dos arquivos do CESEC, além do alto índice de evasão que permeia a escola, outro fato é a baixo número de alunos que concluem o nível de ensino. Os que concluem todas as disciplinas não chega a 10% das matrículas. Diante disso, a

gestora foi questionada se a SEE/MG acompanha a taxa de conclusão no CESEC “Doralice Alves Rodrigues” e a mesma respondeu que sim. Foi então questionado como a SEE/MG faz esse acompanhamento:

Até 30 de maio agora, não, março, a gente teve que enviar a aprovação, do início do ano até 30 de março, provavelmente agora em julho a gente tenha que mandar novamente, então, periodicamente a gente tá enviando. Aí a gente tem que enviar número de matrículas do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, o número de aprovação total do Fundamental e Médio, o tanto de aprovação por conteúdo, e aí, no Fundamental e Médio, o número de aprovação da Banca Permanente de avaliação por área de conhecimento também, então assim, é bem específico. E ali fala, também pergunta sobre a questão do quadro de pessoal e tudo mais. É bem, bem... (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Diante da falta de dados consolidados, publicados pela SEE/MG, com relação à evasão dos alunos da EJA no CESEC, a gestora foi questionada se esse acompanhamento é feito há muitos anos, ou ele é recente: “Não, já teve, ele começou na administração passada, já tinha esse acompanhamento. Só que por um período ele... pararam, e agora, de 2017 pra cá ele voltou a ser mais cobrado, mas ele já existia” (GESTORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Embora a gestora tenha afirmado que, em período anterior, essas informações eram fornecidas à SEE/MG, não encontrei publicação desses dados. Também foi solicitada a DEJA-SEE/MG informações sobre a EJA nos CESECs de Minas Gerais e obtive apenas uma planilha compartilhada com os CESECs, em 2017, a qual tem informações de matrículas e conclusões tanto no CESEC quanto na Banca Permanente de Avaliação. No entanto, pude observar que estava incompleta e preenchida com erros.

2.3.2 Perspectiva da supervisão

O supervisor pedagógico, ou seja, o especialista da educação, possui papel fundamental na educação, sendo o mediador do projeto político pedagógico da escola. A ele converge à ação pedagógica, processos de ensino e aprendizagem. Cabe ao supervisor escolar analisar em ação conjunta com os professores as contradições existentes entre o fazer pedagógico e a proposta pedagógica. Portanto, exerce papel central junto ao corpo docente e discente e toda equipe técnica escolar. Compete ao supervisor possibilitar métodos que auxiliem na ação/ reflexão das práticas pedagógicas. Conforme destacado no guia do Especialista da Educação de Minas Gerais:

Ao Especialista abre-se três campos fundamentais de atuação na escola, interligados e articulados entre si, abrangendo as ações de planejamento, implementação, organização e avaliação do processo de ensinar e aprender, mediados pela necessidade de se garantir um clima interno favorável ao desenvolvimento destas ações e, ainda, a necessária e indispensável participação e envolvimento com os pais e comunidade (MINAS GERAIS, s/d, p. 12).

Diante do papel da supervisão na escola, escolheu-se a supervisora do CESEC para realizar a entrevista com a intenção de elencar informações que visam compreender os desafios relacionados à evasão no contexto da EJA no CESEC "Doralice Alves Rodrigues". Foi constatado que a supervisora possui experiência de sete anos na função, dos quais cinco e meio dedicados ao CESEC em estudo.

Para conhecer o trabalho realizado pela supervisora, foi lhe perguntado com relação a sua experiência profissional, como ela diferencia o aluno do Ensino Regular com o aluno do CESEC:

O aluno do ensino regular, ele é matriculado nas escolas e cursam durante todo o ano, independente de querer ou não, mas ele está vinculado à escola e ele tem uma frequência mínima exigida de 75% dessa frequência durante todo o ano, e os alunos do CESEC não têm esse vínculo como os de escola regular, porque eles estão aqui porque eles querem estudar, mas a nossa modalidade de ensino é semipresencial, então o aluno não tem a obrigação de estar presente na escola todos os dias como na escola regular, ele não tem obrigação de cumprimento da carga horária como os alunos da escola regular. Então, exige de nós profissionais um envolvimento muito grande com esse aluno no sentido de estar sempre lembrando a ele, reforçando, pra que ele venha para a escola, pra que ele se dedique aos seus estudos, porque a modalidade semipresencial ela favorece muito o aluno que ficou fora da escola no sentido de não ter a frequência diária, mas em contrapartida, favorece muito essa questão da evasão, porque ele não se sente ligado à escola diariamente (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Pode-se concluir que há uma dicotomia em relação a não exigência da frequência diário do aluno na escola. Para uns facilita o acesso ao estudo e para outros aparece como um elemento que o leva a desanimar. Diante disso, nota-se a importância do acolhimento do aluno na escola, criando vínculo no intuito de motivá-los a não se afastar dos estudos. A evasão escolar é uma das fraquezas dos sistemas de ensino. Batalha e Silva (2018) definem:

A evasão escolar acontece no momento em que o aluno deixa de frequentar as aulas, afastando-se das atividades escolares durante o ano letivo. Contudo,

a escola como instituição formadora e socializadora, com profissionais capacitados tem o compromisso de fomentar estratégias pedagógicas condizentes com a realidade do aluno evadido, a fim de resgatá-lo e assegurar a sua permanência até que finalize os seus estudos (BATALHA e SILVA, 2018, p. 14).

Como já destacado anteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que é dever da escola garantir que os alunos concluam seus estudos. Diante da fala da supervisora, observa-se que o orientado por essas diretrizes nem sempre é fácil de realizar.

A evasão escolar é o tema central desta pesquisa e, assim como elencado pela gestora, é o principal desafio a ser superado, o que foi corroborado com a fala da Diretora:

O maior desafio dos profissionais da escola, não só da direção da escola, como da área pedagógica, mas também de todos os professores, é fazer com que esse aluno esteja presente na escola e não evada. Porque a questão da EJA, ela, em todas as escolas que oferecem, e a nossa modalidade não é diferente, que é semipresencial, é a questão da evasão, porque o aluno, por qualquer motivo, qualquer impedimento, ele evade da escola, então nós temos sempre que estar comunicando, falando com ele que retorne às suas atividades, e tendo um acompanhamento mais de perto daqueles alunos que estão ausentes em determinados períodos na escola (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Batalha e Silva ponderam que a evasão escolar

[...] principalmente, na Educação de Jovens e Adultos, como uma problemática ocasionada por distintos fatores internos ou externos à escola. No entanto, a evasão escolar não deve ser pontuada, exclusivamente, como fracasso do aluno, mas também da própria escola, que por vezes não alcança seus objetivos, especificamente, ao que se refere à produtividade do estudante (BATALHA; SILVA, 2018, p. 2).

Como o CESEC é uma escola flexível, não exige frequência diária, conforme colocado pela supervisora, o aluno pode se matricular a qualquer época do ano. Há uma movimentação diária de matrículas. É estabelecida uma parceria da supervisora com as Assistentes Técnicas da Educação (ATBs). Assim, ela afirma que: “no momento que eles procuram a escola pra fazer a matrícula já há uma pré-orientação em relação como é o funcionamento da escola” (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018). Além disso, são feitas visitas frequentes às salas de aulas para lhes passarem informações que julgam necessárias. Quanto aos planos de aulas e projetos, ressalta: “esse ano nós tivemos o aniversário de 31 anos do CESEC, nós estivemos na sala pra estimular os alunos a participar dos concursos, das atividades envolvendo a escola [...]”.

Quanto ao acompanhamento e o desenvolvimento das atividades dos docentes no que se refere ao currículo, material didático, plano de estudo e avaliação ressalta que, no ano de 2018, foi reestruturado:

Na verdade, durante esse ano de 2018 nós iniciamos o ano com um trabalho bastante extenso na questão da elaboração dos planos de estudos, planejamentos e demais componentes do nosso currículo, porque nós fizemos todo um ajuste, a começar pelos planos de estudos, estendemos também os planejamentos, e durante as reuniões de módulo nós procuramos discutir e fazer as alterações necessárias porque nós percebemos que os nossos alunos estavam com necessidades diferentes das que nós tínhamos observado anteriormente. Então nós refizemos todo o material pedagógico, os planos de estudos, nós reajustamos os planejamentos, os livros didáticos permaneceram os mesmos, mas nós fizemos um material completamente novo pra atender os nossos alunos, porque sentimos essa necessidade durante o ano de 2017. Então, todo o nosso currículo, juntamente com todo o material foi todo voltado para as necessidades dos alunos que nós recebemos durante o ano de 2018 (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Nota-se uma sintonia no trabalho desenvolvido na escola, uma vez que a gestora reconhece a importância da metodologia utilizada na instituição, todo o planejamento pedagógico, a forma de trabalhar. Também constata que muitos alunos acham difícil o CESEC e, para atender essa demanda, a supervisora mediu a reestruturação do material pedagógico, uma vez que os livros não atendem as especificidades da escola.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela supervisora, que busque estimular a permanência do aluno até a conclusão do curso, assegurou que está fazendo o acompanhamento mais próximo aos alunos do Ensino Fundamental, visando o reflexo desse trabalho no Ensino Médio.

Nós procuramos o ano passado, o ano de 2017, e estamos estendendo esse ano de 2018, um acompanhamento mais próximo para os nossos alunos do Ensino Fundamental. Nós iniciamos na área de linguagens, e nós caminhamos para a área de matemática. Essa orientação que nós recebemos foi através do nosso analista da superintendência, porque sentimos a necessidade de reforçar mais esse acompanhamento no Ensino Fundamental, que os alunos vêm com uma defasagem muito grande, nós temos um número grande de alunos de prova de classificação, então nós estamos fazendo esse acompanhamento especialmente com os alunos do Fundamental na área de linguagens e na área de matemática porque nós sentimos que no momento que nós conseguimos manter esses alunos concluindo português, concluindo a área de linguagens e caminhando para a área de matemática, depois eles têm uma facilidade muito maior em ir progredindo nos conteúdos, e o Ensino Médio já é o reflexo desse trabalho que a gente tá fazendo no Ensino Fundamental, porque normalmente os alunos concluem os conteúdos com

mais facilidade no Ensino Médio do que no Ensino Fundamental. Então nós estamos procurando fazer um trabalho de base no Ensino Fundamental pra gente sentir os reflexos no Ensino Médio (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

De acordo com a supervisora, é realizado um trabalho constante, evitando a ausência prolongada do aluno, e também para o retorno e permanência daqueles que estão evadidos:

No final de cada bimestre, nós fazemos o acompanhamento e vamos percebendo os alunos que estão evadidos, e nós fazemos uma relação desses alunos, e vamos observando quais os motivos que podem ter levado esse aluno a evadir, é dificuldade, é algum problema familiar? Normalmente eles nos comunicam na secretaria, a secretária nos repassa essas informações, e quando nós sentimos que o aluno tá realmente evadido nós procuramos entrar em contato através do telefone, muitas vezes a gente não consegue pelo telefone, aí nós buscamos informações através de colegas, e procuramos entrar em contato pra que esse aluno retorne. A gente faz esse trabalho no final dos bimestres, quando nós fechamos as listas de presença e a ata, e nós procuramos também com os professores, próximo ao fechamento do bimestre, nós procuramos conversar e pegar as informações e o nome dos alunos com os professores que estão ausentes por um período maior, um período mais preocupante em termos de evasão e procuramos entrar em contato antes pra que esse aluno retorne pra concluir as atividades. Então, é um trabalho feito em determinados momentos mais específicos, mas ao longo do ano a gente tá sempre entrando em contato e conseguimos um percentual bom de retorno desses alunos (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Foi questionada à supervisora se é de seu conhecimento o número de alunos que deixaram de frequentar o CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. Ela respondeu:

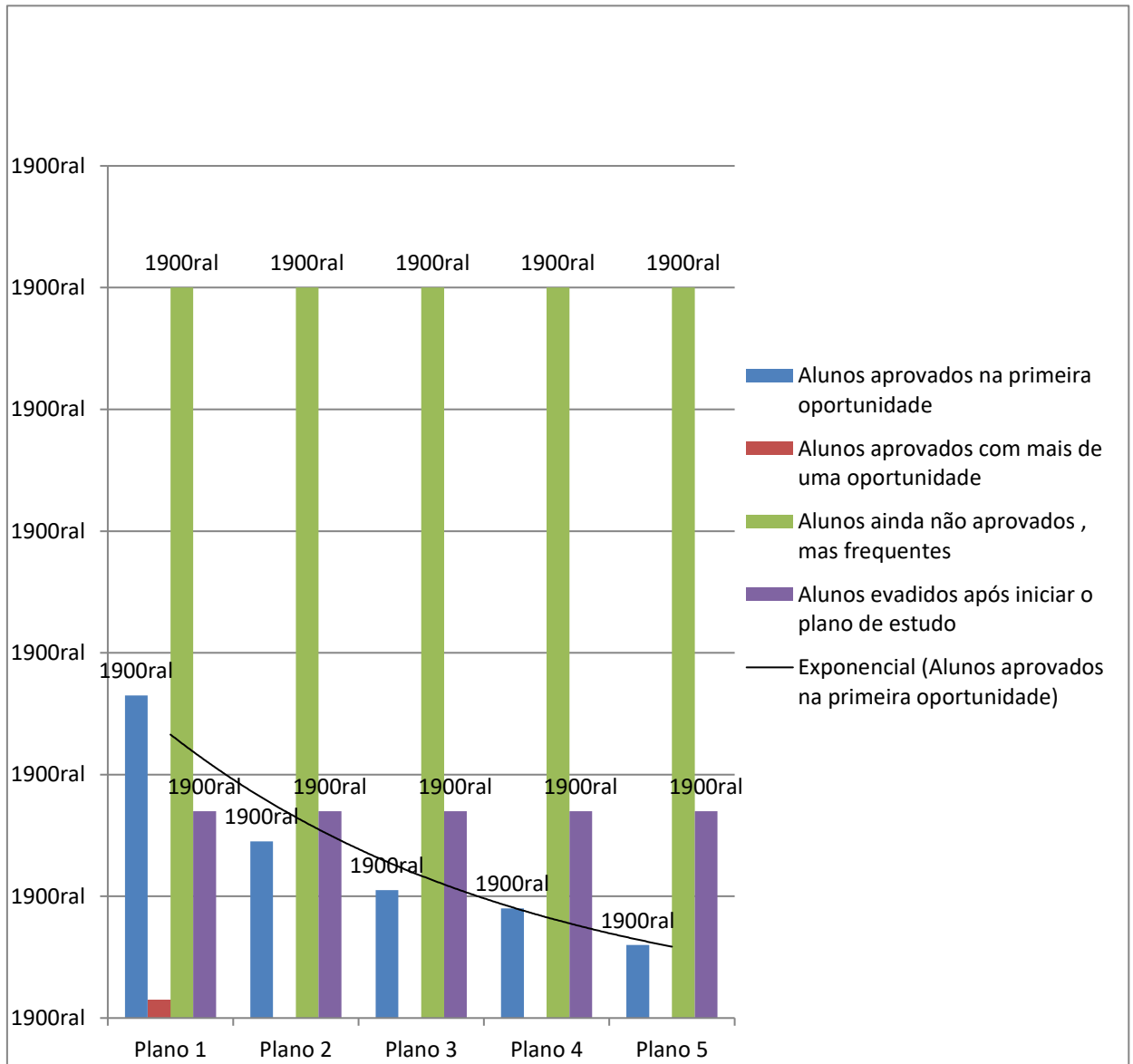
De todos os anos não, mas eu tenho uma visão clara do número de alunos que nós tivemos evadidos na área do Fundamental de português e do Fundamental de matemática. Fundamental de português nós tivemos esse bimestre 28 alunos evadidos, e no Fundamental de matemática nós tivemos 33. Nós já procuramos fazer o cruzamento de dados e percebemos que alguns alunos que estavam evadidos alguns já retornaram. Alguns, no momento que eu estava fazendo o levantamento, na lista de presença, a meu ver eles estavam evadidos, mas não, é porque ele faltava apenas um plano pra concluir e ele havia concluído esse plano. Então, a questão do CESEC na evasão a gente tem que ter muita cautela, porque de repente ele está evadido naquela disciplina que eu estou fazendo levantamento, mas ele transferiu pra outra disciplina. Então, por isso que tem que ter esse contato grande com o ATB, que faz esse contato com esses alunos porque normalmente o aluno comunica, e aí a gente percebe, ah não, esse aluno está evadido em matemática, mas ele migrou para português, então ele não está fora da escola, mas ele só migrou de disciplina. Então nós temos que ter esse cuidado, porque às vezes a gente imagina que está evadido, ali em termos de dados está, mas quando você vai procurar saber sobre a vida do aluno, às

vezes ele simplesmente migrou de disciplina (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

De acordo com a afirmação da supervisora, “evadido naquela disciplina que eu estou fazendo levantamento, mas ele transferiu pra outra disciplina”. Nota-se que a flexibilidade na matrícula por componente curricular favorece a evasão desse aluno em um ou outro conteúdo e nos faz pensar o porquê dele ter migrado para outro conteúdo.

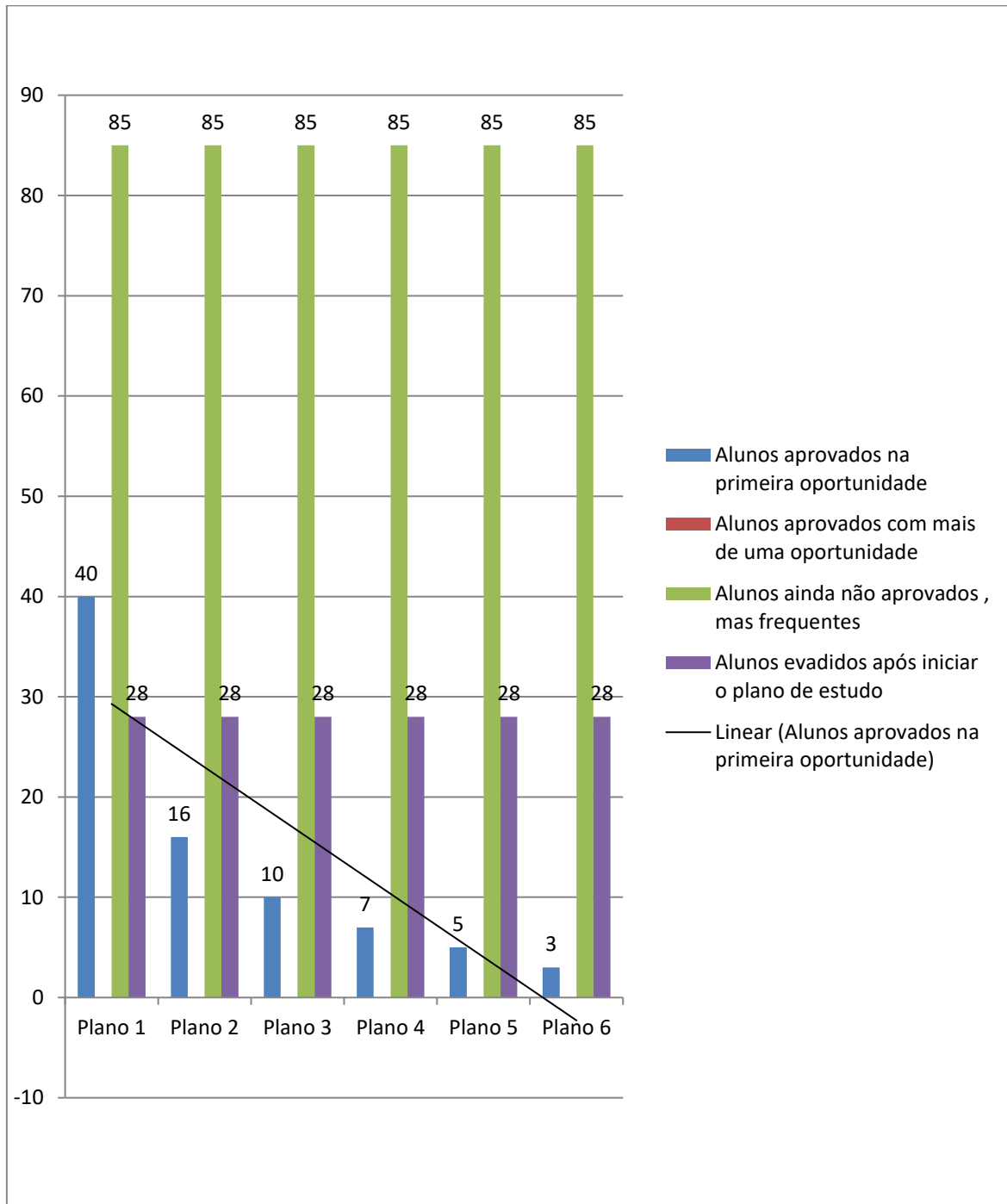
Para ilustrar sua fala, a supervisora forneceu os gráficos 11 e 12 do acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, período de 19/02/2018 a 04/05/2018. Explicando: “o número total de alunos de Português que nós tivemos nesse primeiro bimestre foram 168, dos quais 34 evadiram e, em Matemática, dos 116 alunos matriculados, 28 evadiram” (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Gráfico 11 – Acompanhamento Pedagógico – Português – Ensino Fundamental CESEC
 Doralice Alves Rodrigues 19/02/2018 a 04/05/2018



Fonte: Gráfico fornecido pela supervisora – Dados do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

Gráfico 12 – Acompanhamento Pedagógico – Matemática – Ensino Fundamental CESEC
Doralice Alves Rodrigues 19/02/2018 a 04/05/2018



Fonte: Gráfico fornecido pela supervisora – Dados do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

Por fim, como foi exposto, o trabalho realizado na escola, buscando novas metodologias, novas formas para permanência do aluno e valendo da experiência nesta escola, faz um balanço dessa permanência do aluno.

Eu tenho percebido uma mudança muito grande no CESEC de quando eu entrei, né, que quando eu entrei no CESEC, foi em 2013, eu fui a primeira especialista a estar trabalhando, porque o CESEC não contava com nenhum especialista. Eu percebi, assim, uma mudança muito grande, na nossa clientela, porque quando entrei aqui nós tínhamos muitas pessoas idosas, nós não tínhamos um grande número de jovens, e com essa mudança nas resoluções, e essa abertura para as provas de classificação, né, que nós temos a condição de classificar esse aluno que não concluiu os estudos até o quinto ano, a gente percebe um grande número de pais de família vindo para a escola, um grande número de homens, principalmente no turno da noite, que não tiveram a oportunidade de estudar, e que se veem obrigados a procurar a escola muitas vezes não só pela vontade de estudar, mas pela necessidade que o mercado de trabalho está impondo a eles, né, essa necessidade de conclusão, de ter a conclusão do ensino Fundamental e Médio, que quando eu entrei não havia essa necessidade tão grande, e eu percebo, assim, que as pessoas muitas vezes elas estão tendo um pouco mais de consciência na questão da valorização do estudo. Até pela própria necessidade da vida cotidiana, por exemplo, na sexta-feira, nesse primeiro bimestre que nós trabalhamos, nós tínhamos, estávamos tendo um número grande de alunos, o que não ocorria quando eu comecei. Sexta-feira sempre era um dia que nós praticamente não tínhamos aluno na escola, e esse primeiro bimestre, todos os dias nós tivemos um grande número de alunos, então a gente sente a mudança, e a própria economia do país ela tem feito com que as pessoas, principalmente pais de família, mães de família, e os jovens também, que às vezes não se adaptam à escola presencial, eles busquem o CESEC. Então o CESEC hoje é uma escola muito importante pra todo o estado e pra nossa cidade, porque é a oportunidade que eles têm de estudar sem ter que estar presentes todos os dias. Então, o nosso panorama econômico, político, ele tem trazido essas pessoas mais a buscar a escola (SUPERVISORA, entrevista realizada em data 06/06/2018).

Diante da fala da supervisora, podemos concluir que a movimentação de alunos no CESEC é constante, sendo uma escola que convive com a evasão e também com a admissão. Levantaram-se aqui vários motivos que levam à evasão, tais como, trabalhar para ajudar no orçamento familiar, não gostar de estudar, falta de interesse nas aulas, falta de motivação por parte dos familiares. E o que leva o aluno a voltar a estudar? Segundo Rodrigues:

Como motivação para voltar a estudar, se encontra diversos fatores, como almejar um futuro melhor, aprender mais conhecimentos científicos, arrependimento por ter parado a jornada escolar, conseguir um emprego melhor ou ingressar no mercado de trabalho, concluir o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, apoio dos familiares, e outros fatores que venham a melhorar a vida do aluno no âmbito familiar e social (RODRIGUES, s/d).

2.3.3 Perspectiva da secretária

A figura do secretário escolar é fundamental para o funcionamento da instituição de ensino. É o profissional responsável pela gestão de registros e documentos escolares, auxiliando a gestão escolar. Ele operacionaliza processos de matrícula e transferência de estudante, portanto, é o primeiro contato do estudante com a escola. Diante disso, foi entrevistada, no intento de buscar informações para elucidar a questão central desta pesquisa.

A secretária do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” desempenha esta função há treze anos. Ela ressaltou que os alunos que a procuram já conhecem a metodologia usada nesta modalidade de ensino. Segundo ela:

[...] alguns vêm por informação de colegas que estudam na escola, e outros vêm sem informação nenhuma sobre o curso. Às vezes conhece através da internet, a escola costuma distribuir panfletos, mas eles sempre precisam de informação. E pela rádio também, a escola coloca anúncios na rádio também, chamando os alunos (SECRETÁRIA, entrevista realizada em data 07/06/2018).

Quando lhe foi questionado se informam aos alunos a possibilidade de conclusão do curso na Banca Permanente de Avaliação, respondeu: “Sim, sempre a gente percebe que o aluno tem um pouco mais de conhecimento, orientamos sobre a banca permanente para agilizar a conclusão do curso”. Da mesma forma foi respondido pela gestora, inclusive acentuou que quando foi criada a DEJA, não orientava para que fosse divulgada, porém, atualmente, a orientação é para que seja.

A Banca Permanente de avaliação é usada como uma estratégia motivadora para permanência do aluno nesta modalidade de ensino. Segundo a secretária:

Influencia, ao mesmo tempo em que ele conclui mais rápido as disciplinas na Banca, aquelas que eles têm mais facilidade, entusiasmo pra concluir rápido o estudo, e aí a gente sempre orienta a fazer as disciplinas que eles têm mais dificuldade no CESEC, porque tem a orientação de professores (SECRETÁRIA, entrevista realizada em data 07/06/2018).

A partir dessas informações, foi-lhe questionado como é feito o controle do aluno do CESEC que faz a conclusão do curso a partir da Banca. A secretária informou que, nesse caso, consta no sistema que o aluno está matriculado no CESEC, mas que ele conclui na Banca Permanente.

A gente usa as duas. As duas conclusões, tanto que ele termina o último conteúdo no CESEC, o CESEC expede o certificado, e quando ele concluir a última na Banca a gente marca a disciplina que ele concluiu no CESEC da Banca e a Banca pede o certificado dele (SECRETÁRIA, entrevista realizada em data 07/06/2018).

Ainda sobre o lançamento de dados no sistema, perguntamos como são realizadas as informações de frequência e conclusão dos alunos do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” no SIMADE. Segundo a secretária, “o SIMADE não informa a frequência, é só feito o cadastro e a matrícula do aluno”. Questionamos então, quando são encerradas as matrículas no SIMADE:

As matrículas, elas são encerradas quando o aluno pede o histórico na secretaria, ou quando a gente nota que ele desistiu pela falta de frequência, e quando ele concluiu a modalidade a gente encerra.

Para o aluno concluir uma disciplina ele precisa ter no mínimo 16 horas de presença com a professora. Esse controle é feito sempre que ele permanece que ele procura o professor, ele assina o caderno de frequência, e assim que ele vai embora o professor anota quantos minutos ele ficou na sala de aula. Aí, no final, na conclusão da disciplina, o professor soma todos os minutos que ele permaneceu pra ser informado no histórico escolar (SECRETÁRIA, entrevista realizada em data 07/06/2018).

No intuito de verificar a forma como é feito o acompanhamento dos dados dos alunos matriculados, foi perguntando à secretária se são feitos registros de matrículas e conclusões em livros próprios do CESEC, além do SIMADE. Se sim, de que forma é feito esse registro? Segundo a secretária, a escola possui livros de registros e enfatizou que tal registro é feito “sempre que um aluno conclui uma disciplina, a gente registra no livro de matrículas gerais, e também no livro de matrículas por disciplina e também é informado no SIMADE” (SECRETÁRIA, entrevista realizada em data 07/06/2018). A secretária esclareceu ainda que os registros referentes ao acompanhamento da taxa são solicitados à escola pela SEE/MG, demonstrando, assim, que há um acompanhamento feito por essa instância da gestão.

Tendo em vista que a presente pesquisa possui como foco a confecção de um Plano de Ação Educacional, foi perguntado à secretária quais medidas podem ser tomadas para melhorar a taxa de conclusão dos alunos no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”:

– É o incentivo, o incentivo por parte dos servidores da secretaria, dos professores também, porque o aluno, se ele estiver desmotivado, ele abandona a escola, e não volta mais, porque a maioria aqui são de alunos que pararam de estudar há muito tempo, a maioria. Algum ou outro são alunos

que vêm de escolas regulares, que, mas muitos são alunos que pararam de estudar há muito tempo.

– Então, você conclui que pra otimizar é o incentivo, a motivação?

– Isso. Tem que cultivar bastante! (SECRETÁRIA, entrevista realizada em data 07/06/2018).

Sobre a motivação dos alunos, Lück esclarece:

A motivação passa, [...] pelo reconhecimento e adoção de estratégias capazes de criar na escola a pedagogia do sucesso, pela ação diferenciada de seus profissionais e a sua celebração: o compartilhamento das boas experiências; a organização compartilhada do esforço e orientação para melhores resultados; a tomada de decisão colegiada, de modo que todos se sintam, em conjunto e de forma associada, autores e autoridades em seu âmbito de responsabilidade (LÜCK, 2009, p. 84).

Assim, acreditamos que esse poderá ser um dos caminhos a ser seguido no intuito de aprimorar as taxas de permanência e conclusão da escola pesquisada.

2.3.4 Perspectiva dos professores

Essa seção possui como foco apresentar os dados referentes ao questionário aplicado aos professores do CESEC em estudo.

Quadro 12 – Dados referentes ao perfil dos professores entrevistados

(continua)

	1 – Você é efetivo no estado?	2 – Há quantos anos atuam na EJA semipresencial	3 – Você participou de cursos de formação para EJA?	4 – Qual disciplina leciona?
A	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	10 anos	<input type="checkbox"/> Sim, qual? <input checked="" type="checkbox"/> Não	Química
B	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	1º ano	<input type="checkbox"/> Sim, qual? <input checked="" type="checkbox"/> Não	História
C	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	01 ano	<input type="checkbox"/> Sim, qual? <input checked="" type="checkbox"/> Não	Filosofia

Quadro 12 – Dados referentes ao perfil dos professores entrevistados

(conclusão)

	1 – Você é efetivo no estado?	2 – Há quantos anos atuam na EJA semipresencial	3 – Você participou de cursos de formação para EJA?	4 – Qual disciplina leciona?
D	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	03 anos	() Sim, qual? (x) Não	Inglês
E	() Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	02 anos	() Sim, qual? (x) Não	Sociologia
F	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	06 anos	(x) Sim, qual? Pós-graduação () Não	Matemática
G	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	05 anos	() Sim, qual? (x) Não	Geografia
H	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	04 anos	() Sim, qual? (x) Não	Língua Portuguesa
I	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	10 anos	() Sim, qual? (x) Não	Matemática

Fonte: Elaborado pela autora, com base no questionário aplicado aos professores em 05/06/2018.

Analisando a resposta dos professores, constatamos que mais de 60% fazem parte do quadro efetivo do CESEC, dos quais 50% estão a mais quatro anos ou mais na escola. Concluimos que a rotatividade do corpo docente é pequena, se compararmos com as escolas estaduais de ensino regular. Isso poderia facilitar a capacitação desses profissionais. Porém, o que se percebe é que não há uma política direcionada a esse público, pois apenas um professor participou de curso direcionado a esta modalidade de ensino. No estudo realizado por Paschoal Lemme (1938-1940), a educação supletiva/educação de adultos:

Merece destaque a qualidade excepcional desse estudo, pela atualidade de muitas afirmações feitas, em particular sobre as atitudes e competência dos professores para trabalhar na educação de adultos e pela coerência do compromisso político do autor com o atendimento prioritário aos operários e demais pessoas das classes populares (FAVERO; FREITAS, 2011, p. 366).

Embora, não se possa responsabilizar o corpo docente pela evasão, pode-se ressaltar que um profissional bem preparado motiva a permanência do aluno na escola. A formação de

professores para atuar na EJA é discutida desde a década de 1940. Favero e Freitas *apud* Lourenço Filho (1945) evidencia:

[...] todas as vezes que alguém que assuma a responsabilidade de educar necessitará de ordem e método, isto é, de compreensão segura dos fundamentos de seu trabalho. É o conhecimento do método que distingue o verdadeiro profissional do amador, mesmo quando este possua o título de professor (FAVERO; FREITAS, 2011, p. 367).

Favero e Freitas (2011) ressaltam que para ensinar adultos é necessária uma pedagogia especial, “que implica o respeito às especificidades da modalidade, o respeito e o aproveitamento dos saberes dominados pelos jovens e adultos, e o respeito à heterogeneidade dos sujeitos que dela participam”.

Quadro 13 – Dados referentes à perspectiva dos professores sobre a conclusão dos alunos

	5 - Em média quanto tempo o aluno leva para concluir sua disciplina	6 - Qual o percentual de conclusão na sua disciplina?	7 - Ao receber um novo aluno, você o entrevista?
A	É muito relativo, de 2 meses a vários anos.	100%	() Sim () Não
B	45 dias	30% aproximadamente	(x) Sim () Não
C	03 meses	35%	(x) Sim () Não
D	02 meses	50%	() Sim (X) Não
E	02 meses	24% no último trimestre	(x) Sim () Não
F	04 meses	70%	(x) Sim () Não
G	02 meses	10%	(x) Sim () Não
H	03 meses	10%	(x) Sim () Não
I	05 meses	20%	(x) Sim () Não

Obs. (Professor B): É necessário lembrar dos alunos que iniciam no CESEC e que, posteriormente, buscam a Banca Permanente para conclusão de seus estudos.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no questionário aplicado aos professores em 05/06/2018.

Quanto ao percentual de alunos que concluem a disciplina, há uma grande discrepância. O professor de Matemática respondeu que 70% dos alunos matriculados são aprovados e o professor de Língua Portuguesa respondeu que apenas 10% concluem a disciplina. O professor de História tenha ressaltado que muitos alunos que iniciam no CESEC, posteriormente, buscam a Banca Permanente para conclusão de seus estudos. Contudo, em

2017, a Banca Permanente de Avaliação do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” recebeu no Ensino Fundamental 135 inscritos, dos quais, apenas seis foram certificados. O Ensino Médio registrou 156 inscritos e 15 certificados, ou seja, menos de 10% dos alunos conseguiram concluir o nível de ensino.

Diante disso, fica evidente que o CESEC “Doralice Alves Rodrigues” tem que gerenciar tanto a evasão quanto a baixa na conclusão da etapa de ensino. Investigar a evasão escolar exige um olhar distinto aos alunos, pois devemos considerar suas trajetórias de vida. Diante disso, foi questionado aos professores se entrevistam os alunos quando iniciam seus conteúdos. 78% dos responderam que sim. Segundo Farias (2013), “reforça-se a importância de conhecer os alunos e buscar sempre a construção de uma relação atenciosa com eles, no sentido de se voltar para o seu processo formativo”, podendo ser uma ação voltada para a permanência do aluno na escola.

Quadro 14 – Dados referente às taxas de conclusão do CESEC Doralice Alves Rodrigues, na perspectiva dos professores

(continua)

	8 – Você tem conhecimento do número de alunos que deixaram de frequentar o CESEC “Doralice Alves Rodrigues” nos últimos anos não concluindo o curso?	9 – Se sim, na sua percepção, a que se deve a baixa conclusão dos alunos no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”?	10 – Na sua percepção, quais medidas podem ser tomadas para otimizar a conclusão dos alunos no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”?
A	() Sim (x) Não	Não respondeu	Não respondeu
B	() Sim (x) Não	Não respondeu	Medidas que estão sendo tomadas: <ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos Planos de estudo a realidade dos alunos. • Diminuição dos planos de estudos. • Aproximação dos temas a realidade dos alunos.

Quadro 14 – Dados referente às taxas de conclusão do CESEC Doralice Alves Rodrigues, na perspectiva dos professores

(continuação)

	8 – Você tem conhecimento do número de alunos que deixaram de frequentar o CESEC “Doralice Alves Rodrigues” nos últimos anos não concluindo o curso?	9 – Se sim, na sua percepção, a que se deve a baixa conclusão dos alunos no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”?	10 – Na sua percepção, quais medidas podem ser tomadas para otimizar a conclusão dos alunos no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”?
C	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Muitos alunos procuram o CESEC quando estão desempregados depois começam a trabalhar e abandonam o estudo.	Atualmente já foram tomadas novas atitudes para otimizar a conclusão dos alunos como por exemplo a diminuição dos planos de estudos.
D	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	A evasão escolar, só não conclui aquele que desistiu por um motivo ou outro.	Em relação ao ano anterior, já aumentou muito a conclusão dos alunos, pois otimizamos os planos de estudo.
E	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Deve-se as dificuldades de mobilidade, ao estigma com relação à faixa etária, imperativos laborais	Medidas que buscam motivar a conclusão desses alunos, como por exemplo, valorizar o aluno quando presente, procura-lo diante de longa infrequência, adaptar pedagogicamente o processo ensino-aprendizagem à realidade do discente, promover atividades que despertem interesse pelo CESEC, como propagandas via rádio e redes sociais.
F	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Não respondeu	Continuar motivando e elevando sua autoestima
G	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	A evasão escolar	Estímulo

Quadro 14 – Dados referente às taxas de conclusão do CESEC Doralice Alves Rodrigues, na perspectiva dos professores

(conclusão)

	8 – Você tem conhecimento do número de alunos que deixaram de frequentar o CESEC “Doralice Alves Rodrigues” nos últimos anos não concluindo o curso?	9 – Se sim, na sua percepção, a que se deve a baixa conclusão dos alunos no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”?	10 – Na sua percepção, quais medidas podem ser tomadas para otimizar a conclusão dos alunos no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”?
H	() Sim () Não	Falta de perspectiva, falta de incentivo.	Abordagem menos quantitativa e mais qualitativa do conteúdo por parte do material didático
I	(x) Sim () Não	Para muitos alunos a escola não é prioridade, qualquer problema desanima e desiste da escola. Não tem um compromisso com seu estudo. Falta motivação por parte dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar os alunos elogiando sua força de vontade de conseguir terminar os estudos. • Atendimento personalizado para cada aluno, levando em destaque o seu conhecimento prévio. • Materiais voltado para cada aluno, buscando sanar sua deficiência.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no questionário aplicado aos professores em 05/06/2018.

Em análise, pode-se ressaltar que, em relação aos entrevistados, temos em nove professores, seis efetivos concursados, e que atuam na EJA semipresencial há mais de três anos, e que apenas um entre os nove já participou de cursos de formação para EJA. Esses dados revelam que, diante da situação atual do ensino, com a falta de professores, não é necessário nenhum curso de especialização específico para atuar nessa modalidade de ensino, a qual exige uma metodologia adequada de acordo com as especificidades de cada educando e do local de atuação. Além disso, percebe-se a insuficiência do próprio Estado em ofertar formação específica para esses educadores, já que são professores que atuam diretamente na EJA.

Nas pesquisas efetuadas por Rittberg (2013), é salientado a constatação de que a falta de formação de professores para atuar com jovens e adultos é o que mais chamou a atenção desse pesquisador, pois ficou evidente o despreparo do corpo docente para trabalhar com a especificidade da EJA. Observa-se que as atuais políticas de formação de professores devem contemplar a formação desses profissionais, direcionar o público de professores que trabalham com EJA, fornecendo-lhes formação adequada para que isso não seja um motivo que contribua para a evasão.

Segundo os entrevistados, a média de tempo para conclusão de cada disciplina é em torno de dois a quatro meses, e que a maioria dos docentes fazem entrevistas com os alunos ao receberem. Em relação ao item sobre o conhecimento do número de alunos que deixaram de frequentar o CESEC, não concluindo o curso, apenas cinco professores responderam. Em suas percepções, a baixa conclusão dos alunos deve-se a fatores como trabalho, dificuldade de mobilidade, falta de perspectiva, de incentivo, de compromisso e evasão escolar.

Ainda nesse contexto, os professores entrevistados citaram algumas medidas que otimizaram a conclusão dos alunos no CESEC, entre elas adequação do plano de estudos à realidade dos alunos, diminuição dos planos de estudos, aproximação dos temas, adaptar pedagogicamente o processo ensino-aprendizagem à realidade do discente, atendimento personalizado e valorização do aluno. Nessa perspectiva, o professor deve, a partir de metodologias voltadas para esse público, despertar-lhes o interesse e estimular todas as suas potencialidades. Além disso, é sempre presente a realidade do aluno trabalhador, que já vem de uma dupla jornada de trabalho e, mais do que ninguém, carece de uma aula cuja metodologia lhe desperte e lhe chame atenção.

O aluno possui outras possibilidades de conclusão: a Banca Permanente de Avaliação; antes o ENEM, agora, o ENCEJA; Telecurso. O CESSEC aproveita a conclusão de disciplinas de outros programas de certificação, curso presencial, semipresencial. Mesmo com todas essas possibilidades, a conclusão gira em torno de 30% (GESTORA). Já entre os professores, seis responderam que fica em torno 10% a 35%; um respondeu 50%, um 70% e um 100%.

Outro desafio elencado foi a falta de qualificação profissional dos docentes, consequência da inexistência de capacitação dos profissionais. Somente um professor citou que fez um curso de pós-graduação na área.

Como a resolução vigente, que não determina o tempo que o aluno pode se ausentar da escola, ao perceberem sua falta, a secretaria encerra a matrícula, porém não informa como evadido.

3 EM BUSCA DA REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR DO ALUNO NO CESEC “DORALICE ALVES RODRIGUES”

Este trabalho teve como objetivo principal investigar como a gestão do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” lida com a evasão na EJA. O referencial teórico forneceu contribuições para a construção de três eixos de análises: (i) a cultura da educação na EJA; (ii) a evasão escolar na EJA; (iii) os desafios da gestão para a redução da evasão na EJA. Os eixos foram investigados a partir da realização de questionários com os professores e entrevistas com a gestora, supervisora e secretária do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

Assim, depois de ter delineado a história da EJA em diferentes tempos e espaços, da legislação que ampara esta modalidade de ensino e das informações levantadas referentes a evasão escolar junto aos professores e equipe gestora, faz-se necessário retomar a pergunta inicial: de que forma a gestão pedagógica do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” lida com a evasão na EJA?

A referência bibliográfica usada para embasar o estudo evidenciou que o atendimento a jovens e adultos é um grande desafio. Trata-se de um público constituído das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros, marcados pela desigualdade social. Dessa forma, é imprescindível que a escola repense o papel que deve desempenhar para resgatar esse sujeito na retomada de seus estudos. Partindo da bibliografia, foi possível constatar que é essencial conhecer a história, a diversidade do público desta modalidade de ensino, a fim de construir uma educação que atenda às necessidades educacionais, culturais e sociais para atender o estudante de forma a mantê-lo focado no curso com o objetivo de sua finalização.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um segmento importante no processo educativo. O papel da gestora que atende a esta modalidade de ensino é importante, pois é a agente principal na relação aluno/escola. Dessa forma, deve-se refletir sobre as causas da evasão dos alunos que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos no CESEC em estudo, buscando, assim, possibilidades que levam à permanência do aluno na escola até a conclusão do ensino. Faria (2013) assegura:

Para que uma intervenção seja realizada de maneira adequada, não basta simplesmente identificar o problema da evasão, representado pelo número de alunos que não deram continuidade aos estudos ao longo do ano letivo. É necessário perceber o trabalho escolar nas suas diversas dimensões como acolhida do estudante na escola, orientação em relação ao seu percurso formativo, adequação do currículo às especificidades dos alunos,

investimento na relação professor/ aluno, revisão dos aspectos administrativos, dentre outros (FARIA, 2013, p. 93).

A partir da análise dos resultados da pesquisa, nota-se que a evasão escolar é o principal desafio da equipe gestora. Tentando superar esse desafio, busca-se motivar os alunos para permanência desse até a conclusão. A Banca Permanente de Avaliação é um dos meios para esta motivação, conforme acentuado na fala da gestora e da secretária do CESEC em estudo:

A Banca, hoje, ela é entendida como uma ação motivadora, complementa o CESEC, porque ele vai mais rápido, e ele sana realmente aquilo que é deficiência, aquilo que estava faltando. Então, é um grande ganho pro CESEC, eu acho que a Banca, ela nos ajuda muito na questão da conclusão dos alunos (GESTORA, 2018).

Influência, ao mesmo tempo que ele conclui mais rápido as disciplinas na Banca, aquelas que eles têm mais facilidade, entusiasmo pra concluir rápido os estudos, e aí a gente sempre orienta a fazer as disciplinas que eles têm mais dificuldade no CESEC, porque tem a orientação de professores (SECRETÁRIA, 2018).

Os docentes e a supervisora tentam motivar para a permanência e conclusão do ensino, otimizando os planos de estudos:

[...] refizemos todo o material pedagógico, os planos de estudos, nós reajustamos os planejamentos, os livros didáticos permaneceram os mesmos, mas nós fizemos um material completamente novo pra atender os nossos alunos, porque sentimos essa necessidade durante o ano de 2017. Então, todo o nosso currículo, juntamente com todo o material foi todo voltado para as necessidades dos alunos que nós recebemos durante o ano de 2018 (SUPERVISORA, 2018).

Adequação dos Planos de estudo a realidade dos alunos. Diminuição dos planos de estudos. Aproximação dos temas a realidade dos alunos. (PROFESSOR B, 2018).

Atualmente já foram tomadas novas atitudes para otimizar a conclusão dos alunos como por exemplo a diminuição dos planos de estudos (PROFESSOR C, 2018).

Diante dos apontamentos observados evidencia-se o problema da evasão escolar e do número insatisfatório de certificações no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. A “evasão escolar” é uma das fraquezas do sistema educacional brasileiro e afeta diversos níveis de ensino em instituições públicas e privadas. Há fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como escolares. É preciso criar formas de enfrentamento com a perspectiva

do sistema, da escola e individual, capazes de amenizar as causas que levam à superação de dificuldades para a diminuição da evasão escolar, são discussões que poderão indicar tal fenômeno.

Segundo Arroyo (2005) *apud* Faria (2013):

Os índices de abandono na EJA, que tenta se escolarizar ainda que com tímidas flexibilizações, refletem que nem com um estilo escolar mais flexível eles e elas conseguem articular suas trajetórias de vida e as trajetórias escolares. Os impasses estão postos. Como equacionar o direito à educação dos jovens e adultos populares e o dever do Estado? (FARIA, 2013, p. 46).

A evasão escolar no CESEC em estudo tem percentuais crescentes no período observado (2012 a 2017). A prática de coletar as informações, mensurá-las e sistematizá-las caracteriza-se como procedimento importante para entender os processos escolares. O levantamento de dados junto aos alunos e aos documentos escolares pode se tornar uma prática de gestão, visando conhecer melhor a realidade para nela atuar de forma mais criteriosa, a fim de se alcançar os objetivos educacionais estabelecidos para essa modalidade de ensino. Diante disso, foi proposto o Plano de Ação Educacional (PAE).

3.1 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

O Plano de Ação Educacional tem o objetivo de fortalecer a gestão, criando um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores e funcionários. Os dados apresentados e as reflexões desenvolvidas foram o ponto de partida para a presente proposta, que busca apontar caminhos para a gestão escolar, visando aumentar a permanência dos estudantes da EJA na escola até sua certificação.

3.1.1 Estratégias para redução da Evasão Escolar

Cabe ressaltar a existência de uma legislação que garante a oferta, o acesso, as diretrizes curriculares, a inclusão, a formação docente e muitas outras especificidades relacionadas à EJA. Embora essas leis possibilitem avanços para a coletividade, favorecendo a efetivação da aplicabilidade dos direitos individuais e coletivos, apenas sua existência não garante a permanência do aluno na escola.

Assim, é preciso compreender o problema da evasão, identificar os motivos internos que contribuem para esse resultado, vislumbrando maior frequência, mais aprendizagem e maior número de certificações. Para isso, monitorar com qual frequência esse aluno participa das atividades na escola é uma estratégia que pode aumentar os índices de permanência do aluno na escola. Diante disso, racionalizando os dados da pesquisa para melhor compreensão dos resultados, o quadro 15 sintetiza os pontos considerados relevantes destacados nos instrumentos de pesquisa realizada no CESEC, ressaltando, ainda, o objetivo deste estudo.

Quadro 15 – PAE

(continua)

Local	CESEC “Doralice Alves Rodrigues”		
Objetivo Geral: Propiciar alternativas para a gestão do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” que venha minimizar o abandono dos alunos do EJA.			
Objetivos Específicos	Ações	Responsáveis	Quando
Trabalhar com a prevenção à evasão escolar	Aplicar um questionário para o aluno	Supervisora	Quando efetivar a matrícula
	Monitorar a frequência do aluno	Secretária	Diariamente
	Realizar o acompanhamento pedagógico	Gestora e Supervisora	Diariamente
	Criar um canal de comunicação direta com os alunos via rede social.	Gestora e Supervisora	Diariamente
Monitorar a certificação na Banca de Avaliação Permanente.	Elaborar e compartilhar uma planilha no <i>Google doc's</i> para controle das disciplinas concluídos pelos alunos	Secretária, supervisora e docentes.	Diariamente

Quadro 15 – PAE

(conclusão)

Local	CESEC “Doralice Alves Rodrigues”		
Objetivo Geral: Propiciar alternativas para a gestão do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” que venha minimizar o abandono dos alunos do EJA.			
Objetivos Específicos	Ações	Responsáveis	Quando
Promover a capacitação do docente	Realizar reuniões pedagógicas com foco na literatura que trata de evasão, permanência e certificação direcionada a EJA.		Quinzenalmente
Zelar pela aprendizagem do aluno promovendo sua conclusão na etapa de ensino.	Reconhecer as potencialidades dos alunos através de entrevista com o aluno.	Docentes	No primeiro encontro para orientação do plano de estudo.
	Elaborar o plano de estudo de acordo com a potencialidade do aluno.	Docentes	Sempre que receber novos alunos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

As ações do PAE são limitadas, porém significativas no enfrentamento dos problemas que desafiam a gestão, envolvendo todas as instâncias e órgãos num trabalho de levantamento de dados, identificação de emergências e tomadas de decisões coletivas em larga escala. Além de garantir o acesso do aluno à escola, é necessário cuidar de sua permanência nela. Assim, propõe-se como um dos objetivos específicos do PAE trabalhar com a prevenção à evasão escolar, conforme destacado por Faria (2013, p. 60): “A ação da equipe gestora da escola é importante também para perceber, na escuta das demandas dos alunos, aspectos nos quais os docentes precisam agir de forma mais efetiva, visando contribuir para a permanência discente.

Isso posto, na intenção de conhecer os anseios dos alunos referentes à escola e a conclusão da etapa de ensino, recomenda-se a aplicação de um questionário, buscando traçar

o perfil do aluno, conhecer suas expectativas, saber o que ocorreu em seu percurso escolar, qual a motivação que o levou a procurar o CESEC, quais são seus objetivos com relação aos estudos. O acolhimento pode ser percebido pelo aluno como um ato motivador para sua permanência. Faria (2013) fala da importância do acolhimento do aluno desde a chegada à escola até o contato inicial com o professor. Para ele, a “implementação de estratégias que possibilitem a escola na obtenção de informações sobre as especificidades dos educandos, identificando as suas trajetórias de vida e as suas expectativas em relação aos estudos”.

Um grande número de alunos matriculados no CESEC “Doralice Alves Rodrigues” não concluem nenhuma disciplina; alguns se matriculam e não voltam mais. Por isso, é relevante monitorar a frequência do aluno. A secretária, em sua fala, enfatizou que a falta de motivação do aluno contribui para ele abandonar a escola. Assim sendo, pode-se criar um canal de comunicação direta com os alunos via rede social (*Whatsapp, Facebook*), de forma que a instituição possa divulgar seus trabalhos e incentivos aos alunos, motivando o retorno e a permanência desses na escola.

Para minimizar a evasão na EJA, são necessárias ações e mobilizações principalmente da equipe escolar. Uma das estratégias importantes é a criação de vínculos da equipe gestora e dos professores com os alunos. Deve-se, também, disponibilizar cartazes, propagandas e meios de comunicação disponíveis na cidade para chamar a população para os estudos (ALVES; MORAIS; NOBRE, 2015, p. 15).

Conforme acentuado pela Supervisora, existem situações em que se percebe que o aluno está evadido em uma determinada disciplina, porém está matriculado em outra. Outro fato é que o aluno pode aproveitar a conclusão disciplinas realizadas na Banca Permanente de Avaliação que funciona junto ao CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, no ENCEJA e anteriormente no ENEM. A vista disso, recomenda-se a elaboração de uma planilha no *Google Doc's* contendo a relação dos alunos matriculados no CESEC “Doralice Alves Rodrigues” com a disciplinas concluídas e quais estão matriculados e que seja compartilhada com os docentes, secretária, supervisora e gestora, para que todos tenham conhecimento da situação em que os alunos se encontram. É importante ressaltar que a SEE/MG possibilita esta estrutura, uma vez que todo servidor público da educação de Minas Gerais possui o e-mail institucional, e este é munido de ferramentas que proporcionam essa comunicação.

É importante lembrar que o objetivo desta pesquisa foi descrever os desafios colocados à equipe gestora do CESEC “Doralice Alves Rodrigues” no que se refere a

minimizar as taxas de evasão na EJA. Diante das informações obtidas faz-se necessário ampliar o acompanhamento pedagógico. Lück confirma que:

O monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático e descritivo dos processos de implementação de plano ou projeto de ação, com o objetivo de garantir sua maior efetividade, mediante a verificação do seu ritmo de trabalho, o bom uso do tempo e dos recursos, a aplicação adequada das ações e competências previstas e necessárias, em relação aos resultados pretendidos (LÜCK, 2009, p. 45).

Em consonância com os questionários respondidos pelos professores, somente um professor possui curso direcionado para EJA e a gestora também. A última capacitação oferecida pela SEE/MG direcionada à EJA foi em 2008. A gestora ainda ressaltou que precisa capacitação para essa área. De acordo com Silva (2015), a permanência ou não do aluno em sala de aula é influenciada pela qualidade do educador e dos métodos utilizados na educação de jovens e adultos. Heloisa Lück assevera:

Na escola, o diretor é o profissional a quem compete a liderança e organização do trabalho de todos os que nela atuam, de modo a orientá-los no desenvolvimento de ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados (LÜCK, 2009, p. 17).

Diante disso, propõem-se realizar reuniões pedagógicas com foco na literatura que trata de evasão, permanência e certificação direcionada a EJA, buscando dar subsídios aos docentes. Faria atesta que:

Os sujeitos que chegam à EJA são marcados por trajetórias distintas que desafiam o fazer da escola. Atendê-los requer profissionais preparados, além de um arcabouço pedagógico diferenciado que faça a ligação entre escola e vida social juvenil. Exige, ainda, um olhar diferenciado sobre os educandos e as suas histórias, vislumbrando em cada um deles cidadãos de direitos (FARIA, 2013, p. 77).

Faria ainda destaca que permanência e o sucesso dos educandos dependem também das atitudes dos profissionais da escola por meio de um trabalho pedagógico e de uma gestão consciente e intencional. Para isso, apresenta como objetivo específico zelar pela aprendizagem do aluno, promovendo sua conclusão na etapa de ensino. Dessa forma, busca-se reconhecer as potencialidades dos alunos e criar mecanismos para seu desempenho. O docente

deve realizar entrevista com o aluno, logo no primeiro contato, e elaborar o plano de estudo de acordo com a potencialidade do aluno.

Através das entrevistas realizadas com a gestora, a supervisora e a secretária, e também com aplicação dos questionários aos docentes, percebeu-se que a evasão escolar se apresenta como grande desafio posto a essa unidade escolar. Procurando levantar hipóteses dos fatores que influenciaram a não permanência do aluno no CESEC em estudo, foi elencado pelo professor “C” que muitos alunos procuram a instituição quando estão desempregados. Depois, começam a trabalhar e abandonam o estudo. O professor “H” relacionou à falta de perspectiva e de incentivo. O professor “I” destacou: “Para muitos alunos a escola não é prioridade, qualquer problema desanima e desiste da escola”. Ratificando a fala dos professores, Santos (2015) afirma: “A evasão na EJA é uma modalidade facilmente influenciada por fatores externos como a necessidade de trabalhar, e internos pela falta de interesse existente nos alunos”. Retomando os dados, somente no último ano observado (2017) verificou-se que 41,5% dos alunos deixaram de frequentar a escola, apenas 2,9% dos alunos concluíram a etapa de ensino e 54,6% deram continuidade aos estudos.

Constatou-se também que a equipe pedagógica e os docentes buscam estratégias para amenizar as taxas de evasão, conforme destacado pela supervisora na entrevista realizada. Elaboraram novos planos de estudos, pois perceberam que o material não atendia os alunos, pois apresentavam necessidades diferentes daquelas observadas anteriormente, afirmando: “todo o nosso currículo, juntamente com todo o material foi todo voltado para as necessidades dos alunos que nós recebemos durante o ano de 2018” (SUPERVISORA, 2018).

Corroborando com a fala da supervisora, os professores B, C e I também ressaltaram sobre a elaboração de material adaptando pedagogicamente o processo ensino-aprendizagem à realidade do discente. É relevante lembrar que a proposta pedagógica da EJA busca a valorização dos conhecimentos prévios dos educandos e que seu público são pessoas voltando aos bancos das salas de aula em busca de uma certificação básica, a fim de, em sua maioria, estarem mais aptos ao mundo do trabalho. Portanto, precisam estar imbuídos de motivação. Soares (1996) afirma: “a certificação é um elemento importante e que, efetivamente, motiva a vinda de jovens e adultos para os cursos semipresenciais da EJA”.

Farias (2015) ressalta que os professores, no nosso país, entre outros fatores, acabam por colocar o docente na função de colaborador decisivo para a permanência ou não dos estudantes nos cursos semipresenciais. Mesmo que o parecer CNE/CEB Nº: 11/2010 assegure que a EJA requer “uma política de formação permanente de seus professores, formas apropriadas para a destinação à EJA de profissionais experientes e qualificados nos processos

de escolha e atribuição de aulas nas redes públicas” (BRASIL, 2010), a gestora ressaltou que os profissionais não tiveram uma formação adequada para trabalhar com um grupo com tantas especificidades, porém procura capacitá-los em reuniões pedagógicas.

Silva pontua por considerar a EJA uma educação possível é que se podem pautar suas possíveis medidas e ações ao combate à evasão escolar com: implantação de políticas integradas para a EJA, com valorização e formação continuada do professor dessa modalidade. As escolas devem elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos e não seguir modelos prontos [...]. Os professores juntamente com a equipe pedagógica devem estar sempre atualizando seus conhecimentos e métodos de ensino voltados a essa modalidade na perspectiva de reorganizar o tempo que é elaborar um cronograma de aulas ajustado à disponibilidade dos alunos, pois organizando os dias e horários das disciplinas segundo as necessidades da turma garante o atendimento contínuo (SILVA, 2015. p. 2675).

Diante das considerações, foi proposto o PAE que visa modificar e reestruturar o desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo do CESEC “Doralice Alves Rodrigues”, no intento de elevar as taxas de permanência do aluno na escola até a conclusão da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante recuperar nessas considerações finais o objetivo da investigação realizada: de que forma a equipe gestora do CESEC – Centro Estadual de Formação Continuada “Doralice Alves Rodrigues” pode contribuir para minimizar as taxas de evasão na EJA? Para tanto, empreendeu-se em compreender os desafios relacionados à evasão no contexto da EJA, discutindo o conceito de evasão com o respaldo de estudos e pesquisas contemporâneos. Por fim, propôs-se um Plano de Ação Educacional (PAE), a partir do diagnóstico obtido, com vistas a contribuir com a gestão escolar no combate aos índices de evasão na EJA, no CESEC “Doralice Alves Rodrigues”.

Cabe ressaltar que defesa do direito à educação, no campo da EJA, é resultado da luta constante, ao longo da história educacional brasileira, concebida como uma modalidade de ensino visando assegurar direito à educação para todos os cidadãos que não conseguiram concluir em idade certa sua escolarização. Contemplada no PNE/ 2014-2024 que, em uma de suas metas, trata da erradicação do analfabetismo, juntamente com a possibilidade de proporcionar à população cuja faixa etária não se adéqua mais aos Ensinos Fundamental e Médio, a complementação de sua formação escolar. Embora a EJA esteja respaldada por leis que possibilitam avanços para a coletividade, favorecendo a efetivação da aplicabilidade dos direitos individuais e coletivos, isso não garante a permanência do aluno na escola.

Diante do tema, após ler, analisar, comparar e sintetizar diversos autores a respeito do mesmo é notável que a evasão da Educação de Jovens e Adultos pode ter diversas razões e ainda compromete a qualidade de vida desse público e suas expectativas para o futuro. A EJA sugere que o perfil do profissional que atue nessa modalidade de ensino deva ser também diferenciado. Entretanto, faltam políticas de formação para os docentes que atuam na área, fornecendo-lhes formação adequada. A Educação de Jovens e adultos também deve ser pensada como uma modalidade de ensino que atenda a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade adequada, exercendo um papel fundamental na socialização dos sujeitos,

A pesquisa evidenciou que a equipe gestora, os docentes e secretaria possuem conhecimento sobre a evasão na escola estudada e algumas ações são efetivadas para conter essa não permanência. Porém, os dados levantados demonstram que não são suficientes, pois coexistem alta taxa de evasão escolar e baixa taxa de conclusão. Diante disso, o Plano de Ação Educacional foi elaborado no intuito de propiciar alternativas, visando minimizar as dificuldades evidenciadas nos contextos educativos.

Destaco também que esta pesquisa representou uma oportunidade única para a discussão de um tema sempre em pauta na educação brasileira, sendo um problema não só na EJA, mas também no ensino regular. A discussão sobre o tema contribuiu para ressignificar minha prática pedagógica e administrativa, reafirmando meu compromisso com a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Neci Campos; MORAIS, Nilson Gomes de; NOBRE, Rudilene Alves de Farias. **Gestão escolar e evasão na EJA: Identificando as causas e organizando as ações.** Projeto de Intervenção Local. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/20247/1/2015_NeciAlves_NilsonMorais_RudileneNobre_tcc.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- ANDRÉ, Marli. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/753/526>>. Acesso em: 09 jan. 2018.
- BISSOLI, Ana Cristina da Silva; RODRIGUES, Rosângela Mazzia Inocêncio. **Evasão Escolar: O caso do Colégio Estadual.** s/d. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/evasao_escolar.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: _____. **Investigação qualitativa em educação.** Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **CONFINTEA's Breve Histórico.** Disponível em: <http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/breve_historico.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 04 jan. 2017.
- _____. **Decreto Nº 5.478, de 24 de junho de 2005.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- _____. **Diário Oficial da União.** 14 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15764-port125-13022014&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 set. 2017.
- _____. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica.** Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002630.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- _____. **LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 jan. 2017.
- _____. MEC. **Parecer 11/2000.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

_____. **Relatório Educação Para Todos. 2000-2015.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acesso em: 01 set. 2017.

CAMARGO, Poliana da Silva Almeida Santos; MARTINELLI, Selma de Cássia. Educação de adultos: percepções sobre o processo ensino-aprendizagem Percepções de adultos sobre ensino-aprendizagem. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE), v. 10, n. 2, p. 197-209, jul./ dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v10n2/v10n2a04.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CARLI, Solange Auxiliadora Souza. **Políticas públicas para a EJA (educação de jovens e adultos) no sistema de ensino de Belo Horizonte no período de 1990/2000:** ordenamentos legais e efetivação institucional. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_CarliSA_1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

CARMO, Gerson Tavares. Evasão dos alunos na EJA e reconhecimento social: Crítica ao senso comum e as suas justificativas. **Anais... ANPEd**, 34; GT18, Natal, RN, Rio de Janeiro: ANPEd, 2010. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT18/GT18-1088%20int.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CARNEIRO, Thiene Ferreira de Lourdes. **Orientações para oferta de Educação de Jovens e Adultos nos Centros de Educação Continuada –CESEC.** Diretoria de Educação de Jovens e Adultos/MG. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2017/01-janeiro/doccesec2.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

CASARTELLI, Alam de Oliveira *et al.* A Evasão na Educação Superior: Uma análise da Produção de Conhecimento no Brasil. In: LEITE, Denise; FERNANDES, Cleoni Barboza (Orgs.). **Qualidade da Educação Superior: Avaliação e Implicações para o Futuro da Universidade.** Vol.6. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 75-86. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/inov/docs/qualidade-da-educacao-superior-aval-e-implic-p-o-futuro-da-univ>>. Acesso em: 16 out. 2016.

CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. Livros de Registros do Centro Estadual de Educação.

CESEC “Doralice Alves Rodrigues”. **Projeto Político Pedagógico.**

DI PIERRO, Maria Clara; XINENES, Salomão Barros. **Políticas e direitos educativos dos jovens e adultos no Estado de São Paulo:** notas de pesquisa e relato de intervenção.

Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0342.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

E BIOGRAFIA. **Biografia de Paulo Freire**. Disponível em <https://www.ebiografia.com/paulo_freire/>. Acesso em 01 fev. 2018.

EDUCAÇÃO MG. **Educação reorganiza função social dos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESECs)**. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/7823-educacao-reorganiza-funcao-social-dos-centros-estaduais-de-educacao-continuada-cesecs>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

_____. **Governo estadual registra aumento de matrículas na Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/9083-governo-estadual-registra-aumento-de-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos>>. Acesso em: 01 set. 2017.

FARIA, Roselita Soares de. **Evasão e Permanência na EJA: Por um trabalho de qualidade na gestão de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte**. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-roselita-soares-de-faria.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A educação de jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Revista Inter Ação**, v. 36, n. 2, p. 365-392, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <<http://files.portalconscienciapolitica.com.br/200000081-ed3e5ee3d0/Pedagogia%20do%20Oprimido.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2018,

FREIRE, Rose Héliida Astolfo. **Possíveis causas da evasão escolar e de retorno na Educação de Jovens e Adultos**. Monografia. (Pós-graduação em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4434/1/MD_EDUMTE_2014_2_74.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Educação popular**. Políticas de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/eja/estado_e_educacao_popular_moacir_gadotti.PDF>. Acesso: 31 jan. 2017.

_____. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v. 18, n. 1, dez. 2012. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/3909/2386>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, p. 197-211, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a02v1235>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

IBGE. **Taxa de analfabetismo funcional**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD384&t=taxa-analfabetismo-funcional>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_indicadores_de_fluxo_escolar_da_educacao_basica.pdf>.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: <http://www.fundacoes.org.br/uploads/estudos/gestao_escolar/dimensoes_livro.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2016.

MELLO, Rita Tavares. **Cenário e História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e Minas Gerais**. Disponível em: <<http://sistemas3.sead.ufscar.br/snfec/index.php/snfec/article/view/189>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

MINAS GERAIS. **Constituição de 1989**. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=CON&num=1989&ano=1989>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. **Resolução N° 444, de 24 de abril de 2001**. Disponível em: <[https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/%7B5C44E9CA-AB3C-48F3-ABBF-0952D95B3A5D%7D_\(Microsoft_Word_RESOLU.pdf](https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/%7B5C44E9CA-AB3C-48F3-ABBF-0952D95B3A5D%7D_(Microsoft_Word_RESOLU.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. **Resolução n° 2.250, de 28 de dezembro de 2012**. Disponível em: <<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/82586>>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Resolução SEE N° 2.843, de 13 de janeiro de 2016**. Disponível em <<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/161014?paginaCorrente=01&posicaoPagCorrente=160998&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=52&paginaDestino=17&indice=0>>. Acesso em: 03 dez 2017.

_____. **Resolução SEE N° 2.943, de 18 de março de 2016**. Disponível em <<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/157683?paginaCorrente=01&posicaoPagCorrente=157651&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=52&paginaDestino=33&indice=0>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva. **Educação de Jovens e Adultos: As Contribuições de Paulo Freire**. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-ivol_33_1426693042.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/9-alfabetizacao-educacao-jovens-adultos>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **O que é cidadania?** Disponível em:
<<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=131>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

PARREIRAS, Patrícia Conceição. **Jovens e adultos em processo de escolarização: especificidades etárias e socioculturais.** Disponível em:
<<http://www.anped.org.br/24/T1893462217669.doc>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

PEDRALLI, Rosângela; CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. Evasão escolar na educação de jovens e adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 13, n. 3, p.771-788, 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982013000300005&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 27 set. 2018.

RODRIGUES, Delminda Joia Faria. **A juvenilização dos alunos da EJA e do PROEJA.** Disponível em:
<<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/3775/2116>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O Pensar educação em Paulo Freire.** Para uma Pedagogia de mudanças. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em:
<<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/287>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

SECADI. **Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em:
<<http://inovaeja.mec.gov.br/documento-base.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2018

SILVA, Hérica Fontes da. As Causas da Evasão Escolar: Um Estudo de Caso Numa Unidade de Ensino da Rede Municipal de Itupiranga – Pará nos anos 2013 e 2014. **XII Congresso Nacional de Educação**, Paraná, 2015. Disponível em:
<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20957_11234.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SILVA, Zuleide Maria Chaves. **A Evasão Escolar dos Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas Escolas Públicas do Município de Tamandaré – PE.** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Instituto de Educação, 2015. Disponível em:
<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6156/Zuleide%20Chaves_27-janeiro%202015%20Lisboa.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 mai. 2018.

SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Dialogicidade e a Formação de Educadores na EJA: As Contribuições de Paulo Freire. **Educ. temat. digit.**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 250-263, maio/ago. 2013. Disponível em:

<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_5985c91294_0000013551.pdf>
. Acesso em: 01 jul. 2018.

SOARES, Leôncio José Gomes. As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre propostas de EJA. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 303-322, ago. 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n2/a14v27n2.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____.; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. **Dialogicidade e a Formação de Educadores na EJA**: As Contribuições de Paulo Freire. 2013. Disponível em:
<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_5985c91294_0000013551.pdf>
. Acesso em: 01 jul. 2018.

TODA MATÉRIA. **Desigualdade Social no Brasil**. Disponível em:
<<https://www.todamateria.com.br/desigualdade-social-no-brasil/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

UNESCO. **Construção Coletiva**: Contribuição a Educação de Jovens e Adultos. 2005.
Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143238POR.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação de Adultos Declaração de Hamburgo. **Agenda para o futuro V Conferência Internacional de Educação de Adultos. CONFINTEA V**, Hamburgo, Alemanha, jul. 1997. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001161/116114por.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

UNIBANCO, Instituto. **Panorama dos Territórios- Minas Gerais**. Disponível em:
<https://observatoriodeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Panoramas_MINAS-GERAIS.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

VILHENA, Edna Regina Andrade. **A Educação de Jovens e Adultos na Modalidade a Distância**: O impacto da gestão no combate à evasão. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2012. Disponível em
<<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/722/1/Edna%20Regina%20Andrade%200Vilhena.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2018.